Viver na serra: o futuro no presente págs. 30 e 31 . **Chocolate amargo** págs.32 e 33 . **A *Belle Époque* das lutas** págs.34 e 35

mapa: Jornal de Informação Crítica

ASSINA O JORNAL MAPA
descobre como em
jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

NÚMERO 45
ABRIL-JUNHO 2025
TRIMESTRAL / ANO XIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT
DIRECTORA: ANA GUERRA

Samuel Jarimba

Com fronteiras não há paz

Uma conversa sobre a condição dos imigrantes nos campos alentejanos e um projecto de apoio a trabalhadores agrícolas migrantes na Áustria. O relato duma passagem por Otero, centro de detenção para migrantes nos EUA e as histórias de violência fronteiriça da União Europeia. Instantâneos do que não devemos esquecer: «não nos encostem à parede» **págs 9 a 17 e centrais**

Power Rangers

Um Soundsystem que construiu um colectivo de mulheres **pags. 4 e 5**

Sabotar a guerra

A oposição nos dois lados à guerra na Ucrânia: sabotagens e deserções. **pags. 22 e 23**

Gaza está em todo o lado

Crónicas da violência colonial numa viagem à Palestina. **pags. 27 e 28**

Sororidades contra todas as grades

8 de março foi um daqueles dias tempestuosos. A chuva e o vento persistiram desde as primeiras horas da manhã, mas não demoveram as vontades de muitas e muitos em animar a resistência e a solidariedade no dia que assinala a luta pela libertação de todas as mulheres. Começou em Tires (Cascais), em frente a um estabelecimento prisional onde cerca de 500 mulheres estão sequestradas pelo Estado. O Coletivo Vozes de Dentro convocara esta concentração numa «jornada de sororidade e luta pelas manas enjauladas». No feminismo, sororidade é a palavra usada para falar de uma relação de irmandade, baseada em solidariedade e apoio mútuo.

O ponto de encontro foi ao meio-dia. Reuniram-se vários coletivos e indivíduos: cerca de duas centenas de pessoas. No microfone aberto foram gritadas palavras de ordem pela abolição das prisões e denunciadas agressões dentro dos muros. Foram lidas cartas de presas, como as que regularmente são publicadas pelas Vozes de Dentro neste jornal. À hora da visita, familiares juntaram-se à manifestação. A chuva era de solidariedade, amor e emoção. Um grupo de manifestantes conseguiu aproximar-se um pouco mais do edifício onde estão presas as companheiras e comunicar com elas através do megafone, que também amplificou as vozes de visitantes que tentaram chegar às suas familiares, que responderam e reagiram, agitando e acenando lenços entre as grades das janelas.

À hora da visita, familiares juntaram-se à manifestação. A chuva era de solidariedade, amor e emoção.

A solidariedade com as diversas mulheres e crianças detidas nesta prisão, e a denúncia dos constantes abusos, maus-tratos, das condições insalubres e múltiplas violências a que são sujeitas diariamente, enquadra-se num movimento de crítica às prisões que se tem tornado cada vez mais presente. O mês ainda não havia findado quando, no dia 22 de março, a Vida Justa e o coletivo Vozes de Dentro voltaram a manifestar-se, desta vez frente ao Estabelecimento Prisional masculino do Linhó, em Alcabideche.

As condições inumanas e degradantes nas prisões em Portugal são um problema recorrente que afeta tanto as pessoas reclusas, e as suas possibilidades de reinserção social, como as suas famílias e pessoas de suporte. Esta é uma situação que se tem vindo a tornar mais cruel nos últimos meses, por diversos fatores de ordem estrutural e pela aposta securitária cada vez mais instalada no discurso público.

No dia de luta da mulher, já pela tarde, o caminho de regresso de Tires a Lisboa teve como destino a Avenida da Liberdade, que descemos na manifestação convocada pela Plataforma Feminista e pela Rede 8 de Março, «Pela Libertaçãode tod@s as mulheres!».

Assina o Jornal Mapa contribuindo para a continuidade deste projecto!

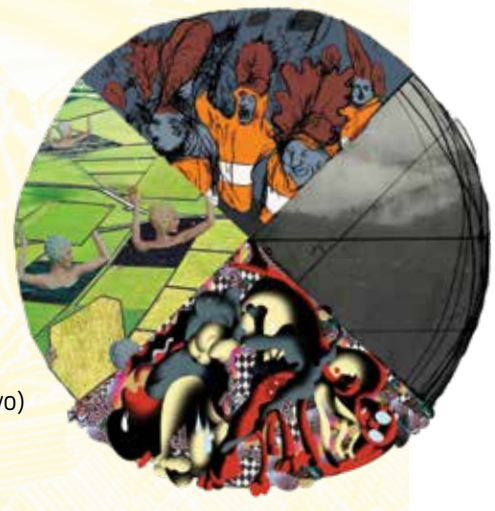
Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

2012-2025 Treze anos de Informação Critica!

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)



SÓ GUALTER PODE SALVAR PORTUGAL
CONFESSO QUE NÃO SOU GRANDE APRECIADOR DE CAMPANHAS ELEITORAIS
MAS TAMBÉM NÃO ME POSSO QUEIXAR
PORQUE ATÉ ACHO BEM QUE OS GOVERNOS CAIAM
DEVIAMOS ATÉ DAR UMA AJUDA
PARA QUE NÃO SE VOLTEM A LEVANTAR
@ os.ingovernaveis

Planeta Manas: resistência coletiva em tempos de repressão

No passado dia 8 de fevereiro, a PSP voltou a entrar ilegalmente no Planeta Manas – foi a quarta vez em poucos meses. Afinal o que se passa nesta associação cultural em Lisboa?

INÊS R.

Foto: Planeta Manas

O Planeta Manas é um espaço cultural criado em 2021 no Prior Velho, na zona de Lisboa. É uma associação sem fins lucrativos, cuja entrada é exclusiva a associadas, e resulta da colaboração entre dois coletivos: a associação cultural Mina, resultante do coletivo que desde 2017 organizava as raves *queer* com o mesmo nome na zona de Lisboa, e a Rádio Quântica, uma rádio comunitária fundada em 2015 por um grupo diverso de artistas e ativistas, focada na «inclusão de comunidades que habitualmente veem os seus espaços limitados nas plataformas *mainstream*».

O Planeta Manas assume-se como um espaço de exploração cultural, que organiza frequentemente festas de música eletrónica, mas acolhe também as emissões da Rádio Quântica, assim como workshops, filmes ou mercados. A associação tem por objetivo «criar um espaço inclusivo, centrado na comunidade artística *underground* de Lisboa», focando-se em música eletrónica, mas não exclusivamente, mantendo um compromisso «com políticas *queer* transfeministas».

A gestão do espaço é comunitária e horizontal, assente na cultura DIY (*Do It Yourself*, faz tu mesma), fazendo com que, por exemplo, a segurança do espaço seja assegurada pela comunidade ao invés de segurança privada. É aqui que muitas pessoas LGBTQ+, racializadas e/ou migrantes encontram um espaço seguro, de comunidade e liberdade. Embora os eventos sejam pagos, são muitas vezes disponibilizados bilhetes gratuitos ou a preço reduzido para pessoas de comunidades marginalizadas.

As intervenções policiais

Nos últimos meses, o Planeta Manas foi alvo de quatro rusgas policiais. A mais recente aconteceu a 8 de fevereiro, no segundo aniversário da CURVS, um coletivo que pretende criar espaços *queer* inclusivos para vários corpos marginalizados. Este evento de música e *performances* contava inclusive com o apoios públicos, como a DGArtes.

Anteriormente, a PSP já tinha interrompido uma festa organizada pela produtora de cinema Terratreme, a 18 de outubro de 2024, onde seria gravado um documentário. Vários agentes da Equipa de Intervenção Rápida (EIR) entraram no espaço, fortemente armados, revistando coercivamente todas as pessoas presentes, e impedindo a continuação da festa. Dias depois, anunciavam apreensões de estupefacientes que, paradoxalmente, não resultaram em qualquer detenção no momento – de facto, até à data, a associação não teve conhecimento de qualquer auto ou processo.

Cerca de dois meses depois, a 20 de dezembro, a polícia tentou entrar num outro evento organizado pela CURVS, mas vários membros da associação conseguiram impedir a sua entrada ilegal – ainda assim, alguns sofreram agressões com bastões. Nunca a PSP apresentou um mandado ou qualquer justificação para a sua intervenção. Coincidentemente, esta intervenção ocorreu precisamente um dia depois da desproporcionada ação contra migrantes no Martim Moniz.

Na intervenção mais recente, vários agentes da PSP vestidos à civil conseguiram entrar no espaço, registando-se como sócios, o que de seguida facilitou a entrada da EIR e de outros agentes à paisana, que forçaram a porta num momento em que vários membros da associação tinham entrado no espaço. Novamente, não foi mostrado qualquer mandado. No geral, a polícia impôs um ambiente de pânico e intimidação, pontuado por comentários abertamente racistas e homofóbicos. Existem relatos de violência, com intimidações e revistas ilegais por parte da polícia, que tentou até impedir a captação de imagens, ameaçando a apreensão de telemóveis – recorde-se que, de acordo com o artigo 79º do Código Civil, qualquer pessoa pode fotografar e filmar livremente agentes policiais no seu exercício de autoridade, uma vez que esse registo é de interesse público.

Resistência e comunidade face à intimidação

As irregularidades e ilegalidades destas rusgas policiais não são apenas evidentes, como as suas consequências são bastante tangíveis. Espaços associativos sem fins lucrativos estão muitas vezes dependentes das receitas geradas pelos seus eventos para cobrir os custos de rendas (que em Lisboa, são cada vez mais altos), de materiais, produção ou licenças. Após a rusga policial de outubro, o Planeta Manas lançou uma campanha de *crowdfunding* para tentar cobrir estes custos – a mobilização da comunidade permitiu atingir o objetivo de cobrir os custos dessa noite, ao fim de apenas um dia. A campanha continua ativa e pode ser acedida pelo *QR code* abaixo. Mas o problema persiste e vai além da mera questão financeira – sinaliza uma crescente perda de espaços de comunidade.

Este clima de intimidação e violência contra espaços associativos – que tendem a fugir a lógicas de lucro – parece estar a tornar-se cada vez mais frequente. Para quem o experiencia, fica muitas vezes a sensação de impotência, medo e, sobretudo, de desconhecimento sobre *o que* fazer e *como* fazer. A propósito desta questão, decorreu no passado dia 15 de março, na Cooperativa Rizoma, em Lisboa, uma conversa e debate com voluntários do Planeta Manas e do grupo Ad Initio, um coletivo informal de ativistas, advogadas e juristas. Discutiu-se a necessidade de desenvolver formas de resistência coletiva face à crescente intimidação sobre espaços associativos, bem como a importância de documentar as ações policiais e quais as legislações aplicáveis. Desta conversa, resultou um pequeno manual (VER CAIXA), com alguns pontos-chave sobre como proceder em situações de intimidação e violência policial, que todes podem levar consigo – uma versão mais completa está a ser trabalhada em coletivo e será partilhada em breve. Apesar das tentativas de repressão a estes espaços culturais, as ações de solidariedade crescem, e as comunidades estão também cada vez mais fortes e organizadas na luta pelos seus espaços de criação e liberdade.

> É aqui que muitas pessoas LGBTQ+, racializadas e/ou migrantes encontram um espaço seguro, de comunidade e liberdade.

Manual de Resistência à Violência Policial

1. **Documenta tudo.** É teu direito filmar uma ação policial. Quantes mais o fizerem, melhor. Para tua segurança, tenta não focar demasiado uma pessoa em particular.
2. **Lembra-te: a nossa força está no coletivo.** Mantém-te junto às pessoas do teu grupo. Comuniquem, protejam-se e apoiem-se umas às outras. Não hesites em pedir ajuda.
3. **Faz perguntas.** Adota uma comunicação assertiva, mas não desafiante. Colabora, mas mostra que conheces os teus direitos. Ex: Por que me querem revistar?
4. **Usa o silêncio como proteção.** Não és obrigade a falar. Se te quiserem deter, terás sempre direito a recorrer a ume advogade.
5. **Se levas droga contigo:** cuidado com as quantidades. Tenta não ultrapassar a dose permitida por lei. *(M: 25g; Hax: 5g; C: 2g; S:1g; MD: 1g).*
6. **Deixa uma queixa.** Se presenciares situações de abuso policial, podes apresentar queixa em: *https://www.igai.pt/pt/QueixaOnline/.* Quantos mais formos, mais impacto teremos.
7. Se precisares de apoio legal, podes contactar: **ativismolegal@etik.com**

Seguimos juntes!

Para mais informações e atualizações, podes subscrever a newsletter do Planeta Manas em https://planetamanas.com/ ou através do seguinte código:

O crowdfunding lançado em outubro continua ativo e pode ser acedido através do código:

Power Rangels e um grande amor-monstro-sonoro

Power Rangels, um coletivo a construir um Soundsystem ou um Soundsystem que construiu um coletivo.

INÊS VEGETAL
FOTOS POWER RANGELS

No Brasil, sistemas de som estão a ser usados para desligar *drones*. Na Colômbia, desde os anos 50 que a cultura Picó e os seus sistemas de som garantem que todos têm acesso à música e à festa. Um pouco por todo o mundo, os sistemas de som são indispensáveis nas ruas: animam paradas carnavalescas, dão voz a manifestantes e prolongam a vida de manifestações, reclamando para si as ruas, as vozes e a dança.

Neste artigo, não vos venho falar sobre música ou frequências elétricas. Não por não ser curiosa ou não gostar, mas porque percebo pouco do assunto e sei de pelo menos 15 mulheres que o poderão fazer melhor do que eu: as Power Rangels, um coletivo a construir um s*oundsystem* ou um s*oundsystem* que construiu um coletivo.

No princípio era o soundsystem

Na sala de cinema da Casa do Comum, em Lisboa, num evento organizado pelas Power Rangels para angariar fundos para a construção do seu sistema de som, sentam-se à conversa alguns membros do coletivo.

Explicam-nos que a conversa funcionará nos mesmos moldes que as suas reuniões: com ordem de trabalhos, tempos para cada um dos temas e uma moderadora. Haverá momentos para falar e intervir, mas também tempo para ouvir.

Descrevem o início rápido e espontâneo do coletivo e como tudo começou num cenário familiar a todos nós: um grupo de amizades, uma ideia louca e vontade de avançar:

«Toda a gente já teve uma ideia maluca à volta de uma mesa a beber *jolas*. Há ideias que ficam para trás e outras que… De repente, se transformam num grupo de w*hatsapp,* com uma de nós a dizer que arranja *drivers* e *horns* com 60% de desconto, isto foi um *boost*».

Explicam-nos que existem diversas formas de começar um s*oundsystem*, mas que na maioria das vezes sabe-se pelo menos o que se quer: se o objetivo é ter um sistema de som para música Dub, então vão procurar-se as peças mais adequadas, as que melhor potenciam esse género de música. As Power Rangels começaram noutro lugar:

«Queremos construir um sistema de som, não percebemos nada do assunto, mas temos uma janela de oportunidade para comprar [o material], então acabamos por comprar o que nos foi aconselhado. De um sistema de som boutique acabamos com *drivers* de 18 polegadas, cada um a pesar 13kg, e um sistema de som impossível de ser mexido apenas por uma de nós. Aí percebemos: isto não vai ser coisa pequena».

> «Falar de Soundsystem é falar de rave e a rave é política. É sobre coletivização do prazer, auto-organização, desconstrução das normas sociais do lazer, resgatar a diversão das lógicas capitalistas».

Algo do Género, Rave

Falar de s*oundsystem* é falar de *rave* e a *rave* é política. É sobre coletivização do prazer, auto-organização, desconstrução das normas sociais do lazer, resgatar a diversão das lógicas capitalistas: é falar de diversão grátis, sem porteiro nem *venue*, do gesto hedonista de escolher dançar em conjunto em vez de trabalhar.

Num fim de tarde de abril, em 2023, no rescaldo de uma *free party,* acontece, sem as próprias saberem, o primeiro encontro das Power Rangels. Por obra do acaso, um grupo de dez pessoas, todas elas identificando-se como mulheres, sentam-se a uma mesa e falam sobre o potencial empoderador da *rave*, os seus contornos políticos e as questões de género na organização da mesma.

Na conversa, torna-se claro para todas que, na maioria das festas, o trabalho de produção – controlar o som, montar o sistema de som… – é um trabalho predominantemente masculino, e que o trabalho reprodutivo da festa – manter o espaço organizado, preparar comidas… – é um trabalho cumprido pelas mulheres.

Esta conclusão espoletou uma espécie de «disforia coletiva», como descreve uma das Power Rangels. Um desconforto com o facto de, mesmo num lugar que se supõe dissidente, se continuarem a cumprir as mesmas regras e padrões sociais. Este desconforto, um gatilho, rapidamente se transformou numa vontade de agir, de mudar as regras e de aprender, em conjunto, a fazer parte de todos os momentos da construção de uma festa. E então alguém sugere: «e se construíssemos o nosso s*oundsystem*?».

«Desconstruir a ideia de que é impossível alcançar coisas»

Se esta aventura surgiu de alguns acasos e espontaneidade, surgiu também de uma vontade emancipadora, da busca por autonomia e empoderamento. A construção de um sistema de som, que era o primeiro objetivo, rapidamente se tornou no objeto que materializa vontades mais profundas:

«Nas primeiras conversas, o delírio coletivo do s*oundsystem* trazia também uma vontade de aprender sobre a parte mais técnica, sobre o som. Todas nós, de uma forma ou de outra, estávamos ligadas ao som, mas na verdade tínhamos poucas ferramentas e conhecimentos, queríamos muito aprender, mas sentíamos que não tínhamos muito espaço em determinados lugares para o fazer. Então decidimos aprender em conjunto», partilha uma das Power Rangels.

Com os materiais básicos comprados e o grupo formado, que, por razões logísticas, se fechou nas 15 pessoas, o delírio tornou-se real. Agora, restava-lhes perceber o que fazer com o que tinham em mãos e por onde começar.

Por coincidência ou não, uma das companheiras do grupo é eletricista e, no primeiro encontro intensivo, começaram pelo início: uma aula sobre eletricidade e sistemas elétricos básicos. A segunda foi sobre o som, como o sentimos no corpo, como o percepcionamos.

A partir daí foram aprendendo juntas, espantaram-se em conjunto. Perceberam umas com as outras que a «eletricidade não explode» e que o conhecimento não está encoberto e «guardado pelos homens», que existe na internet, em livros, à nossa volta e que afinal não é assim tão intimidante.

Neste processo, continuaram a cruzar-se com as várias expressões de uma sociedade hiperespecializada e *genderizada,* e com a forma como ela nos sujeita a determinadas funções, encurtando-nos assim a capacidade de ver para lá das suas normas. Sobre isto, uma das Power Rangels partilha:

«Uma coisa que este processo nos tem ensinado é que as coisas nos são passadas enquanto muito difíceis. Sempre que fazes perguntas é-te dado a entender que é muito difícil, que não vais conseguir perceber ou fazer. Isto está muito ligado com a sociedade em que vivemos, mas também com questões de género. Este projeto está-nos a ajudar a desconstruir esta ideia. As coisas são difíceis e complexas, mas passo a passo temos sempre vindo a desbloquear tudo e a conseguir avançar juntas: desconstruir a ideia de que é impossível alcançar coisas.»

Mais adiante, outra companheira continua: «começamos a perceber que em muitos casos, nós enquanto mulheres, somos educadas a perguntar, a pedir ajuda. Então e se aprendêssemos juntas? Então

e se criássemos esse espaço de aprendizagem para nós? E se juntássemos as *skills* que já temos e agíssemos sobre elas? Gostávamos que no final todas soubéssemos que s*oundsystem* temos e como operá-lo».

Tomaram então a decisão de que não era muito relevante que o s*oundsystem* estivesse construído no final do ano ou só no próximo verão, mas sim que todas acompanhassem todos os pontos do projeto e que soubessem o que estava a acontecer em cada momento.

A organização e modo de operar do grupo passou a refletir estes objetivos. Formaram-se grupos de trabalho, cada um com objetos de estudo distintos, trabalhos de casa e a função de encontrar soluções para os problemas que iam surgindo.

Depois, são marcados encontros e reuniões, alguns *online,* dado que muitas das Power Rangels não vivem no mesmo sítio, sessões intensivas nas quais são partilhadas as aprendizagens de cada grupo garantindo que tudo é explicado e transmitido devidamente.

Destas sessões surgem questões, são percebidas as limitações técnicas ou práticas e, a partir daí, definidas novas direções: é decidido que assuntos aprofundar, transformando as limitações em guias orientadoras.

O Pessoal é Político

Se o entusiasmo inicial de uma ideia brilhante, tida e levada avante coletivamente, é uma força capaz de mudar marés, fazer parte e *viver* um coletivo é um feito sisífico. Da gestão de conflitos, às subjetividades de cada uma, o objetivo de aprender mais sobre som e as suas questões técnicas transforma-se em algo maior: aprender a estar num coletivo, neste caso só de mulheres.

Na intimidade confortável dos primeiros encontros, não sentiam necessidade de se afirmar politicamente ou de ter uma posição conjunta sobre a sua própria constituição. Foi quando precisaram de organizar o seu primeiro *benefit* e criar uma identidade pública, que o privado se tornou realmente político e deixaram de ser apenas um grupo de amigas para se transformarem nas Power Rangels, um coletivo.

«Muita energia foi focada na questão de como nos vemos, consumiu-nos imenso. Os nossos maiores embates, as nossas conversas mais longas têm a ver com isto: como nos identificamos para o exterior. Cada corpo tem uma história diferente, somos 15 mulheres, mas não somos um coletivo *queer*, temos um *range* de idades gigante. Então o que somos?».

Outra conta-nos: «estar pela primeira vez num grupo só de mulheres fez-me perceber as diversidades e subjetividades dentro disso [ser mulher], e que é possível encontrar um lugar de discussão saudável».

Ao longo da conversa refletem sobre como as dinâmicas de poder se constroem à volta de questões como o género, mas que existem para lá dele: «neste processo damos por nós a replicar as mesmas dinâmicas que criticámos "lá fora", nas quais são sempre os mesmos a fazer as mesmas coisas, e então percebemos que para lá do género há outras camadas, de personalidade e outras. Mas se temos consciência de que replicamos as mesmas dinâmicas que estamos a criticar, então podemos ter agência sobre elas e tentamos mudar, e para a próxima trocar de funções. Este é um dos *powers* das Power Rangels. (…) Desafiar-nos: muitas vezes quando gostamos de um lugar e nos cingimos somente a ele é porque estamos confortáveis nesse lugar e então é importante desafiarmo-nos. Se não sabes nada sobre eletricidade, este é o lugar para aprender. Diferenciar entre gostar e estar confortável».

> Cada corpo tem uma história diferente, somos 15 mulheres, mas não somos um coletivo queer, temos um range de idades gigante. Então o que somos?

A ecologia do parafuso

Na mesma sessão da Casa do Comum, refletem sobre as opções tomadas ao longo do percurso e concluem que o sistema de som que estão a construir não é o mais sustentável. Com madeiras vindas da Polónia, parafusos da Alemanha e peças da China, poderiam ter feito de outra forma?

«Havia tanta pressão pelo facto de sermos mulheres a fazer isto sozinhas (…). Claro que existem pessoas que sempre nos apoiaram e continuam a empoderar, mas no início houve muita resistência, questionamento e dificuldades nesse sentido. Então estas opções que tomamos eram uma espécie de garantia de que isto ia acontecer, porque se falhássemos ia ser um grande falhanço e não queríamos falhar porque escolhemos a madeira errada. Isto também levantou uma série de questões entre nós no sentido de nos relembrarmos (…) de onde partimos: sobre o processo, sobre aprendermos, sobre trocarmos ideias e empoderar-nos enquanto mulheres com interesse em aprender sobre som».

Apesar das circunstâncias das quais partiram as ter levado a tomar determinadas opções, ressalvam que, com algum conhecimento de construção, outros caminhos mais criativos e sustentáveis são possíveis: da reciclagem das «colunas da aparelhagem do avô» à utilização de materiais menos convencionais como o cartão ou a cerâmica.

> Todas nós (…) estávamos ligadas ao som, mas na verdade tínhamos poucas ferramentas e conhecimentos (…). Então decidimos aprender em conjunto.

Hora de aquecer o corpo

Quase dois anos após a sua formação, várias festas de *benefit* e um longo caminho de discussão e aprendizagem, o futuro do coletivo é incógnito. Não sabem se continuará a existir após a construção do s*oundsystem* ou se passará a existir apenas para o gerir. Para o futuro, guardam a vontade de partilhar o que aprenderam, de fazer ouvir o sistema de som na *rave* e para lá dela: nas ruas, em manifestações e que possa ser usado por outros coletivos que precisem.

Concluem que um dos pontos de financiar o s*oundsystem* através de *benefits* é também o de diluir a propriedade privada sobre ele. Têm noção das horas de trabalho e tempo investido na sua construção, mas agradecem o que este «delírio coletivo» lhes tem trazido e que «no fundo é um sistema de som coletivo. Não sabemos ainda como vamos gerir isto, mas não temos o objetivo de ter propriedade sobre o som, sobre o conhecimento».

A nós resta-nos esperar o convite para a primeira festa, que preveem para breve. Ir aquecendo o corpo para dançar em conjunto e manifestar mais ideias loucas e amizades sentadas à mesa com vontade de lhes dar vida.

As Power Rangels deixam o seu contato para os que ficaram curiosos: **powerrangelss@gmail.com**

Sachola: uma casa para lutar

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Em Maio de 2023, a Agência Portuguesa do Ambiente exigiu que a Savannah Resources realizasse mais prospecções em terrenos privados e baldios. Esta condição é essencial para que a empresa britânica possa apresentar o RECAPE (Verificação da Conformidade Ambiental do Projecto de Execução) e receber a licença ambiental final. Não tendo acesso aos terrenos para realizar estas prospecções, a empresa requereu uma «servidão administrativa», que lhe foi concedida pela Direcção-Geral de Energia e Geologia, a 6 de Dezembro de 2024. Esta servidão dava o direito à empresa de entrar e trabalhar em terrenos privados e baldios para realizar essas prospecções. Tudo isto foi amplamente contestado pelas populações e associações locais e a servidão acabaria por ser suspensa a 6 de Fevereiro de 2025, graças a uma providência cautelar interposta por três particulares. Contudo, essa suspensão durou apenas duas semanas, uma vez que o Ministério do Ambiente apresentou uma «resolução fundamentada», argumentando que a realização de prospecções é do «interesse nacional» e que, por isso, se sobrepõe à providência cautelar. Assim sendo, a partir de 24 de Fevereiro de 2025, a empresa retomou os seus trabalhos no terreno.

> Um espaço que seja «ponto de encontro, de convergência e de acolhimento para todas as pessoas que querem cuidar do Barroso».

A Sachola, que «partiu da vontade colectiva de criar um espaço de encontro entre quem habita o território barrosão e quem com ele se solidariza», nasceu em Junho de 2023 e alojou-se num espaço cedido: uma das salas da antiga escola primária de Covas do Barroso. Agora, sentem a «necessidade de criar um novo espaço», onde possam ser completamente autónomos para continuar a fazer o que têm feito até aqui: organizar sessões de cinema, concertos, reuniões, exposições, residências artísticas e albergar gente ida de todos os cantos do mundo para lutar lado a lado com as populações barrosãs, para além de manter um centro de informação em permanência, com documentos, panfletos, zines, *flyers*, cartazes e jornais sobre a luta, nomeadamente o Jornal Mapa. Em suma, um espaço que seja «ponto de encontro, de convergência e de acolhimento para todas as pessoas que querem cuidar do Barroso».

Nas suas próprias palavras: «Queremos garantir que as populações do Barroso não estão sozinhas nesta luta contra os delírios extractivistas. Queremos garantir que o Barroso - região classificada como Património Agrícola Mundial pelas Nações Unidas - não é esventrado para que uns poucos lucrem com essa destruição. Queremos viver num mundo de florestas densas, hortas abundantes, rios limpos, águas puras; um mundo onde pessoas livres convivem em harmonia com outras espécies. Um mundo assim começa por criarmos espaços onde seja possível sonhá-los».

Esse novo espaço já existe. «Mas é uma casa que precisa de várias obras, amor, cuidado, rebeldia e criatividade. Para erguer esta casa, apelamos à vossa solidariedade e generosidade. Para começar, pedimos-vos que continuem a organizar benefits nos vossos espaços e territórios. Dentro de algumas semanas, iremos também iniciar uma campanha alargada de angariação de fundos. Em breve, iremos igualmente organizar as primeiras jornadas de construção».

EMAIL ASACHOLA@RISEUP.NET
TELEGRAM @ASACHOLA

O fogo do Newroz na Cova da Moura

PLATAFORMA DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DO CURDISTÃO
PORTUGAL4ROJAVA@GMAIL.COM

Acendeu-se o fogo do Newroz na Cova da Moura e apesar da chuva dançou-se em seu redor. Na primavera que surgiu no dia 21 de março o espaço da Dentu Zona acolheu a celebração em Portugal do Newroz, o Ano Novo curdo, num evento organizado pela Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão e membros da comunidade curda e da Mesopotâmia em Portugal. Para o povo curdo, além de representar a sua identidade e cultura, esta celebração é um símbolo de resistência.

Este ano o Newroz acontece no meio de um momento bastante significativo para a questão curda. A 27 de Fevereiro o líder curdo Abdullah Ocalan, preso em isolamento há 26 anos na ilha prisão de Imrali na Turquia, emitiu em comunicado um «Apelo pela Paz e uma Sociedade Democrática», acolhido com entusiasmo pelos diferentes povos do Curdistão. Esta súbita abertura no isolamento de Ocalan surge num contexto político da Turquia bastante particular. O governo fascista de Erdogan encontra-se num momento crítico, com uma crise política, social e económica que não aparenta ter fim à vista. Neste contexto Erdogan tenta-se agarrar ao poder, no que seria favorecido por uma aparente abertura do Estado turco em resolver a questão curda. O avanço de um novo processo de paz anunciado por Ocalan foi secundado por diferentes forças democráticas no Curdistão e Turquia, incluindo o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). Este anunciou um cessar-fogo, depois de Ocalan, no seu comunicado, ter referido que se as condições políticas e legais se apresentassem, o PKK baixaria as armas e se dissolveria.

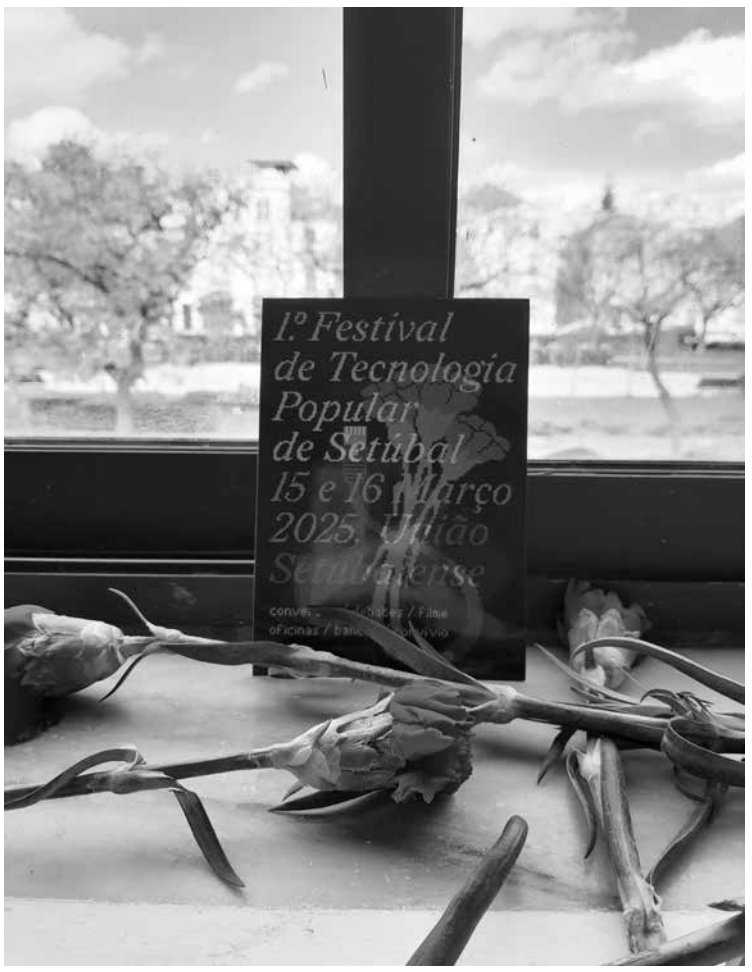
O acontecimento colheu de imediato análises e comentários de uma "derrota do PKK" e de "traição de Ocalan", mas os esforços de um processo de paz a partir do PKK e do movimento de liberdade curdo, não são algo inédito. Desde 1993 que diferentes processos de paz foram levados a cabo, não sendo objetivo do PKK o perpetuar do conflito. Ao longo dos últimos cerca de 50 anos de resistência o movimento curdo foi demonstrando uma capacidade de se adaptar e modificar sempre que necessário. Ocalan e o PKK declaram agora que o tempo do partido terminou. Cemil Bayik, co-representante do KCK (União de Comunidades do Curdistão), disse que «ao nível a que a luta chegou, um partido já não é uma resposta suficiente» e que o motor desta luta «já não é um partido, mas a organização dos povos, das próprias sociedades». O comunicado do Ocalan sobre a dissolução do PKK não é lido como o fim deste movimento, mas corresponderá o mais provável a uma mudança drástica na organização e estratégias deste movimento.

> Cemil Bayik, co-representante do KCK (União de Comunidades do Curdistão), disse [...] que o motor desta luta «já não é um partido, mas a organização dos povos, das próprias sociedades».

Desde o anúncio unilateral do cessar-fogo por parte do PKK, o exército turco não cessou os seus ataques, usando armas químicas, fósforo branco, massacrando uma família inteira numa aldeia em Kobane. Não renunciando ao direito de auto-defesa, a guerrilha respondeu a todos estes ataques. Neste cenário Besê Hozat, co-representante do KCK, em recente entrevista disse que apesar dos esforços de Ocalan e das diferentes forças democráticas, «é o Estado que não está a ser sério. Este governo abordou este processo de forma pouco séria e sem sinceridade. O governo, o Estado, não tomaram quaisquer passos». A sua máscara, em querer resolver este conflito pacificamente e democraticamente, começa a cair e a sociedade no estado Turco começa a ver o verdadeiro rosto deste governo, numa altura em que as prisões aos seus opositores políticos internos levaram para as ruas da Turquia uma nova vaga de protestos.

1º Festival de Tecnologia Popular de Setúbal: construir alternativas em coletivo

CIDAC [WWW.CIDAC.PT]
ODET [WWW.ODET.PT]



A crescente presença pública e notoriedade dos oligarcas da tecnologia — Elon Musk, Mark Zuckerberg, Jeff Bezos, entre outros — e dos seus interesses políticos criou uma oportunidade sem precedentes para consciencializar a população para as questões de classe e os graves problemas de democracia, ecologia, saúde mental e desigualdade trazidos pelo caminho atual de desenvolvimento da tecnologia, digital ou não.

Se nos anos 90 e início dos anos 2000 a discussão pública online acontecia em milhares de fóruns de discussão temáticos em múltiplos idiomas, que eram montados e mantidos por diversas pessoas, hoje a infraestrutura da internet está concentrada numa série de duopólios quase planetários: entre os browsers que usamos, os sistemas operativos tanto no computador como no telemóvel, os serviços de e-mail e os motores de busca, cada uma destas vertentes tem a sua quota de mercado atualmente repartida entre duas de três gigantes tecnológicas: Google, Apple e Microsoft[1].

> A tecnologia não é como a conhecemos apenas por razões técnicas, mas também por uma série de decisões humanas, políticas e económicas.

O grande capital foi capaz de nos atrair para umas poucas plataformas que controla de forma totalitária e onde nos mantém sob vigilância permanente — Facebook, Twitter/X, Reddit, Instagram, Google, Amazon, Windows, Android, iOS —, com o objetivo de extrair valor dos utilizadores a qualquer custo, sob a forma de dados, atenção ou participação. Se algumas pessoas vêm alertando para os riscos da concentração das plataforma digitais há anos, estes tornaram-se mais evidentes quando em Janeiro utilizadoras perceberam que o Instagram estava a bloquear ou despromover dissimuladamente (o chamado *shadowbanning*) os posts com *hashtags* (categorias agrupadoras) ligadas à esquerda[2].

Vivemos um momento em que se está a definir muita da infraestrutura da nossa vida digital e em que se estão a tornar visíveis os efeitos da sua concentração.

Construir alternativas viáveis ao sistema económico capitalista muitas vezes implica substituir cadeiras de produção e transporte complexas, mas a "leveza" do mundo digital permite copiar um ficheiro quase infinitamente e partilhar informação e conhecimento com facilidade. Mudar o software que utilizamos por vezes exige habituação, mas é algo que está ao nosso alcance. Por todo o mundo surgem grupos de pessoas interessadas em providenciar infraestrutura digital livre aos movimentos sociais e a outras pessoas que precisem, com base em economia solidária ou voluntaria. Em Portugal o coletivos.org tem sido imprescindível nesse sentido.

O primeiro passo é habituarmo-nos a pensar as tecnologias e interfaces que usamos todos os dias, não como um artefacto puramente técnico e imutável, mas como um produto de criação humana. A tecnologia não é como a conhecemos apenas por razões técnicas, mas também por uma série de decisões humanas, políticas e económicas, e por isso, alinhadas com as opções ideológicas e interesses de quem a concebe e produz. Num contexto em que aqueles que realmente desenvolvem as tecnologias (não os oligarcas) e aqueles que as utilizam participem de forma democrática na sua gestão, as tecnologias podem ter outras formas, estéticas e funcionalidades, alinhadas não com o lucro de alguns, mas com as necessidades de todos.

> Queremos que a tecnologia seja não um fator de bloqueio, mas um catalisador na construção do mundo que desejamos.

Esta consciencialização política sobre a tecnologia foi o tema do número 4, publicado em Novembro do ano passado, da revista online Outras Economias, editada pelo CIDAC — Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral — em colaboração editorial com a Oficina Global, e que vos convidamos a explorar. Rapidamente a associação se juntou ao coletivo ODET — Oficina de Democracia e Ecologia Tecnológica da União Setubalense para organizar o 1º Festival de Tecnologia Popular de Setúbal (FTPS), que aconteceu a 15 e 16 de Março.

O FTPS foram dois dias preenchidos da melhor maneira, com oficinas de privacidade, de reparação e de experimentação e instalação de softwares livres a decorrer continuamente, quatro conversas-debate, a projeção de um filme, assim como uma exposição dedicada a mulheres invisibilizadas no mundo da tecnologia e das telecomunicações.

Houve ainda uma oficina para todos os públicos em que mapeámos as tecnologias que usamos diariamente para depois investigar coletivamente os interesses económicos por detrás de cada uma, e que teve a participação de crianças, pessoas mais velhas, gente muito, pouco ou nada especializada em tecnologia.

Essa diversidade no público foi uma constante em todo o Festival: um dos aspetos de que nos orgulhamos e que foi bastante elogiado. Para qualquer lado que olhássemos víamos pessoas a conversar; algumas pessoas mais "geeks" pareciam começar pela primeira vez a politizar o seu discurso e a traduzi-lo em termos mais simples, conversando animadamente com pessoas "leigas" que começavam a ganhar consciência sobre as tecnologias que usam no dia-a-dia. Tudo isto à boleia do bar da União Setubalense e dos almoços vegetarianos confecionados pela Manela Pinto.

As conversas prosseguiram sem recorrer excessivamente a termos técnicos ilegíveis para o público geral, que participou com entusiasmo. Mulheres e pessoas de género não-binário do mundo da tecnologia partilharam connosco que se sentiram mais integradas e seguras, num ambiente mais inclusivo, quando é hábito ficarem apenas no seu grupo noutros eventos de tecnologia, ou até com receio de participar.

Queremos um mundo em que um grupo de pessoas vizinhas ou amigas possa decidir implementar o seu servidor local para ter e-mail e nuvem de forma independente e descentralizada; onde as escolas, hospitais, cooperativas e outros grupos utilizem o software livre que já existe e também desenvolvam soluções tecnológicas próprias adaptadas às suas necessidades; onde a reparação e a durabilidade dos aparelhos seja a norma e não a exceção; onde o conhecimento e informação de qualidade estejam realmente acessíveis a toda a gente; onde a privacidade seja um direito; onde as pessoas com deficiência consigam utilizar a tecnologia sem entraves; onde a discussão online aconteça em espaços geridos e moderados de forma humana pelas comunidades que os fundaram, entre tantos outros desejos que nos orientam.

Por outras palavras, queremos que a tecnologia seja não um fator de bloqueio, mas um catalisador na construção do mundo que desejamos. Uma tecnologia mais livre, mais nossa, inclusiva, emancipatória e justa. O Festival de Tecnologia Popular fez-nos acreditar que é possível, e novas atividades virão nos próximos tempos.

NOTAS

1 "We Need To Rewild The Internet", Noema Magazine (em inglês)

2 "Meta accused of pro-Trump bias after #Democrat hashtag blocked on Instagram", CBC (em inglês)

Por um Tejo livre

FILIPE NUNES

Foto: Julesvernex CC

Cresce a oposição ao projeto a um novo açude no rio Tejo que alimentará o Aproveitamento Hidroagrícola do Tejo e Oeste: 43.760 ha de regadio existente a que se somarão 24.345 ha de outros regadios privados. O açude em Constância/Praia do Ribatejo (Vila Nova da Barquinha) visa represar as águas do Tejo, cujo caudal se anuncia vir a ser aumentado com a construção a montante da barragem do Alvito (Beira Baixa) no Rio Ocreza. De acordo com o PROTEJO – Movimento pelo Tejo, esse aumento de caudal poderia ser assegurado, na ordem de 45 metros cúbicos por segundo, se fosse garantido o caudal mínimo estipulado da Convenção de Albufeira, mais do que o dobro do máximo de 20 m3/s da construção da barragem do Alvito, que apenas acresce 6m3/s à opção de nada fazer.

Por seu lado a associação ambientalista ZERO questiona a disponibilidade hídrica futura, dado que aos caudais do Tejo é apontada uma redução progressiva que comprometerá a captação em períodos de seca, assim como os custos indiretos e impactes não contabilizados, tais como a perda de biodiversidade, a degradação da qualidade da água (associada ao aumento da carga agrícola de nutrientes como azoto e fósforo) e os impactes no turismo local. As críticas são apontadas à estratégia *Água que Une* apresentada pelo governo a 9 de março, prevendo a construção de novas barragens e querendo replicar o modelo da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA). A construção do novo açude insere-se nessa estratégia, mas os autarcas locais, sem deixaram de defender a barragem do Alvito, contrariamente às associações ambientalistas, juntaram-se num coro de críticas com os municípios de Constância e de Barquinha, diretamente afetadas pela construção do açude.

Nesta estratégia, o oligopólio da agricultura intensiva com alto consumo de água pretende mimetizar agora no Médio Tejo, assim como mais a norte no Mondego, o modelo sul do Alqueva gerido pela EDIA, afamado sob a designação ilusória de Empreendimento de Fins Múltiplos. Em 2024 os Blocos de Rega alentejanos contabilizaram 83% do uso da sua água exclusivamente para a monocultura intensiva do olival, que continua a aumentar perante a diminuição do peso das culturas anuais (cereais e hortícolas, entre outras).

O PROTEJO, com sede em Vila Nova da Barquinha, apelou à participação nas ações contra a construção deste açude, anunciando a 26 de abril o «12.º Vogar contra a indiferença – Por Um Tejo Livre», uma descida de canoa desde Constância até ao Castelo de Almourol, ou, a 31 de maio, em Constância, a realização do 2º Encontro Nacional de Cidadania em Defesa dos Rios e da Água.

Sob o lema «Por Um Tejo Livre», o movimento de cidadania em defesa do Tejo defende «a preservação ecológica dos últimos troços dos rios Tejo e Zêzere como rios Vivos sem poluição e Livres de açudes e barragens». Trata-se da defesa dos últimos 127 km de rio Tejo livre, para que os 1.007 km desde a nascente até ao oceano não sejam uma linha de água completamente represada. Nesse contexto, a PROTEJO denuncia «o aumento das pressões negativas que resultam da sobre-exploração da água do Tejo: as que se avizinham, com projetos de construção de novos açudes e barragens, e as que já existem, face à gestão economicista das barragens hidroelétricas da Estremadura espanhola, aos transvases de água do Tejo para a agricultura intensiva no sul de Espanha e à agressão da poluição agrícola, industrial e nuclear». Em alternativa realça «a importância do regresso de modos de vida ligados à água e ao rio e das atividades de educação ambiental e turismo de natureza, cultural e ambiental» e a «adoção de culturas agrícolas adaptadas às alterações climáticas menos exigentes em água e agrotóxicos».

As águas de uns e as águas de outros

A Estratégia Nacional de Gestão da Água anunciada em março deste ano colide com as estratégias inerentes à Lei do Restauro da Natureza, aprovada pelo Parlamento Europeu em fevereiro de 2024. A reiterada aposta na construção de novas barragens surge em contra-ciclo à preservação e renaturalização dos ecossistemas ribeirinhos, restaurando as funções naturais dos rios e a melhoria da sua conetividade.

O programa *Água que Une*, elaborado por um grupo de trabalho que reuniu a Águas de Portugal (AdP), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA), acabou por anunciar 50 milhões de euros para a execução do PRORIOS 2030 - Plano de Ação para a o Restauro e Revitalização de Rios e Ribeiras. Distinta ordem de valores são os 1.183 milhões de euros para o estudo e construção de novas barragens: Barragens de Fagilde (Viseu), Alvito no Ocreza (Castelo Branco), Alportel (Tavira), Terges e Cobres (Beja, Mértola), Carreiras (Mértola), Foupana (Castro Marim), Girabolhos (Seia), Laça (Bragança), Fargela (Arraiolos), Santulhão (Vimioso), Boavista (Moimenta da Beira), Cerejal (Alfândega da Fé e Vila Flor), Maceiras (Valpaços), Veiga (Carrazeda de Ansiães); a que se somam ainda 240 milhões de euros para o alteamento de barragens existentes: Barragens da Vigia (Redondo), Marechal Carmona (Idanha-a-Nova), Meimoa (Penamacor), Pedrógão (Vidigueira), Pinhão (Vila Pouca de Aguia), Vila Chã (Alijó), Sambade (Vila Flor), Valtorno (Vila Flor), Lucefecit (Alandroal), Alvito (Cuba), Lapão (Mortágua) e Odelouca (Monchique).

Duas perspetivas antagónicas de gestão da água e dos ecossistemas parecem de novo confrontar-se num anúncio político de um vencedor à partida. Na verdade, esse antagonismo parece resultar da incontestabilidade dessa visão meramente economicista e antropocêntrica do território perante a escassez do recurso água. Para trás ficou o preâmbulo do despacho de criação do grupo de trabalho de junho de 2024 que referia uma estratégia assente em avaliações preliminares de viabilidade económico-financeira e de impacto ambiental e social. O certo é que na égide do restauro da natureza, projetos como «o Rios Livres GEOTA não se posicionam contra toda e qualquer barreira fluvial, mas sim contra barreiras desnecessárias a nível social e económico, e com impacto ecológico negativo». Ana Catarina Miranda, coordenadora do GEOTA, escrevia assim a esse propósito, acrescentando que «em Portugal, estima-se que existem cerca de 7 mil barreiras à conetividade fluvial, e muitas são obsoletas. Por um lado, devemos apostar na remoção de barreiras obsoletas com impacto ecológico negativo e, por outro, não podemos continuar a apostar na expansão de um sistema de monocultura agrícola intensiva e muito dependente de água – um recurso que será cada vez mais escasso no contexto das alterações climáticas».

Águas paradas

A Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), promotora da construção da Barragem do Pisão e do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, juntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente, interpuseram contestação à sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco que, a 17 de janeiro, anulara a Declaração de Impacte Ambiental da Barragem do Pisão emitida em 2022. A decisão judicial assente essencialmente em questões processuais foi desencadeada num processo movido pelas organizações não-governamentais de ambiente da Coligação C7, as quais tem vindo a demonstrar os danos irreversíveis para os valores ecológicos, incluindo o abate de quase 60 mil árvores protegidas, assim como a afetação de 14 habitats prioritários.

A CIMAA reitera que a Barragem do Pisão irá ser concretizada, mas as contas e os prazos sofreram um evidente revês. Em janeiro de 2024, o governo de António Costa anunciara uma dotação de 141,2 milhões de euros, inscrita no PRR, e um reforço de 10 milhões com origem no Orçamento do Estado. Em final de janeiro de 2025, o governo de Luís Montenegro anuncia que Barragem do Pisão já não vai ser financiada pelo PRR, reafetando o seu financiamento ao Orçamento de Estado já enquanto governo demissionário.

Trabalhadores agrícolas em luta

Sem migrantes explorados não há agricultura «barata» na Europa. Um retrato de dureza e solidariedade vindo da Áustria.

SÓNIA MELO

Daniel veste a calça preta clássica emprestada. O relógio bate as oito em ponto duma Quarta-feira de Fevereiro. A camisa branca combina com os seus dentes muito brancos e contrasta com a cor da sua pele. Enfia-se com pressa nos sapatos que engraxou com vagar na noite anterior, antes de vestir o casaco de Inverno. Certifica-se que o telemóvel cabe no bolso esquerdo das calças, enquanto a chave dá duas voltas na fechadura e faz-se a caminho da estação de metro a passos largos, mas sem correr. Daqui a meia hora vai entrar no tribunal do trabalho de Viena e encarar o seu antigo empregador, um industrial agrícola, que hoje se sentará à sua frente no banco dos réus. Está nervoso. A última vez que o viu, há mais de meio ano, recebeu das suas mãos um envelope com 385 euros, o pagamento pela última semana de trabalho na estufa – por 77 horas a colher pepinos, salada e tomates – em Simmering, o distrito número 11 da capital austríaca. Declaradas eram apenas 20 horas semanais.

Daniel poderia ser o nome de um homem austríaco. Mas não é. Porque nem nas estufas de Viena, nem nos campos agrícolas a céu aberto espalhados por toda a Áustria há um Daniel austríaco – sequer uma Daniela austríaca – que trabalhe na colheita de legumes e frutos. Um trabalho pesado, mal pago e sujeito a condições de trabalho indignas.

Daniel é romeno. Com quase 40 anos é casado há 14 e pai de dois filhos menores. Para sustentar a família vai para o estrangeiro a maior parte do ano fazer trabalho sazonal. Já trabalhou na Alemanha, em Espanha e há cerca de três anos decidiu vir para a Áustria, que faz fronteira com a Roménia, para poder visitar a família mais regularmente. O plano não funcionou, já que é raro ter dois dias seguidos de folga que lhe permitam fazer a viagem de dez horas de ida e volta em autocarro – o ano passado só foi uma vez. Se fizesse as contas, que não faz, mas se fizesse, constataria que não viveu com a filha de 12 anos mais do que um quarto da vida dela na mesma casa, nunca a levou à escola para a festa de Verão e nos nove anos de vida do filho nunca esteve em casa pelo seu aniversário. Trabalha na agricultura, um dos únicos sectores de fácil acesso para imigrantes como ele, embora como romeno e portanto cidadão europeu, usufrua em teoria de livre acesso ao mercado de trabalho na Áustria. Não fez para além do ensino básico, não fala alemão, não sabe onde dirigir-se para procurar outro trabalho, não está familiarizado com os trâmites neste país, e mesmo que estivesse, tão pouco teria disponibilidade para se ocupar deles. Não tem nenhum contacto com a população local. Tendo apenas um único dia livre por semana, ao Domingo, depois de ter trabalhado quase 80 horas, não tem tempo para mais nada para além de lavar a roupa da passada semana, ir às compras e cozinhar para a próxima, falar com a família por vídeo-chamada e apesar de tudo isso: descansar e dormir o mais possível.

Condições de trabalho

Daniel é um dos quase 20.000 imigrantes a trabalhar na colheita de legumes, frutos e vinho na Áustria e pertence à sua maioria: romeno, homem, menos de 40 anos. Tal como a maioria, foi recrutado por uma familiar, que já cá trabalhava. Empresas intermediárias são na Áustria a excepção, por isso não é invulgar que várias pessoas da mesma aldeia do país de origem – vizinhos e familiares – trabalhem para o mesmo agricultor ou pelo menos na mesma região. Tal como a maioria, recebe pouco mais de metade do que o contrato colectivo de trabalho estipula para o trabalho que faz: cinco euros em vez dos estipulados oito e meio por hora. Se fosse mulher, receberia ainda menos. E embora o contrato colectivo para a agricultura regule bem todos os direitos de trabalho, tais como pagamentos extraordinários, horários, pausas, assim como os relativos a alojamento e refeições, em três anos de trabalho sazonal de Fevereiro a Outubro, Daniel nunca viu cumprido nenhum deles. No primeiro dia de trabalho era-lhe confiscado o passaporte pelo empregador e devolvido apenas no final da estação, prática comum no trabalho agrícola imigrante e punido como tráfico de pessoas. Nunca recebeu pagamentos extraordinários pelo trabalho de 300 horas mensais nas estufas sob 45 graus *celsius*, vivia num contentor juntamente com mais três trabalhadores ao lado da casa do agricultor perto das estufas, pelo qual lhe eram deduzidos 100 euros do salário, com uma casa de banho para 20 homens e mulheres, um pequeno duche, uma cozinha demasiado pequena para tanta gente cozinhar, uma máquina de lavar roupa a moedas. Pagava até pela água que bebia e era insultado permanentemente pelo agricultor e pelo seu capataz, um romeno também ele, há 20 anos a trabalhar para o chefe, adquirindo assim direitos especiais.

> Sezonieri oferece aconselhamento jurídico e anónimo nos idiomas dos trabalhadores, operando com folhetos informativos multilingues e linhas directas para o contacto por telefone.

Um Sábado à tarde, depois de receber o pagamento da semana em dinheiro, dentro de um envelope fechado, já que o salário varia de acordo com o país de origem, estratégia muito usada pelos empregadores, em vários sectores aliás, para evitar dinâmicas de grupo e lutas colectivas, Daniel despediu-se. Foi ao escritório falar com o agricultor, que mais industrial é do que agricultor, assim o demonstram as suas mãos limpas e sem gretas. Disse-lhe «Não estou mais para isto, não permito ser tratado como lixo», no seu idioma, sem se importar de ser entendido ou não. Saiu, bateu a porta com força atrás de si, fez a pequena mala em poucos minutos, deixando de fora um folheto informativo da iniciativa *Sezonieri*, que tinha recebido duas semanas antes pelas mãos de um activista, enquanto se passeava um Domingo pelas ruas em redor das estufas.

Contexto político e sindical

A colheita agrícola na Áustria é feita totalmente por trabalhadores imigrantes, sobretudo por pessoas oriundas de países europeus fronteiriços, como a Roménia, Eslovénia e Hungria, mas também de

Protesto em Tirol, 2013

países não pertencentes à União Europeia (UE), como a Sérvia, a Ucrânia e a Albânia. A maioria permanece na Áustria durante apenas alguns meses para o trabalho sazonal, isolados nas regiões rurais ou nas estufas da capital, habita nas casas dos agricultores ou perto delas, em contentores nas quintas agrícolas. Não têm nenhuma possibilidade de aprender alemão e desconhecem os seus direitos laborais. Para o sindicato, são um grupo de assalariados difícil de organizar. Tal como noutros sectores dominados por trabalho imigrante – construção civil, silvicultura, serviços de entrega ao domicílio, assim como cuidadoras de idosos e empregados de limpeza em domicílios ou empresas, o nível de organização sindical na agricultura é zero. Os sete sindicatos austríacos, organizados por sectores, orgulham-se dos baixos números de greves no país, devidos a uma parceria social dita exemplar e única na UE, baseada no chamado «modelo austríaco», que fundamentalmente consiste em encontrar compromissos sentando-se à mesa com os representantes das empresas, numa hierarquia de poder dentro dos sindicatos, que exclui a base – os trabalhadores – da luta pelos seus próprios direitos. São sindicatos marcados por um nacionalismo caracterizado pela protecção do mercado nacional laboral, com tendências fortemente racistas – uma estrutura fechada em si, em gabinetes inalcançáveis para imigrantes. Além disso, o trabalho agrícola não tem qualquer representação política, num país onde os agricultores por sua vez estão organizados no partido político mais forte, o democrata-cristão conservador Partido Popular Austríaco ÖVP, que desde 1945 até hoje esteve em 31 dos 36 períodos legislativos no poder, em 15 deles até com maioria absoluta. Num país com fortes raízes nazistas e dominado por ideologias racistas com poder político, assim o evidencia o partido de extrema-direita Partido da Liberdade da Áustria FPÖ, fundado por nazis em 1956, que chegou a primeira força política nas últimas legislativas em Outubro de 2024, com quase 30 por cento dos votos. Um partido que alimenta o racismo no país e apela à «reemigração», que nada menos significa do que a deportação de todos os imigrantes que não «sirvam ao país».

Daniel com um folheto informativo em romeno

Initiativa Sezonieri

Reagindo a um protesto singular, uma «greve selvagem» de 70 trabalhadores romenos e sérvios na região do Tirol em 2013, o sindicato de produção PRO-GE, responsável, entre outros, pelo sector da agricultura, fundou pouco depois a campanha *Sezonieri,* para assegurar os direitos dos trabalhadores das colheitas na Áustria e melhorar as suas condições de vida e de trabalho – juntamente com activistas e organizações não governamentais de apoio a imigrantes. E é precisamente nesta aliança que reside a força da iniciativa. A infra-estrutura de apoio jurídico e financeiro do sindicato junta-se à perícia e experiência das organizações de apoio a imigrantes e ao trabalho político e anti-racista dos activistas, que apresentam novas estratégias de luta de base ao sindicato, abrindo assim novos caminhos na organização sindical de trabalhadores imigrantes. O objectivo é informar os trabalhadores das colheitas sobre os seus direitos, garantir o cumprimento das leis existentes, sensibilizar a população local para a exploração no trabalho agrícola e sobretudo apoiar os trabalhadores nas suas lutas laborais. Igualmente importante é o trabalho interno dos activistas, força motriz da iniciativa, levado a cabo dentro do sindicato, assegurando que este se dedique a um sector que negligencia. Desta forma, exerce, por um lado, pressão dentro do próprio sindicato e por outro, também junto do partido social democrata SPÖ, o partido político mais próximo dos sindicatos.

Sezonieri oferece aconselhamento jurídico e anónimo nos idiomas dos trabalhadores, operando com folhetos informativos multilingues e linhas directas para o contacto por telefone. Os folhetos são distribuídos aos trabalhadores nos campos agrícolas por activistas, em conjunto com sindicalistas, nas respectivas regiões e também em locais de encontro perto dos campos agrícolas, como supermercados e cafés. Sendo a produção e colheita de legumes e frutas em Viena realizadas em estufas fechadas, o que dificulta o contacto directo com os trabalhadores, *Sezonieri* oferece aqui um curso de alemão gratuito e de fácil acesso perto das zonas das estufas, aos Domingos, não só para ensinar o idioma, mas também para criar confiança com os trabalhadores e promover processos de auto-organização. O curso é acompanhado por activistas que, para além de informarem os trabalhadores sobre os seus direitos laborais, lhes prestam todo o tipo de ajuda: procura de emprego noutros sectores, abertura de uma conta bancária, contrato de telemóvel, esclarecimento sobre abono de família, acompanhamento em procedimentos oficiais, etc.

> Pagava até pela água que bebia e era insultado permanentemente pelo agricultor e pelo seu capataz, um romeno também ele, há 20 anos a trabalhar para o chefe, adquirindo assim direitos especiais.

Disparidade salarial na UE

Apesar de trabalhar 300 horas por mês, Daniel não ganha o suficiente que lhe permita viver na Áustria, muito menos trazer a família para viver com ele. Subtraindo as deduções para alojamento, água e máquina de lavar, sobram-lhe à volta de 1.400 euros mensais de salário líquido – num país onde a linha da pobreza é avaliada em 1.572 euros por pessoa, o chamado oficialmente «limite de rendimento». Quem na Áustria vive com menos, vive – também oficialmente – em pobreza. É a disparidade salarial: na Roménia o salário mediano ronda os 200/300 euros mensais, o que leva à exploração sistemática de trabalhadores imigrantes, até mesmo oriundos de países dentro da «Fortaleza Europa». Neste contexto, sindicatos nacionais não podem representar devidamente os interesses de trabalhadores em permanente mobilidade. Precisamos de sindicatos transnacionais por sector, que efectivamente protejam todos aqueles que trabalham, independentemente de onde tenham nascido e de onde tenham escolhido ou sido forçados a viver.

Daniel é vítima de um racismo estrutural, deliberado, para sustentar um sistema capitalista. A super-exploração da sua força de trabalho não é mais do que o outro lado da mesma moeda de um sistema que funciona na perfeição – a produção de produtos regionais e sazonais baratos, colhidos por imigrantes precários para sustentar um sector que recebe o maior fundo de financiamento da UE para a Política Agrícola Comum.

O processo judicial de Daniel é um dos oito processos actualmente apoiados por *Sezonieri.* No tribunal de trabalho de Viena, neste dia de Fevereiro, activistas da iniciativa e jornalistas enchem a sala de audiência. Daniel continua nervoso, mas não o faz notar. Nesta primeira audiência, para a qual Daniel pediu emprestadas as calças pretas clássicas e se preparou devidamente, juntamente com os activistas de *Sezonieri*, o processo foi adiado. O motivo: o arguido, o industrial de agricultura, seu antigo empregador, não compareceu.

Sezonieri significa trabalhador/a sazonal em romeno, porque na Áustria a maioria dos trabalhadores de colheitas vem da Roménia. A autora é jornalista e co-fundadora e activista da iniciativa em Viena.

www.sezonieri.at

Em Otero

Pensamos que somos turistas comuns, a salvo de problemas, e depois damos por nós presos num centro de detenção para migrantes nas profundezas do Novo México - o «Ice Otero Processing Center». Eis a história de uma semana de encarceramento ao lado de requerentes de asilo presos pelo maldito Tio Sam.

EMILIEN BERNARD
DEZEMBRO DE 2024 [1]

Foto: Mark Lambie (El Paso Times)

Ai. Algemado, acorrentado numa carrinha, bato regularmente com a cabeça contra a parede metálica. Os dois polícias da frente sorriem e recusam-se a res ponder-me quando pergunto para onde vamos. Preso no posto fronteiriço entre Ciudad Juarez (México) e El Paso (Texas) por causa de um visto mal feito, acabo de passar 48 horas numa cela de doze metros quadrados, na companhia de uma dúzia de companheiros de sofrimento e de um cobertor de sobrevivência - uma festa.

Após meia hora de viagem acidentada, aproximamo-nos de Chapparal, uma cidade do Novo México onde foi inaugurado em 2008 um sinistro complexo prisional chamado Centro de Processamento do Condado de Otero. É gerido pelo Immigration and Customs Enforcement (ICE), uma agência aduaneira criada em 2001 na sequência paranóica dos ataques do 11 de Setembro. É o ICE que preside aos destinos dos migrantes aqui detidos, muitas vezes durante longos meses. E rapidamente percebi que era o meu novo senhorio.

Dormitório prisional

O primeiro olhar é assustador. Enormes edifícios implantados no deserto como monolitos de betão, com capacidade para mil pessoas e rodeados por duas vedações altas adornadas com arame farpado. Há agentes prisionais por todo o lado, armados com cassetetes e gás lacrimogéneo. E os reclusos vestem uniformes semelhantes, com a diferença de que uns são azuis, outros cor de laranja e os últimos vermelhos - marcando o seu grau de «perigosidade». Recebo o uniforme azul e, despojado dos meus escassos haveres, sou escoltado até à minha nova casa. Conhecido como «Charlie One», é um dormitório com tectos altos que parece um barracão de quinta e que alberga cerca de cinquenta homens. Em termos de conforto, é mediano: cerca de 200 metros quadrados de beliches metálicos, a mesma área dedicada ao espaço de lazer (dez mesas, duas televisões) e casas de banho/duche. Para temperar tudo isto, a pintura amarela tipo mijo contribui para o carácter sombrio do local.

Enquanto me passam pela cabeça filmes de prisão maus e ultraviolentos, o comité de boas-vindas tranquiliza-me rapidamente. Miguel, um mexicano de quarenta e poucos anos, plácido e barrigudo, indica-me a minha cama, «cama diez y siete» (cama 17), e explica-me pacientemente os hábitos e costumes da casa. Basicamente: manter as coisas arrumadas e limpas para que as condições de detenção não sejam agravadas pela desarrumação. Quanto ao resto, dão-me um cobertor roto, uma mini escova de dentes e apresentam-me as várias pessoas detidas. Após esta ronda de controlos, recebo a minha alcunha: «El François». O francês, o único detido aqui. Olaré.

Camaradas de quarto

«O que estás a escrever?», pergunta-me Luis no dia seguinte, quando me vê sentado à mesa com uma folha de papel e um lápis, os únicos objectos de «lazer» que me são fornecidos à vontade. «A vida das pessoas daqui», gaguejo, em mau espanhol. Ele senta-se à minha frente e começa a falar-me de si. Na casa dos quarenta, com um penteado estranhamente ondulado que penteia de dez em dez minutos, este homem da Venezuela, de onde teve de sair por razões políticas, é prolixo: «Podia escrever um livro com todas as minhas peripécias para chegar aos Estados Unidos. Conheces a selva de Darien, entre a Colômbia e o Panamá? Como muita gente aqui, tive de a atravessar. Consegues imaginar o que é passar quatro dias a atravessar com cobras, outras coisas venenosas e o medo de morrer no meio do nada?» Está aqui há 10 meses, a reviver memórias, orgulhoso de ter chegado tão longe na sua viagem, temendo apenas uma coisa: a sua provável deportação.

Depois de se saber a minha posição como jornalista "françois", não demorei muito a conhecer outras figuras locais. Na «cama treinta y dos», há o Petrus, do Haiti, que fala um francês desajeitado, mas cantado. É um pouco como o Charlot do dormitório, que se faz sempre de desentendido, bate contra as camas e é regularmente repreendido pelos guardas. É a segunda vez que passa por Otero, daí a sua farda laranja de reincidente, depois de percursos que, modestamente, descreve como «complicados»: «Enfrentei tantos obstáculos que nem imaginam. Sobretudo no México, onde estive preso durante algum tempo». Como está sempre a fazer-se de parvo, todos gostam dele e, quando chega a altura de ter uma entrevista com os agentes do ICE para examinar o seu direito de asilo, toda a caserna lhe dá conselhos: t-shirt enfiada nas calças, penteado polido com saliva, andar bem arranjado...

Tal como os restantes cerca de vinte outros dormitórios, Charlie One «acolhe» um mosaico de destinos mais ou menos entrelaçados. A maioria dos reclusos está na casa dos vinte anos e fala espanhol - são oriundos do México, da América Central (Nicarágua, El Salvador...) e da América Latina (Colômbia, Equador...). E depois há os destinos mais «longínquos», como as duas pessoas do Bangladesh que aproveitaram um visto para a Guiana antes de embarcarem na longa travessia, ou o trio inseparável formado por dois egípcios e um jordano. Quanto ao russo Aleksander, campeão da testa franzida, não quer fazer uma retrospectiva da sua carreira, limitando-se a afirmar que é um adversário político do czar Putin. Mas não é o único a adoptar uma linha dura. Há uma espécie de regra tácita na nossa vida quotidiana: para além das boas notícias administrativas, pouco se fala daquilo por que se passou, ou desta prisão temporária. Não para aumentar a tristeza, mas para nos concentrarmos na graça de Deus, omnipresente entre a legião de fanáticos católicos, ou nas vicissitudes do Puissance 4 (um dos poucos jogos disponíveis no canto de lazer). Há também um registo de infantilidade, presente dos cursos de peidos às piadas de baixo calão que desarmam o peso do mundo que nos rodeia: o confinamento entorpecedor ou as refeições de plástico engolidas a uma velocidade vertiginosa sob a pressão dos funcionários dos refeitórios sobrelotados - vocês não estão aqui para conversar! Quanto às leituras colectivas da Bíblia antes do apagar das luzes, seguidas de cânticos religiosos cantados com fervor, permitem-nos sonhar com horizontes menos carcerários e fugir para céus azuis onde o ICE é menos gelado.

> Várias pessoas morreram no Centro de Processamento do Condado de Otero por não receberem tratamento médico básico.

Arriba Trump!

No dia 5 de Novembro, dia do triunfo de Trump, um dos dois televisores estava sintonizado na emissão especial da noite do canal mexicano Telemundo. A maior parte dos presentes mostrou-se pouco interessada, à excepção de uma piada casual sobre o cabelo de Trump ou as nádegas de Kamala. Paradoxalmente, uma boa metade dos meus colegas de quarto declara-se favorável ao candidato republicano, que anunciou querer deportar milhões de imigrantes ilegais. «É um homem forte e crente, é disso que me lembro», diz o colombiano Kristofer, ultracatólico e ultra-robusto. Luis também está inclinado para o rei dos MAGA: «Sim, prefiro Trump, mas é uma decisão ponderada. Os números são claros: há mais deportações com os democratas. E foi Biden quem assinou a maldita lei em Junho passado[2] . O resto é só vento e areia para os olhos...».

Na casa dos cinquenta, com cara de Buda descontraído, Marcos reagiu aos comentários de Luis, provocando-o gentilmente: «Se Trump passar, vais para a Venezuela num instante, amigo». No entanto, diz compreender o voto republicano entre os hispânicos e não hesita quando dois jovens venezuelanos gritam «Arriba Trump!» ao passarem em frente à televisão. «É normal que gostem deste tipo: ele personifica a ordem. E muitos de nós somos de países onde existe uma forma de caos social, exacerbado pelo aumento do poder dos gangs», explica. Marcos está numa boa posição para falar sobre isto. Depois de uma década de exílio nos Estados Unidos, regressou ao seu país natal, o Equador, em 2020. Uma má memória: «No meu bairro em Quito, toda a gente pensava que eu era rico porque tinha acabado de chegar dos Estados Unidos. Quando um gang local começou a extorquir-me dinheiro, tive de pagar o equivalente a 10 mil euros. Depois disso, não me restou mais nada. As ameaças de

morte continuaram, com telefonemas todas as noites. Quando queimaram o meu carro, decidi ir-me embora. O relato da sua viagem é semelhante ao de muitos prisioneiros: o inferno da selva no Panamá, a extorsão de dinheiro pelo caminho, sobretudo no México, onde os cartéis se aproveitam da vulnerabilidade dos viajantes. E aqui está ele em Otero, mergulhado na temporalidade incerta típica deste tipo de lugar, onde a arbitrariedade da administração faz e desfaz os segundos que passam, as vidas. A mulher e os dois filhos podem estar à sua espera nos Estados Unidos, mas ele está aqui a definhar há quatro longos meses e não tem a certeza de que lhe seja concedido asilo.

Quando acordei, às seis da manhã, foi uma matrona que anunciou a vitória oficial, encantada por ver a minha cara decomposta. «É um homem honesto, confio nele», acrescentou, dizendo-me que tinha votado nele com entusiasmo. Naturalmente.

Em Otero, cada prisioneiro/a é uma fonte de lucro.

Otero blues

Construído em 2008, o Centro de Processamento do Condado de Otero desenvolveu uma reputação deplorável ao longo dos anos. Várias pessoas morreram ali por não receberem tratamento médico básico, como o mexicano Rafael Barcenas-Padilla (51 anos) em 2016 e a salvadorenha trans requerente de asilo Johana Medina León (25 anos) em 2019[3]. Outro caso edificante: em Julho de 2024, cinco venezuelanos entraram em greve de fome para denunciar as suas condições de detenção e a duração do seu encarceramento, antes de serem colocados na solitária. As associações que apoiam os exilados destacam as carências humanas e sanitárias dos detidos, que são mantidos sem culpa formada[3]. Esta situação deve-se, sem dúvida, em parte, ao facto de a gestão do complexo prisional ter sido confiada a uma empresa privada que só está interessada numa coisa: o lucro.

Nas paredes do centro de detenção está gravado em letras grandes e pretas: «MTC corrections - Believe it or not, I care» . MTC é a sigla de Management and Training Corporation, uma das principais empresas americanas no lucrativo negócio das prisões. E o slogan pode ser traduzido da seguinte forma: «Acredite ou não, eu preocupo-me consigo». Bem, de certa forma, sim, é «credível». Porque, em Otero, cada prisioneiro/a[4] é uma fonte de lucro. Os documentos internos da prisão revelam que a MTC ganha cerca de cem dólares por noite por pessoa. Mas não é tudo. Neste lugar, tudo é feito para maximizar os trocos extraídos. As três refeições diárias, que sabem a cartão, são preparadas e distribuídas pelos reclusos, que recebem salários irrisórios pela tarefa. Jimmy, 20 anos, com cara de estudante risonho, diz-me que trabalha mais para se distrair do que pelos dois dólares por hora que lhe pagam. Quanto à limpeza dos dormitórios é ainda mais simples: é uma tarefa obrigatória imposta aos reclusos, que se revezam para limpar o chão ou esfregar as casas de banho de manhã e à noite. No auge da indecência, a comunicação com o mundo exterior é feita através de um sistema dispendioso, uma aplicação chamada «Getting out», em que os reclusos e as suas famílias são convidados a pagar somas avultadas para conversar através de alguns tablets comuns instalados num canto do dormitório. Os meus familiares pagaram 50 dólares por 20 minutos de conversação - não muito longe da burla mais banal...

O último elo pernicioso da cadeia é a disciplina. De forma oficiosa, um chefe de quarto é encarregado de pacificar a vida quotidiana em troca de alguns privilégios (passar à frente da fila para a cantina, usar um boné, dirigir as orações da noite...). Por sorte, o meu é um tipo simpático, apesar das tatuagens de gangues que tem na cara. Trata toda a gente por «mano», dá aulas de boxe aos amigos e não abusa do seu pequeno poder. Quanto aos «verdadeiros» guardas, gostam de exibir as suas capacidades de causar problemas: como esta vigilante perversa que aproveita a regular *cuenta* (contagem de prisioneiros) para humilhar aqueles de quem não gosta - quer seja por uma cama «mal feita» ou pelos sapatos que não foram devidamente guardados ao pé dos beliches.

A pintura amarela tipo mijo contribui para o carácter sombrio do local.

A sorte do François

Ao fim de uma semana de detenção, quando o consulado previa que eu ficasse lá pelo menos dois meses, um guarda disse-me que eu ia embora. Kafka acabou, graças a uma equipa incrível de amigos em França e nos Estados Unidos, que se esforçaram ao máximo em modo bulldozer anti-repressão[5]. Quando estava a sair do dormitório, arrumando desajeitadamente as poucas coisas que tinha empilhado debaixo do colchão, ouviu-se um grito geral de «Viva El François!». Alguns bateram na cama de metal, outros aplaudiram suavemente a minha tímida proclamação de «suerte!», todos manifestando a solidariedade que sentiam há uma semana: quem está aqui preso é um camarada.

Apesar de tudo. Do alto do meu privilégio francês prestes a ser libertado, pude tocar por um segundo na grande merda que está a acontecer aqui. O confinamento entorpecedor. A lotaria do asilo após meses/anos de exílio. E esta caldeirada humana que resiste a ser remetida para o nada. Lembro-me do Freddy a trabalhar na biblioteca irrisória, com alguns livros de direito para dar andamento ao seu dossiê. No Marcos a fazer tudo para me tranquilizar quando aqui cheguei. No «Jeffe», na caserna, que agradece a Jesus por o ter ensinado a amar os «hermanos» que o rodeiam. Nas gargalhadas irónicas provocadas no dormitório quando se fala do *sueño americano*. No Jimmy, que regressa de uma entrevista com o ICE com os olhos vermelhos, murmurando para a sua pequena barba: «Estão a deportar-me para as Honduras!». E saio comovido, ainda mais convencido de que os profetas da desgraça darão um dia lugar ao grande grito de fraternidade que os saltadores de fronteiras invocam. Ámen.

Foto: Cindy Ramirez (El Paso Matters)

A «Macdonaldização» das grades

Um número frequentemente citado ilustra perfeitamente a ignomínia da política penitenciária dos Estados Unidos: embora este país tenha um quarto da população prisional mundial, representa menos de 5% da população mundial[1]. Trata-se da taxa de encarceramento mais elevada do mundo (655 pessoas por 100.000 habitantes), muito à frente da China (65) e da Rússia (405)[2].

Esta corrida ao encarceramento generalizado é, em grande parte, o resultado da privatização parcial das prisões nos Estados Unidos, iniciada nos anos neoliberais de Reagan que usou como pano de fundo a «guerra contra a droga». A primeira prisão privada foi construída no Texas em 1984. Hoje, cerca de vinte Estados praticam parcialmente esta neoliberalização desenfreada das grades, com um recorde: no Novo México mais de 40% de prisões são privadas. As empresas que beneficiam desta vantagem podem contar com «cláusulas de ocupação» que garantem a ocupação de pelo menos 80% dos seus estabelecimentos, ou serão indemnizadas pelos Estados infractores, que puxam pelos cordões à bolsa,. Resultado: a "McDonaldização" das prisões, com uma obsessão pelo baixo custo e a procura de rentabilidade a curto prazo. Uma regressão democrática resumida pelo grande escritor de romances negros Don Winslow, em The Frontier: «A guerra contra a droga tornou-se uma máquina económica autónoma. As cidades que antes lutavam por fábricas estão agora a lutar por prisões. Com a "privatização das prisões" - não consigo pensar numa associação de palavras mais terrível - tornámos a prisão rentável.»

A privatização também diz respeito à detenção de pessoas exiladas, num contexto de aumento do número de detenções. Em Laneiro passado, o Congresso americano votou um aumento do financiamento da agência ICE para a detenção de imigrantes ilegais de 2,9 para 3,4 mil milhões de dólares. Esta tendência deverá manter-se nos próximos anos, com a eleição de Trump a anunciar mais uma repressão contra os exilados, incluindo a detenção. Mais um esforço e todo o país estará atrás das grades...

NOTAS

1 *L'Amérique des prisons*, Franck Vindevogel, Presses universitaires du Septentrion, 2020.

2 Números disponíveis no *site* Our World in Data, «Prison population rate», dados de 2018.

NOTAS

1 Publicado no jornal francês CQFD, nº 236, Dezembro de 2024

2 Referência ao decreto emitido pelo Presidente dos EUA em 5 de Junho de 2024, que restringe severamente o direito de asilo nos Estados Unidos.

3 Ver a edificante lista «Otero County Processing Center Timeline» do *site* Innovation Law Lab.

4 Ler nomeadamente, *Why doesn't anyone investigate that place?* Dedicado a Otero, consultável no *site* da Freedom for immigrants, Julho de 2018.

5 Desde 2020, o complexo também alberga mulheres, presas numa ala separada.

6 Um enorme obrigado a todos os que se reconhecem.

Chipre: Deportações voluntárias à força

Centro de Primeira Recepção «Pournara

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Há anos que Chipre detém ilegalmente refugiados sírios e coage milhares de pessoas a voltar à Síria. É um programa de regresso «voluntário», mas que na prática resulta em deportações, puras e duras.

A realidade destes «regressos voluntários» revela-se na falta de acesso aos procedimentos de asilo, na intimidação e em condições de detenção terríveis. Apesar de todas as preocupações e dúvidas levantadas em relação ao Programa de Regresso Voluntário de Chipre, nomeadamente pelo Comité para a Prevenção da Tortura do Conselho da Europa — que, em Maio de 2023, constatou que os requerentes de asilo detidos recebiam tratamento comparável ao que era dado a suspeitos de crimes —, a Comissão Europeia (CE) e a Frontex apoiaram o programa e têm-no apresentado como um caso de sucesso.

Os fundos da UE para o regime de deportação cipriota ascendem a dezenas de milhões de euros, mas o verdadeiro preço é pago pelos refugiados, sobretudo os sírios.

Ao longo do último ano, o The New Arab (TNA) analisou o Programa de Regresso Voluntário de Chipre, o projecto emblemático do país oficialmente destinado a apoiar as pessoas que querem regressar ao país de origem «de forma organizada, segura e digna». A investigação do TNA revela uma realidade diferente, moldada por práticas estatais hostis que pretendem eliminar os requerentes de asilo da forma mais económica possível, encorajando activamente os refugiados sírios a regressar voluntariamente à Síria, oferecendo 1500 euros e um bilhete de ida a quem o fizesse. A mesma investigação refere também que o Ministério do Interior cipriota está a usar a coacção e o logro para pressionar as pessoas a serem deportadas «voluntariamente». No caso dos requerentes de asilo sírios, isto inclui a recusa de acesso ao asilo, a detenção ilegal em condições «contrárias aos valores europeus e ao direito internacional em matéria de direitos humanos» e acusações infundadas de crimes graves.

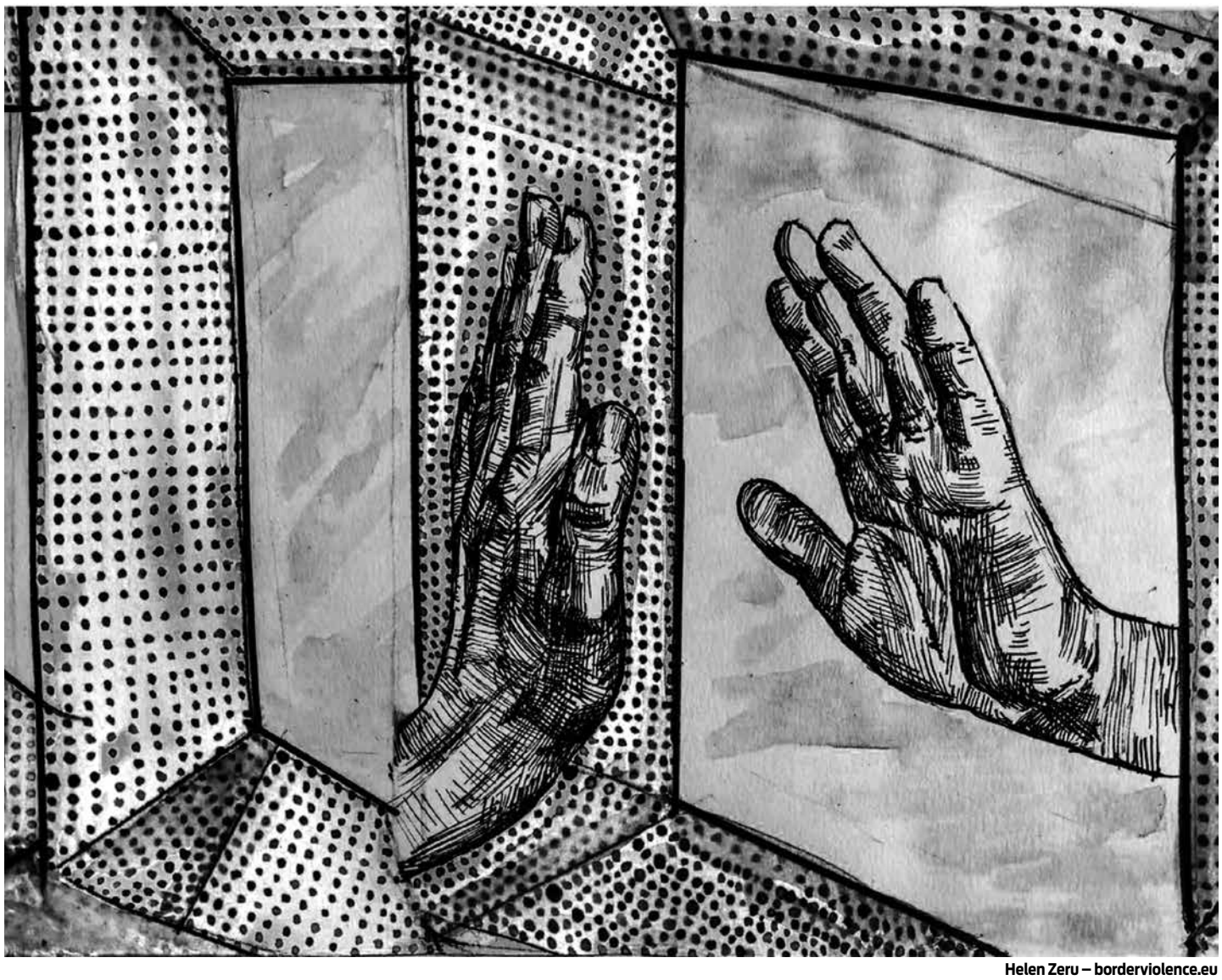
Em Abril de 2022, foram reportados os primeiros casos de pressões a requerentes de asilo que eram para participar em regressos voluntários, recebendo informações enganosas sobre a situação no seu país de regresso e sendo informados de que os seus pedidos de asilo não tinham nenhuma hipótese de sucesso. Em Maio de 2024, o Fórum Consultivo da Frontex, um órgão independente da agência responsável pela protecção dos direitos humanos, avisava que podia ser «demasiado cedo e enganador» promover o regresso voluntário dos sírios, uma vez que o acesso ao asilo tinha sido suspenso. Sugeriu até que a Frontex deixasse de prestar aconselhamento em matéria de deportações no centro de detenção de Pournara (quando chegam a Chipre, os requerentes de asilo sírios têm de se dirigir a Pournara, o principal centro de detenção de refugiados do país, para dar início aos procedimentos de asilo).

> O Ministério do Interior cipriota está a usar a coerção e o logro para pressionar as pessoas a serem deportadas voluntariamente.

O TNA passou em revista os projectos que a CE concordou em financiar em Chipre, ao abrigo do seu Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período 2021-2027. Dos 56,4 milhões de euros que pagou, a Comissão não atribuiu nenhuma verba para a monitorização dos regressos «voluntários». Entre Maio de 2022 e Setembro de 2024, a CE concedeu 9,7 milhões de euros para o programa cipriota de regresso voluntário — 90% do orçamento do programa. Por este montante, Chipre deportou cerca de 12 600 pessoas, no esquema a que chama «regressos voluntários assistidos» — cerca de 1,3% da sua população. No mesmo período, a CE afectou cerca de 2 milhões de euros para os regressos forçados de 4507 pessoas. A CE financiará também a construção de novas instalações para deter os requerentes de asilo, com o objectivo de os deportar. Em Junho de 2024, anunciou a atribuição de cerca de 67,7 milhões de euros para Limnes, um complexo de 84,9 milhões de euros que deverá estar concluído em 2025 e que incluirá um «centro de detenção especializado para regressos» e um centro de acolhimento.

Enquanto os decisores políticos em Bruxelas aplaudem o Programa de Retorno Voluntário de Chipre, supostamente bem sucedido, e procuram expandi-lo para todos os Estados-Membros, os sírios são mais uma vez deixados a pagar um preço elevado por políticas que dão prioridade à exclusão.

Violência à distância: o papel crescente da Frontex fora da UE



Helen Zeru – borderviolence.eu

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

A União Europeia (UE) tenta manter as pessoas «indesejadas» longe das fronteiras, externalizando o seu controlo para países terceiros. A Frontex, a agência de fronteiras da UE, desempenha um papel fundamental no que a organização Médicos Sem Fronteiras chama uma «teia de dissuasão violenta», que espalha «morte, desespero e miséria nas fronteiras da UE».

Segundo Teresa Cappiali e Agnese Pacciardi, do Instituto Raoul Wallenberg de Direitos Humanos e Direito Humanitário, Universidade de Lund, Suécia, esta teia está profundamente enraizada no passado colonial da Europa,contribuindo para manter «a influência política e económica europeia sobre os antigos territórios colonizados, restringindo simultaneamente a circulação das pessoas que foram colonizadas».

Isto significa apoiar pushbacks violentos nas fronteiras da UE, com meios limitados - quando existem - para que as pessoas afectadas procurem obter responsabilização e justiça. Significa utilizar a invasão russa da Ucrânia para promover o abuso nas fronteiras leste da Europa e alargar o papel da Frontex tanto na Ucrânia como na Moldávia. Significa estabelecer acordos de partilha de dados com Estados não pertencentes à UE. Significa, enfim, condenar milhares de pessoas à morte, à escravatura ou à prostituição forçada.

Todos os anos, a agência publica um relatório sobre o seu trabalho em e com países terceiros. A última edição, saída há pouco e relativa a 2023, demonstra como o seu papel se expandiu, ao mesmo tempo que encobre ou ignora violações dos direitos humanos.

Mandato de cooperação da Frontex

A Frontex tem um mandato alargado no que diz respeito à cooperação com países terceiros. Este papel tem-se expandido ao longo do tempo, com novas tarefas atribuídas à agência em 2016 e 2019. Entre outras coisas, a Frontex pode destacar equipas de «gestão de fronteiras», constituídas por guardas de fronteira europeus, em países terceiros. Pode também ajudar na formação de guardas de fronteira de países terceiros, apoiar a cooperação na deportação e readmissão de migrantes, e apoiar a cooperação técnica e operacional entre os Estados-Membros da UE e os países terceiros.

De acordo com o relatório, em 2023, a Frontex concentrou os seus esforços de cooperação nos Balcãs Ocidentais, bem como na Geórgia, na Ucrânia e na Moldávia. A «vizinhança meridional» e a África Ocidental foram outros locais prioritários.

Reforçar o controlo das fronteiras nos países em fase de pré-adesão

Para que um Estado possa aderir à UE, tem de passar pelo processo de «adesão». Este processo exige o alinhamento da legislação, das políticas e das práticas com as normas da UE. Em 2023, a Frontex deu prioridade aos Estados que supostamente se encontravam em adesão à UE. Nesse sentido, a agência tem actualmente operações conjuntas na Albânia (desde 2019), na Moldávia (2022), no Montenegro (2020), na Macedónia do Norte (2023) e na Sérvia (2021).

O relatório destaca o acordo com a Albânia aprovado em Setembro de 2023. Este acordo baseia-se no acordo de 2019 e permite agora o destacamento de funcionários da Frontex do seu «corpo permanente» de guardas fronteiriços para as fronteiras entre a Albânia e qualquer país vizinho. Anteriormente, os funcionários da Frontex só podiam atuar nas fronteiras da Albânia com a Grécia, pelo facto de a Grécia ser um Estado-Membro da UE.

A cooperação da Frontex com a Albânia tem sido acusada de não respeitar os direitos humanos. A Rede de Monitorização da Violência nas Fronteiras tem registado casos de violência e de pushbacks contra pessoas na fronteira entre a Albânia e a Grécia. Em 2022, foi assinado um memorando de entendimento (MoU) entre a Frontex e o Provedor de Justiça albanês (Avokati i Popullit), que estabeleceu um mecanismo de reclamação para as operações conjuntas da agência com os guardas de fronteira da Albânia. No entanto, divide a responsabilidade entre as duas partes, o que contraria as recomendações do Provedor de Justiça Europeu, um sistema deste tipo complicaria o procedimento e dificultaria a responsabilização pelas violações dos direitos.

Os laços crescentes da agência com os países em fase de pré-adesão são também demonstrados pela sua acção na Moldávia. Pela primeira vez num país terceiro, os agentes do corpo permanente da Frontex destacados para a Moldávia puderam aceder às bases de dados nacionais e verificar os passaportes dos viajantes. Esta operação é referida várias vezes ao longo do relatório.

A cooperação com o Montenegro também aumentou em 2023, na sequência da assinatura de um acordo com a UE. Para além da vigilância das fronteiras, o papel da Frontex no país inclui «entrevistas de interrogatório e triagem». Estas entrevistas foram fortemente criticadas por visarem indivíduos «isolados ou maltratados», e a partilha de dados das entrevistas com a Europol foi considerada uma «violação grave» da lei, conforme aqui já demos nota.

O relatório refere ainda que, em 2023, a Moldávia, o Montenegro e a Macedónia do Norte estavam ligados ao Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras, EUROSUR. Este sistema recolhe dados de satélites, de operações de vigilância, de fronteiras e de outros locais para fornecer «conhecimento da situação» aos guardas de fronteira. Ou seja, partilha dados com países terceiros, de forma a apoiar acções de expulsão: os países terceiros que recebem «localizações precisas de pessoas que se deslocam no seu território podem expulsar essas pessoas do seu território».

Para além da Europa: cooperação em África e no Médio Oriente

Em 2023, as actividades de cooperação continuaram a expandir-se muito para além da «zona tampão» imediata da UE nos Balcãs e na Europa Oriental. O papel crescente da Frontex em África faz parte de políticas mais amplas, incluindo o fornecimento de financiamento e equipamento, que tornam cada vez mais difícil para os migrantes do Norte de África chegarem à Europa de forma segura. Um relatório recente dos Médicos Sem Fronteiras confirma mais uma vez que as práticas de externalização da UE têm encurralado violentamente as

pessoas que procuram protecção em países de África, do Médio Oriente e da Ásia.

A Comunidade de Informações África-Frontex (AFIC) foi criada em 2010 para aumentar a partilha de informações entre a Frontex e trinta Estados africanos, cuja grande maioria não tem um acordo de cooperação formal com a agência. Em Fevereiro de 2023, foi concluído um projecto de seis anos destinado a reforçar a capacidade dos Estados da AFIC para «combater os crimes transfronteiriços graves que afectam África e a UE». Através deste projeto, a Frontex deu formação a analistas da polícia de fronteiras em oito países da África, Caraíbas e Pacífico e forneceu equipamento para as Células de Análise de Riscos (CCR).

Entre estes equipamentos, encontra-se pelo menos um Dispositivo Universal de Extração Forense, uma ferramenta controversa «capaz de recuperar registos de chamadas, fotografias, localizações GPS e mensagens WhatsApp de qualquer telefone». Este dispositivo foi adquirido pelas autoridades senegalesas com o apoio da UE, juntamente com «software biométrico de reconhecimento facial e de impressões digitais, drones, servidores digitais, óculos de visão nocturna e muito mais», de acordo com o jornalista Andrei Popviciu, da revista *In these times*.

«O número de *pushbacks* nas fronteiras externas da Europa aumentou acentuadamente nos últimos anos, a ponto de se ter tornado uma prática sistemática.»

A cooperação da Frontex com a Guarda Costeira Líbia tem sido objeto de críticas e controvérsia de longa data. Através das suas operações de vigilância, a agência recolhe e partilha as coordenadas das embarcações que partem da Líbia com grupos de milícias do país, permitindo a interceção no mar e a «retirada» dos migrantes para detenção, violência e abuso. O relatório não dá pormenores sobre a cooperação da Frontex com a Líbia. Afirma apenas que houve quatro investigações sobre «casos de violações dos direitos fundamentais por parte de agentes líbios de busca e salvamento no mar que ocorreram na sequência de avistamentos da Frontex».

Operações de controlo das fronteiras, vigilância e muito mais

O relatório abrange igualmente outros desenvolvimentos. Inclui uma breve panorâmica da cooperação mais limitada com a chamada «Rota da Seda» e os países da Ásia Central, incluindo o Afeganistão, o Cazaquistão, o Quirguizistão, o Paquistão, o Tajiquistão, o Turquemenistão e o Uzbequistão. Refere ainda outras questões sensíveis, incluindo esforços para «reforçar o intercâmbio de informações» com os EUA e o Canadá, a coordenação de «Dias de Acção Conjunta» sobre a criminalidade transfronteiriça, a cooperação em curso com a Interpol, a expansão do papel da Frontex no regime de deportação da UE (a agência ajudou a deportar quase 40.000 pessoas em 2023, de acordo com o relatório), ou planos para alargar a utilização de drones para vigilância.

Fronteiras da UE: a violência é a lei

TEÓFILO FAGUNDES

As fronteiras externas da União Europeia registaram mais de 120.000 casos de *pushbacks* por parte das autoridades de vários países contra migrantes em 2024, de acordo com um novo relatório de um grupo de nove organizações de direitos humanos.

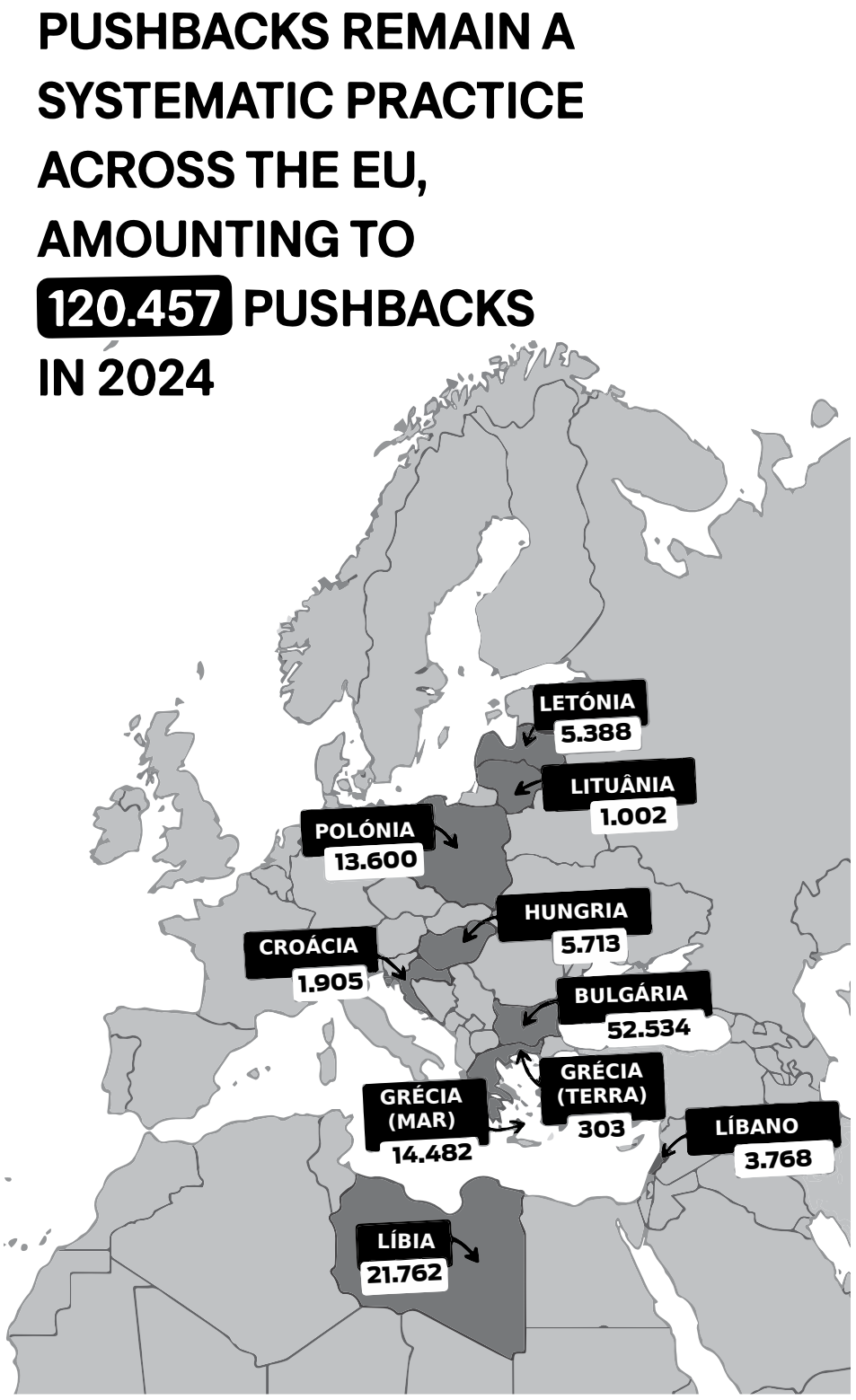
Ao recolherem dados governamentais, um grupo de nove ONG e grupos de investigação concluiu que, no ano passado, se verificaram «pelo menos» 120.457 *pushbacks*:migrantes expulsos do território europeu sem poderem apresentar o seu pedido de proteção internacional e sem terem sido objecto de uma avaliação individual. Uma actuação que, para além de desumana, é ilegal.

O relatório (*European Pushback Report*), de Fevereiro passado, refere que as expulsões foram «frequentemente» efectuadas com violência, havendo relatos de requerentes de asilo espancados por guardas fronteiriços, abandonados no mar ou deixados a morrer de frio na floresta.

A Bulgária lidera o ranking de 2024, com 52.534 expulsões em direção à Turquia. É seguida pela Grécia (14.482), Polónia (13.600), Hungria (5.713), Letónia (5.388), Croácia (1.905) e Lituânia (1.002). O estudo também abrangeu a Líbia (21.762) e o Líbano (3.768), porque as intercepções (ou, mais precisamente, *pullbacks*) levadas a cabo por estes países foram feitas com o apoio «directo e alargado» da Itália, do Chipre e das instituições da União Europeia (UE).

Na Bulgária, a violência é generalizada, com homens, mulheres e mesmo crianças em estado crítico de saúde a serem espancados, perseguidos por cães-polícia, obrigados a despir-se e a verem os seus pertences roubados. São depois empurrados de volta para a Turquia, muitas vezes com consequências fatais. Na Grécia, dezenas de migrantes morreram depois de serem colocados em pequenos barcos de salvamento e abandonados em águas turcas. Na Polónia, guardas fronteiriços dispararam contra migrantes e utilizaram cães, barras de metal e correntes para os intimidar.

Países como a Finlândia, a Hungria, a Polónia, a Lituânia ou a Letónia, estão a adoptar cada vez mais legislação nacional para legalizar os



Pushbacks* em 2024 – European Pushback Report

A Rede de Monitorização da Violência nas Fronteiras tem registado casos de violência e de *pushbacks* contra pessoas na fronteira entre a Albânia e a Grécia.

pushbacks, no que já contam com um historial de beneplácito, quando não de apoio aberto, por parte de Ursula von der Leyen. Aliás, como afirma o prefácio deste relatório, «o número de *pushbacks* nas fronteiras externas da Europa aumentou acentuadamente nos últimos anos, a ponto de se ter tornado uma prática sistemática no âmbito da política de migração da UE». Uma linguagem semelhante tinha sido já utilizada, um mês antes, pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), que considerou a Grécia culpada de efetuar «sistematicamente» expulsões de requerentes de asilo.

O relatório foi um esforço de colaboração entre o 11.11.11 (Bélgica), o Comité Húngaro de Helsínquia (Hungria), a Associação We Are Monitoring (Polónia), o Centro de Estudos para a Paz (Croácia), o Centro Libanês para os Direitos Humanos (CLDH), o Sienos Grupė (Lituânia), o Centro de Assistência Jurídica - Voz na Bulgária (CLA), a Fundação Mission Wings (Bulgária) e I Want to Help Refugees (Letónia).

Fecharam a porta e escancararam as janelas ao trabalho clandestino

Alberto Matos é responsável pela delegação de Beja da SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante, a maior associação de imigrantes em Portugal a caminho dos 60 mil associados. A partir dos campos alentejanos com ele conversamos sobre a condição dos imigrantes.

SANDRA FAUSTINO
FILIPE NUNES
FOTOS **ANDRÉ PAXIUTA**

O que dizer sobre o percurso das políticas de imigração portuguesas ao longo dos anos?

Até 2007, o que vigorava em Portugal e em vários países da europa era o sistema por quotas, que é o que a direita agora quer, sobretudo o Chega: que a pessoa traga, do país de origem, um visto de trabalho. Como é que isto funcionava? Cá em Portugal, por exemplo, se um patrão precisava de 150 trabalhadores para uma coisa qualquer, tinha de ir ao IEFP, fazer uma oferta de trabalho, e eles iam verificar: se em Portugal houvesse trabalhadores para aquilo, não autorizavam a importação de mão-de-obra. É evidente que nunca havia ninguém. Passados 2 ou 3 meses, depois de muito procurar, lá davam autorização. Depois o patrão mandava essa autorização do IEFP para um consulado português, através do MNE, que, por sua vez, pedia ao SEF para emitir os vistos. Este era um processo que demorava uns 6 meses. Portanto, acabavam por contratar a mão-de-obra ilegal que já cá estava. Isto não funcionava. E a lei tinha um senão, tratava-se de um mecanismo «excepcional», delegado no inspetor que tinhas à frente. Se o inspetor do SEF não fosse com a tua cara, o visto era recusado. Isto deu para todo o tipo de abusos. A partir de 2016 começaram a fazer uma interpretação estrita, tinhas de ter um carimbo a dizer que entraste em Portugal. Isto era mentira, porque, por exemplo, os tipos de leste, da Polónia ou da Hungria, vinham com um carimbo moldavo… E não há carimbos em Portugal. A partir de 2007, com a introdução da manifestação de interesse, a pessoa estava dispensada de trazer o visto de trabalho do país de origem. Era cá que as pessoas tentavam regularizar a sua situação – ou seja, junto dos patrões, ou de outros intermediários.

Em 2024 acabou a manifestação de interesse e encostaram-se migrantes à parede no Benformoso… Que comentário fazes à atualidade?

Eu diria que o fim da manifestação de interesse foi uma clara cedência e disputa eleitoral direta com o Chega. Aliás, lembro que as eleições europeias aconteceram seis dias antes, com uma ampla adesão à tese de que as manifestações de interesse têm um efeito de chamada. Uns meses depois, o Pedro Nuno Santos (PS) adere à mesma tese e o PS já não quer o regresso às manifestações de interesse. Esta era uma porta para um processo de regularização aberto permanentemente, em vez de regularizações extraordinárias que abrem e fecham como uma torneira, numa perspectiva utilitária, ao serviço directo da economia. Nós tivemos várias regularizações extraordinárias, em 2001 e até nos anos 90, que abriam e fechavam, e quem chegasse no dia seguinte ficava com a vida suspensa. Isso é inadmissível. A manifestação de interesse, que existia desde 2007, tinha até sido melhorada no tempo da geringonça, deixando de ser um favor que o estado fazia, e passando a ser um direito de quem trabalha. Agora, fecharam a única porta de regularização de imigrantes. É cá que se pode estabelecer uma relação de trabalho com o empregador, não é a 5000 quilómetros de distância, lá na Índia ou noutro lado qualquer, a caminho, afogando-se a nado ou morrendo no deserto. Assim, só com intermediários, e os intermediários são as máfias, claramente, que esfregam as mãos porque agora passou a ser impossível fugir às máfias para arranjar emprego. Só através destas máfias é que se entra num consulado português lá fora, os consulados estão cercados, na Guiné-Bissau pagas centenas de euros, na Índia pagas 25.000 euros, para vir trabalhar para Portugal. Portanto é este o cenário. Eles diziam que as portas estavam escancaradas. Eu digo que as portas estavam abertas à regularização, e fechando essa porta, escancararam as janelas ao trabalho ilegal, ao trabalho clandestino. Nós conhecemos casos concretos – em Vila

Nova de Mil Fontes, 40 nepaleses acabados de chegar não têm nenhuma hipótese de regularização. Mas eles estão aí, e vão trabalhar e ser explorados nas piores condições. Com esta medida, só aumentou o trabalho escravo. E, claro, depois, fala-se na rua do Benformoso, onde o acto simbólico de encostar pessoas à parede faz lembrar outras coisas, nomeadamente os guetos na Polónia, os nazis, é a simbologia que isto nos traz… E daí que, e muito bem, a manifestação de 11 de janeiro tenha respondido a esta desgraça. Não é que não haja exploração e sobrelotação de casas na rua do Benformoso, como noutras ruas e nas Odemiras deste país. Mas não é isto que eles combatem. Eles intimidam as pessoas e no dia seguinte continua tudo na mesma, até agravado pelo espetáculo que apenas excitou o sentimento xenófobo.

Olhando para a nova paisagem rural alentejana, como descreverias o discurso e as práticas sinuosas da classe patronal agrícola que ora acentua a sua dependência de mão-de-obra migrante, como no minuto seguinte se demite de responder sobre as suas condições de contratação?

Os novos latifundiários dos olivais, dos amendoais, das estufas, o latifúndio de regadio, e também o de sequeiro, esfregam as mãos com esta conversa da «via verde» que o governo anunciou para quem tiver comportamento ético – isto só mesmo para rir. Porque eles, na verdade e na esmagadora maioria, contratam para aí 20% da mão-de-obra que, de facto, exploram e utilizam. O resto dos trabalhadores são contratados através das máfias numa espécie de leilão – «quem é que me apanha 500 hectares, ou 2000 hectares, de azeitona?» - «quem é que me faz um preço mais barato?» E dividem aquilo em lotes enquanto as máfias se matam e disputam pelo preço mais baixo. Um preço conseguido à custa da exploração indizível e invisível de imigrantes, muitos agora em situação completamente ilegal, sem poder refilar de maneira nenhuma. Alguns contentores que foram construídos na zona de Odemira, dentro das propriedades, são subalugados às máfias; são as máfias que sabem quem está lá dentro, os proprietários não sabem nem querem saber. Eu diria mesmo que a «via verde» é responsabilidade social zero por parte desta classe patronal agrícola de que falas: podem saber o nome das plantas todas, o nome das variedades de azeitona ou dos frutos vermelhos, mas não sabem o nome de um trabalhador.

Depois de Odemira, que é hoje um concelho transformado, é de esperar o mesmo noutros sítios, como Pegões?

Os imigrantes são hoje os novos Catarinos e Catarinas – estou a falar da Catarina Eufémia.

São plataformas logísticas de mão-de-obra escrava. As pessoas são distribuídas a partir de Pegões para o Ribatejo, para a amêijoa no Montijo, para vários lados. A esmagadora maioria na agricultura, mas também noutras actividades. Temos aquilo a que se chamam os prestadores de serviços, que são empresas constituídas na hora, e que, costumo dizer, desaparecem num minuto, e que a única actividade que têm é ceder mão-de-obra a patrões via contrato por leilão. Às vezes, estas empresas, de que eu não gosto, vêm-se queixar porque não conseguem competir com os preços: «qualquer dia a gente tem que fechar a porta». O preço que estes prestadores de serviços praticam é tão baixo que não daria nem para pagar salários, quanto mais impostos. Os grandes beneficiários são os proprietários, que, se fizessem contas, viam que aquilo não dá nem para os salários. O contrato pode até dizer que há um salário mínimo, mas isso é se trabalhassem o mês inteiro. Basta chover, ou trabalharem menos horas… E se trabalharem 12 ou 14 horas, não recebem mais por isso. Quando a pessoa não tem autonomia para mudar de patrão, e tem uma jornada de trabalho tão exaustiva e cansativa, não tem forças para reivindicar nada e ainda por cima está sempre a dever ao patrão. É a comida de vez em quando, miserável, mas sobretudo, uma dívida que vem do país de origem. Nós vemos pessoas entrevistadas na televisão a dizer «eu paguei 20.000 lá a um senhor lá na Índia para vir para Portugal, para ele tratar dos documentos para eu vir para cá». Mas a maior parte das pessoas não pagou: deram uma entrada e contraíram uma dívida, a ser cobrada até ao último cêntimo, com taxas de juro. Os timorenses, por exemplo, pedem 2.000 euros lá em Timor e pagam 4.000 aqui. Mais, as famílias lá são muitas vezes ameaçadas de morte. De um salário mínimo, metade fica retido para pagar a dívida, mais as calças, mais a habitação. As pessoas ficam com pouco e ainda querem mandar para a família. Lembro-me de um café em Odemira onde estavam 30 pessoas a viver e a pagar 130 euros cada um, o que dá 3.900 euros por mês… Isto dá uma margem de lucro que não há com drogas nem armas. Ainda por cima, durante décadas

Por que razão o alentejano tem dificuldade em assumir frontalmente a ligação e memória histórica da condição do trabalhador rural explorado - memória dos seus avós - com a condição do trabalhador rural migrante?

Bem, há já uns anos que faço esse trabalho, nas sessões que fazemos sobre migrações. Lembramos sempre o passado dos trabalhadores agrícolas aqui explorados, até o nosso passado de emigração na França, na Suíça e em todo o mundo, sobretudo depois da mecanização agrícola dos anos 60 e da fuga à guerra colonial. Infelizmente, alguns que foram emigrantes lá fora têm comportamentos inadmissíveis cá, e exploram eles próprios os imigrantes que agora cá têm – na restauração, em lojas, em muitos sítios. Não propriamente na agricultura, porque os emigrantes portugueses que regressaram não são propriamente latifundiários. Agora, alguns, para se vingarem do que sofreram, ou esquecerem rapidamente o que passaram lá fora, às vezes reproduzem o mesmo comportamento. E, no entanto, os imigrantes são hoje os novos Catarinos e Catarinas – estou a falar da Catarina Eufémia. Mesmo ao pé do cemitério do Baleizão, há uns alojamentos inacreditáveis que nós já temos denunciado às autoridades, onde se amontoam dezenas e até centenas de imigrantes. Muitas vezes, no 19 de maio, quando fazemos uma homenagem simbólica juntando amigos e familiares da Catarina, e pessoas que ainda têm essa memória na aldeia, juntam-se a nós esses imigrantes a quem nós entretanto dissemos - «olha, quem vive ali ao vosso lado, no cemitério, é a Catarina Eufémia, foi vossa antecessora, porque nesse tempo não se podia fazer greve. Agora formalmente pode-se, mas vocês são tão escravizados ou mais do que eram os trabalhadores de antigamente». Portanto, são eles os Catarinos e Catarinas, os Caravelas e Casquinhas, estes dois assassinados já depois do 25 de abril. Aqui no Alentejo, 90% dos trabalhadores rurais são hoje imigrantes.

Os trabalhadores são contratados através das máfias numa espécie de leilão.

Como entendes a normalização do discurso de ódio na cidade de Beja contra o migrante nas suas ruas e a ausência - numa resposta equivalente a esse crescimento de discurso - de práticas de solidariedade mais do que caritativas?

Não é só na cidade de Beja – e onde nem toda a gente alinha no discurso de ódio, é preciso dizê-lo. Mas ele existe, basta ver as votações no Chega, que em Beja chegaram a 20% ou lá perto. Mas não se pode normalizar esse discurso de ódio. O grande problema do centro histórico de Beja, e dos comerciantes que estão contra a instalação de um centro de apoio a migrantes, é a desertificação do centro histórico – é não haver lá ninguém. Faz falta que os imigrantes se integrem na classe trabalhadora, e isso não é por decreto, é através dos sindicatos e de organizações como a SOLIM, para que tenham uma postura reivindicativa, que vão à luta, e que construam em conjunto com todos os trabalhadores portugueses a solidariedade de classe, mais do que as respostas caritativas, que são importantes mas insuficientes, sujeitas à ideia do favorzinho, e desvanecidas perante uma campanha de ódio como a que é lançada contra este centro de acolhimento no centro histórico da cidade.

Mahmoud Khalil e a «liberdade de expressão» americana

PEDRO MORAIS

Desde o ataque do Hamas de 7 de Outubro de 2023 e da posterior retaliação israelita, que se saldou num banho de sangue, ceifando a vida de dezenas de milhares de palestinianos (os dados oficiais contam hoje com mais de 50 mil vítimas mortais), que em todo o mundo houve protestos a exigir um cessar-fogo. Nas universidades dos EUA isso aconteceu a um nível talvez só comparável com as movimentações contra a Guerra do Vietname nos anos 60. Muitos foram os palestinianos naquele país que participaram nesses protestos, entre os quais Mahmoud Khalil.

Filho da diáspora palestiniana, Khalil nasceu num campo de refugiado na Síria em 1995. Aos 18 anos, dois anos após o deflagrar da Guerra Civil Síria, Khalil e a família refugiram-se no Líbano, o que muitas vezes o levou a referir-se a si mesmo como «duplo refugiado», nascido fora da terra dos seus antepassados e obrigado a fugir da terra onde nasceu. Em Beirute, Khalil apoiou outros refugiados na organização não-governamental Junsoor, ao mesmo tempo que estudava Ciências da Computação na Universidade Libanesa Americana. Mais tarde, Khalil trabalhou no Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico no Líbano e na UNRWA, antes de chegar, em Janeiro de 2023, a Nova Iorque para estudar no mestrado de Administração Pública da Universidade de Columbia. Quando o ataque indiscriminado a Gaza começou, Khalil foi um dos primeiros a organizar protestos no *campus* universitário, protestos esses que ganharam força à medida que o massacre de palestinianos se ia tornando cada vez mais brutal e o número de vítimas aumentava. Khalil notabilizou-se pelo papel que assumiu durante os protestos, amiúde fazendo de intermediário nas negociações entre os estudantes que exigiam uma redução do investimento em Israel e a administração da universidade.

Estávamos no final de 2023. O ano de 2024 passou com contínuos protestos e com a persecução da política genocida do governo de extrema-direita de Israel, que se estendeu também à Cisjordânia, até que entrou em cena Donald Trump, que, ao conseguir ganhar novamente as eleições presidenciais nos EUA, forçou um cessar-fogo entre o Hamas e o governo de Netanyhau que permitiu a libertação de reféns de ambos os lados do conflito (reforço a palavra refém, já que muitos palestinianos foram detidos sem acusações, tendo sido continuamente vítimas de torturas, violações e assassínios segundo informações fornecidas por palestinianos entretanto libertados). Não se pense, porém, que Trump teria motivos filantropos para forçar esse acordo, tendo em conta os delírios por si expostos, como o de expulsar a população palestiniana de Gaza para fazer desta pequena faixa de terra um *resort* de luxo. A verdade é que os ataques contínuos tiveram uma relativa trégua por cerca de dois meses, tendo o acordo de cessar-fogo sido quebrado por Israel, que voltou a bombardear a Gaza, matando em poucos dias mais de um milhar de palestinianos.

Por falar nos delírios de Trump, sabe-se que uma das suas políticas mais populistas, e talvez aquela que o catapultou para o poder, foi a promessa da expulsão em massa de migrantes indocumentados. Falamos de cerca de 12 milhões de pessoas que Trump jurou expulsar caso vencesse as eleições. Certo é que, nos dias que se seguiram à tomada de posse, vimos imagens chocantes de pessoas detidas e acorrentadas, postas em aviões militares e deportadas, dando a entender que Trump iria cumprir a promessa. Outra das promessas foi a de acabar com os protestos estudantis nas universidades americanas e de deportar estudantes não-americanos que fossem «simpatizantes de terroristas». Não podia haver vítima mais perfeita do que Mahmoud Khalil. Na noite de 8 de Março, agentes do Departamento de Imigração e Alfândega foram à residência onde Khalil morava com a esposa, Noor Abdalla, de nacionalidade americana e grávida de oito meses, e detiveram-no, acusando-o de apoio ao Hamas e de anti-semitismo. Khalil encontra-se preso no Luisiana sem que lhe seja imputado qualquer crime, com o governo americano a pretender a sua deportação com base numa Lei de Imigração e Nacionalidade de 1952 raramente invocada, isto apesar de ter *Greencard* (residência permanente). Por enquanto, o seu pedido de deportação já foi suspenso duas vezes pelo juiz federal de Manhattan Jesse Furman e houve vários protestos para impedir a sua deportação.

> A detenção de Khalil mostra, precisamente, a deriva autoritária do «país dos livres».

Toda esta história nos leva a pensar no que «liberdade de expressão», termo tão prezado pela extrema-direita americana, quererá realmente significar. Quando J. D. Vance, vice-presidente dos EUA, vem à Europa acusar os países europeus de falta de liberdade de expressão, inclusivamente dizendo ser essa uma maior ameaça para a Europa do que um país belicista como a Rússia, onde precisamente as liberdades individuais estão gravemente feridas por uma ditadura que assassina os seus opositores, percebemos claramente que tipo de «liberdade de expressão» é a defendida por quem hoje está no poder nos EUA. Exemplo claro é o de Elon Musk, que usa a sua plataforma X como arma de arremesso da extrema-direita, tendo outras plataformas digitais sido arrastadas com esta nova administração americana para esse lodo libertariano em que chafurdam todos os apoiantes da extrema-direita nos EUA e não só. A detenção de Khalil mostra, precisamente, a deriva autoritária do «país dos livres». No fundo, estes paladinos da «liberdade de expressão» defendem apenas a liberdade de poderem calar aquilo a que chama ideologia *Woke*, palavra que constantemente repetem, como um fetiche que por si só define aquilo que pretendem atacar, ou seja, os direitos civis conquistados pelas minorias.

Mahmoud Khalil aguarda na prisão a sua possível deportação, enquanto Trump insulta palestinianos e judeus na Sala Oval, afirmando que Chuck Schumer, senador democrata do estado de Nova Iorque, «já não é judeu», que se tornou «palestiniano», termo usado como insulto. O mesmo Trump que, aquando da ida a um dos seus casinos, outrora afirmou: «Negros a contar o meu dinheiro! Odeio. As únicas pessoas que quero a contar o meu dinheiro são tipos pequenos que usam *yarmulkes* [chapéu usado por judeus ortodoxos] todo o dia». O mesmo estereótipo judeu que nazis e anti-semitas usaram no século passado e que hoje é repetido pelos «amigos» de Israel, como o pastor evangelista John Hagee, sionista acérrimo, que uma vez disse: «Adolf Hitler cumpriu a vontade de Deus ao ajudar os judeus no seu desejo de voltarem para Israel segundo a profecia bíblica». Nunca como hoje sionismo rimou tanto com nazismo, com a liberdade de manifestação a ser cerceada nos EUA e apoiantes da causa palestiniana a serem perseguidos, de que Khalil foi apenas o primeiro exemplo, e com os palestinianos em Gaza a continuarem a ser bombardeados, perseguidos e assassinados por justamente resistirem ao plano de limpeza étnica defendido por Trump e pelo governo ultranacionalista e expansionista de Israel.

O último preso de Pinochet

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

No Chile, cinquenta e dois anos após o golpe militar e a esquerda no poder, o legado jurídico de Pinochet permanece em vigor condenando à prisão perpétua Marcelo Villarroel Sepúlveda. Caso único, Marcelo é vítima de uma aberração jurídica ao permanecer em prisão por sentenças proferidas por um tribunal militar herdeiro da ditadura de Pinochet.

Em dezembro de 2024, Marcelo havia cumprido integralmente uma pena de 14 anos pelo assalto a dois bancos em 2007 no Chile. Porém, permanece preso com base em sentenças com origem no Ministério Público Militar de Pinochet e que não foram anuladas. Se nada for feito, só será libertado em 2056.

Marcelo Villarroel Sepúlveda nasceu em Santiago do Chile em abril de 1973, o ano do golpe militar. É pai de 5 filhos, tendo completado os estudos de sociologia na prisão. Na oposição à ditadura militar participou na organização armada marxista-leninista do Movimento Juvenil Lautaro (MJL), também conhecida como MAPU Lautaro, a qual se veio a destacar por não abandonar a via armada aquando do período da transição democrática nos inícios da década de 1990. Marcelo Villarroel, já em prisão, veio a aproximar-se do pensamento anarquista. A soma dos 46 anos que o ameaçam a morrer em prisão decorre do rol das antigas acusações do tribunal militar, incluindo a de associação terrorista e nesse âmbito a sua filiação a assassinatos, roubos e ataques à polícia. As sentenças com origem na justiça de Pinochet, sobretudo pela forma como foram obtidas, desde há muito que não são reconhecidas perante os critérios internacionais de imparcialidade e garantias constitucionais.

Tinha apenas 14 anos quando em 1987 foi detido pela primeira vez após uma ação de propaganda num liceu em Santiago. Por ser menor, é posto em liberdade, mas em 1989 reingressa como o prisioneiro político mais jovem nos cárceres da ditadura. Consequência da perseguição e do desmantelar da organização MAPU Lautaro, em outubro de 1992, já com 19 anos, é de novo preso e torturado, como foi feita prova posterior nos relatórios de organizações de direitos humanos.

Assim remonta aos anos de oposição política armada o complexo novelo de acusações que a Justiça Militar aplicou a Marcelo, dado que, com a saída de Pinochet em 1990 e com a chamada transição, o poder jurídico militar não foi alterado. Durante as décadas entre 1990 e 2010, apenas Chile e Bolívia na América Latina mantinham a aplicação da justiça militar a civis, em tempos de paz, e teremos de esperar até 30 de dezembro de 2010, data em que o Chile impedirá por lei o julgamento de civis em tribunais militares. Os processos que permaneciam em vigor nos tribunais militares foram transferidos para tribunais civis, numa tentativa de sanar as más práticas, irregularidades e arbitrariedades. Mas a situação de Marcelo encontrar-se-ia num verdadeiro limbo jurídico, uma vez que essa lei nada dizia sobre as penas executadas e proferidas nos anos 1990. Marcelo passara 13 anos em condições de isolamento e castigos sucessivos na prisão, entre outubro de 1992 e maio de 2005, quando obtém a liberdade condicional. Hernán Ramírez Rurange, um dos juízes militares por detrás do processo militar-judicial que condenou Marcelo, suicidou-se em 2015 antes de entrar na prisão para cumprir pena por crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura militar.

A situação de Marcelo permanece a aguardar uma solução administrativa, legislativa ou um indulto. Em carta publicada no site anarco-feminista La Zarzamora, nos primeiros dias de 2025, aquele que foi o preso político mais jovem na ditadura de Pinochet e que é hoje assombrado em ser o único a permanecer em prisão pelas condenações herdadas da justiça militar do ditador, declarava que tendo cumprido integralmente a pena de assaltos aos bancos a 16 de dezembro do ano passado, apenas o mantinham «preso após estes anos todos porque existe uma clara vingança do Poder, um manifesto sequestro que não resiste a uma revisão rigorosa da sua própria legalidade e que é avalizada por todas as instituições como expressão de um corpo que defende o atual estado das coisas ao serviço dos seus privilégios».

> Marcelo permanece preso com base em sentenças com origem no Ministério Público Militar de Pinochet e que não foram anuladas. Se nada for feito, só será libertado em 2056.

Na sua reivindicação pela anulação das condenações da justiça militar, Marcelo indigna-se perante a «validação de condenações sujas e impregnadas pelo nefasto polvo da justiça pinochetista, ao mesmo tempo que a Frente Amplio [o partido fundado em 2024, que forma a coligação governamental de esquerda do presidente Gabriel Boric] junto com o Partido Comunista, como eixo central do atual governo, as avaliam e justificam sempre sob a sinistra "razão de estado", assim se transformando em cúmplices ativos desse marco jurídico mais nefasto da história deste país. No meu caso manifesta-se o uso do direito penal do inimigo, próprio da contrainsurgência que se manifesta em todas as esferas políticas, jurídicas, policiais e penitenciárias do domínio».

Héctor Llaitul e a luta Mapuche

No final de 2024 estavam listados 86 presos políticos condenados por diversas formas de resistência e de expressão política no território ancestral indígena mapuche, designado de Wallmapu, e que se estende da Argentina ao Chile. É neste último Estado que se concentra o conflito histórico da autodeterminação mapuche. Visando uma autonomia jurisdicional e económica que passa pela recuperação de terras ancestrais e comunitárias, uma série de lutas antiextrativistas e socioambientais têm ocorrido em oposição a infraestruturas industriais, energéticas e sobretudo contra as empresas madeireiras.

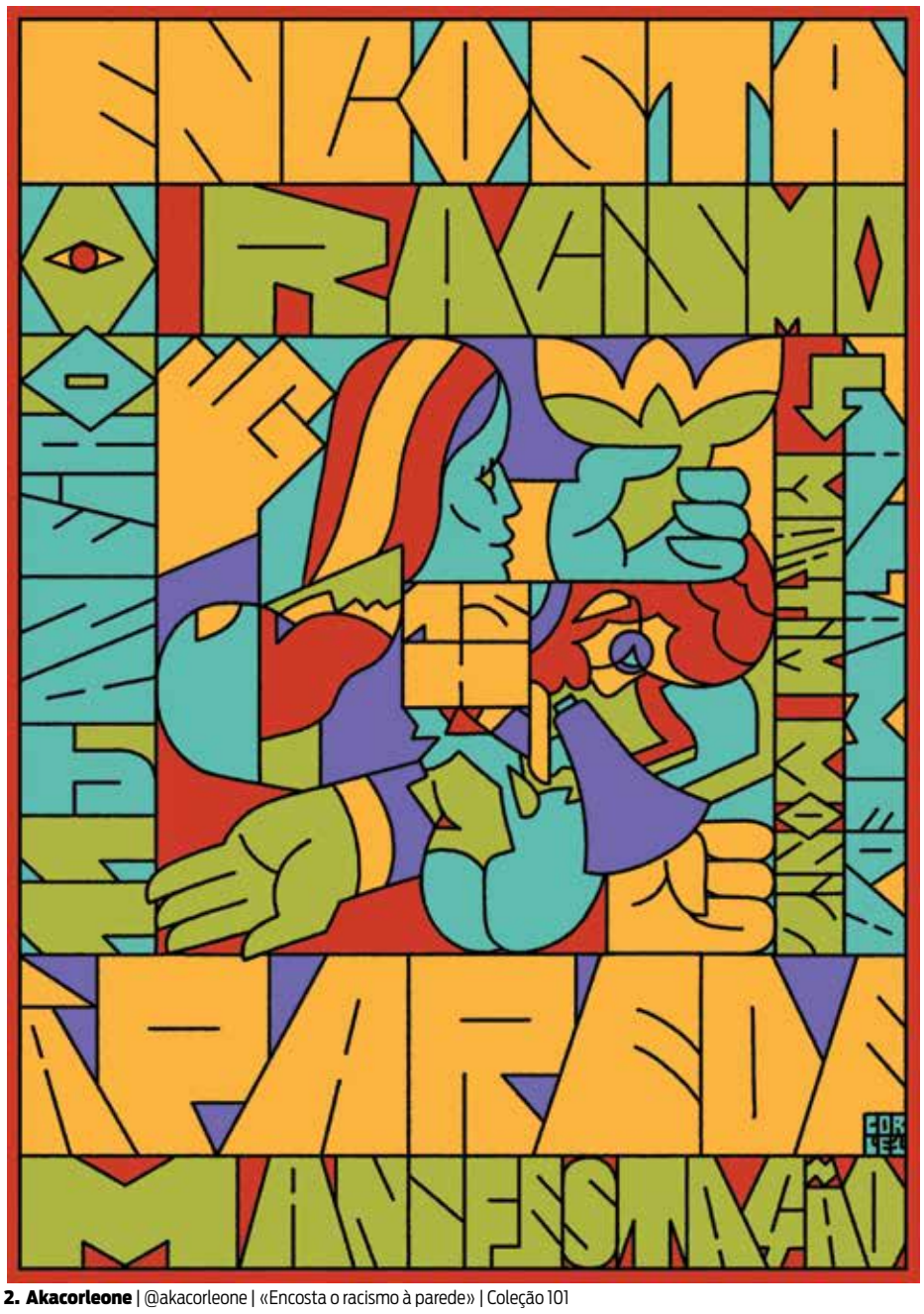
Em maio de 2024, Héctor Llaitul, acusado de vários delitos contra o Estado do Chile foi condenado a 23 anos. Com 57 anos, Héctor militara na oposição comunista a Pinochet, mas foi em finais dos anos 1990, na luta contra a Central Hidroelétrica de Ralco, que ocupou cemitérios de comunidades indígenas, que contribuiu para a radicalização do *Movimiento Político Autonomista Mapuche* com a criação da Coordenadora Arauco-Malleco (CAM) após o incêndio de três camiões da empresa florestal Arauco. Em março de 2022, Héctor Llaitul declarava não esperar nenhuma mudança com o governo de esquerda de Boric: «Não têm força para fazer frente ao sistema de dominação que existe nessa parte do Wallmapu. Noventa por cento da economia aqui é regida pela indústria florestal, que tem praticamente todo o sistema em território usurpado da Nação Mapuche.» Para Héctor «a força político-militar do povo mapuche recupera território, autonomia e dignidade. Do total de terras recuperadas, uns 10 ou 20% foi entregue pelo Estado através de acordos de compra-venda, negociados com as técnicas do mercado que favorecem o grande capital; o resto, os 80-90%, fomos nós mesmos que recuperámos, com organização e luta. Se nos perguntam pelos documentos com titularidades, não sabemos onde estão nem nos importamos. Nós temos nossos próprios códigos e normas, de acordo com a nossa história e cultura. O povo mapuche deixou de ser um povo submisso, vitimizado, que dava um pouco de pena… Hoje em dia, é um povo guerreiro, um povo digno. E é lindo ver um povo rebelde e em resistência.»

A propósito da manifestação organizada no dia 11 de janeiro, em Lisboa, com o mote "Não nos encostem à parede!", o ilustrador Nuno Saraiva, em parceria com a Associação Renovar a Mouraria, lançou o desafio para que se fizessem cartazes com o tema "Encosta o Racismo à parede!". Uma centena de pessoas respondeu ao repto e foram feitos 101 cartazes ilustrados. Os cartazes foram divulgados nas redes sociais e numa exposição na sede da associação, perto do Martim Moniz, que esteve patente até ao final de fevereiro. O jornal MAPA divulga nesta edição uma pequena seleção destes cartazes.

O primeiro cartaz, de José Smith Vargas, não faz parte desta coleção de 101, integrando a própria convocatória da manifestação "não nos encostem à parede"!

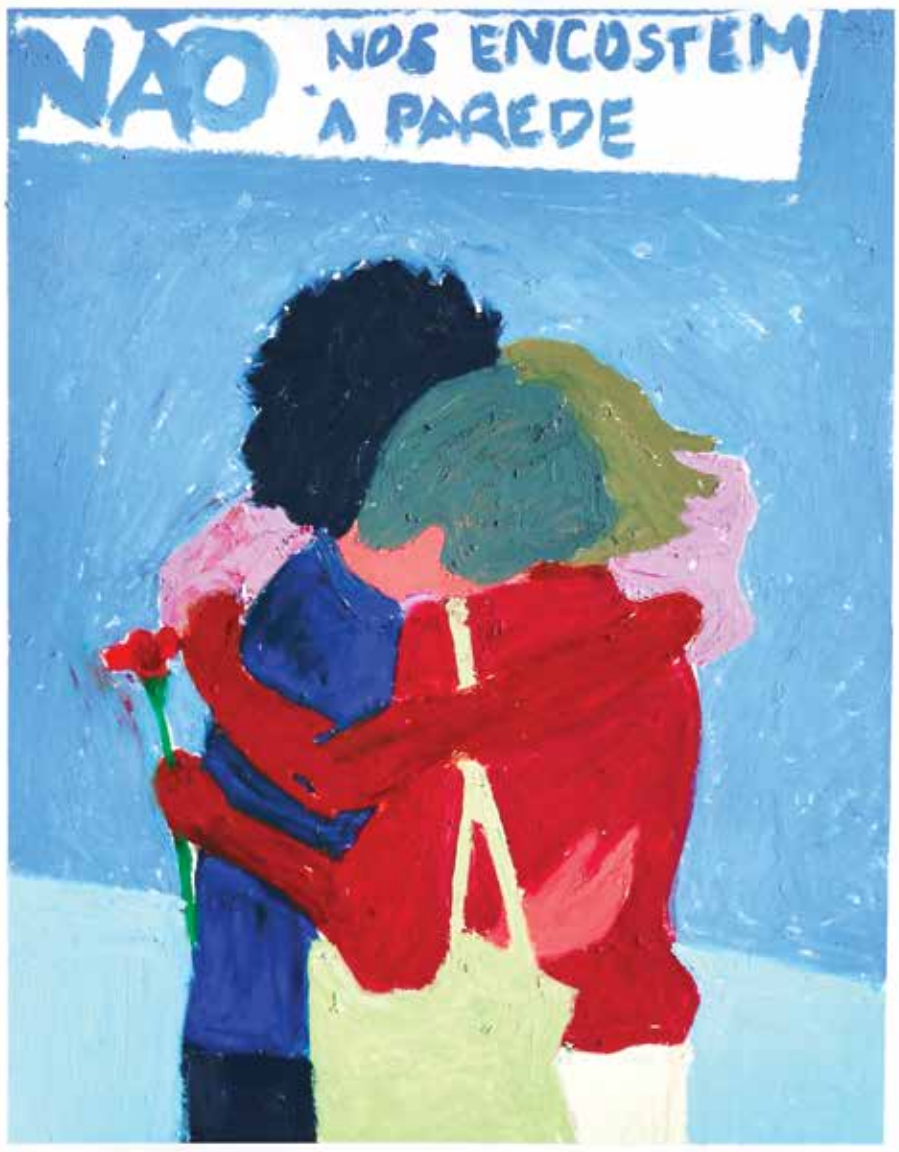
«Não é que não haja exploração e sobrelotação de casas na rua do Benformoso, como noutras ruas e nas Odemiras deste país. Mas não é isto que eles combatem. Eles intimidam as pessoas e no dia seguinte continua tudo na mesma, até agravado, pelo espetáculo que apenas excitou o sentimento xenófobo.» Alberto Matos, SOLIM Beja (págs. 16-17)

1. José Smith Vargas | @el_smith1881 Convocatória manif.



2. Akacorleone | @akacorleone | «Encosta o racismo à parede» | Coleção 101

3. Cristina Viana | @cristinavianaillustration | «Encosta o racismo à parede» | Coleção 101

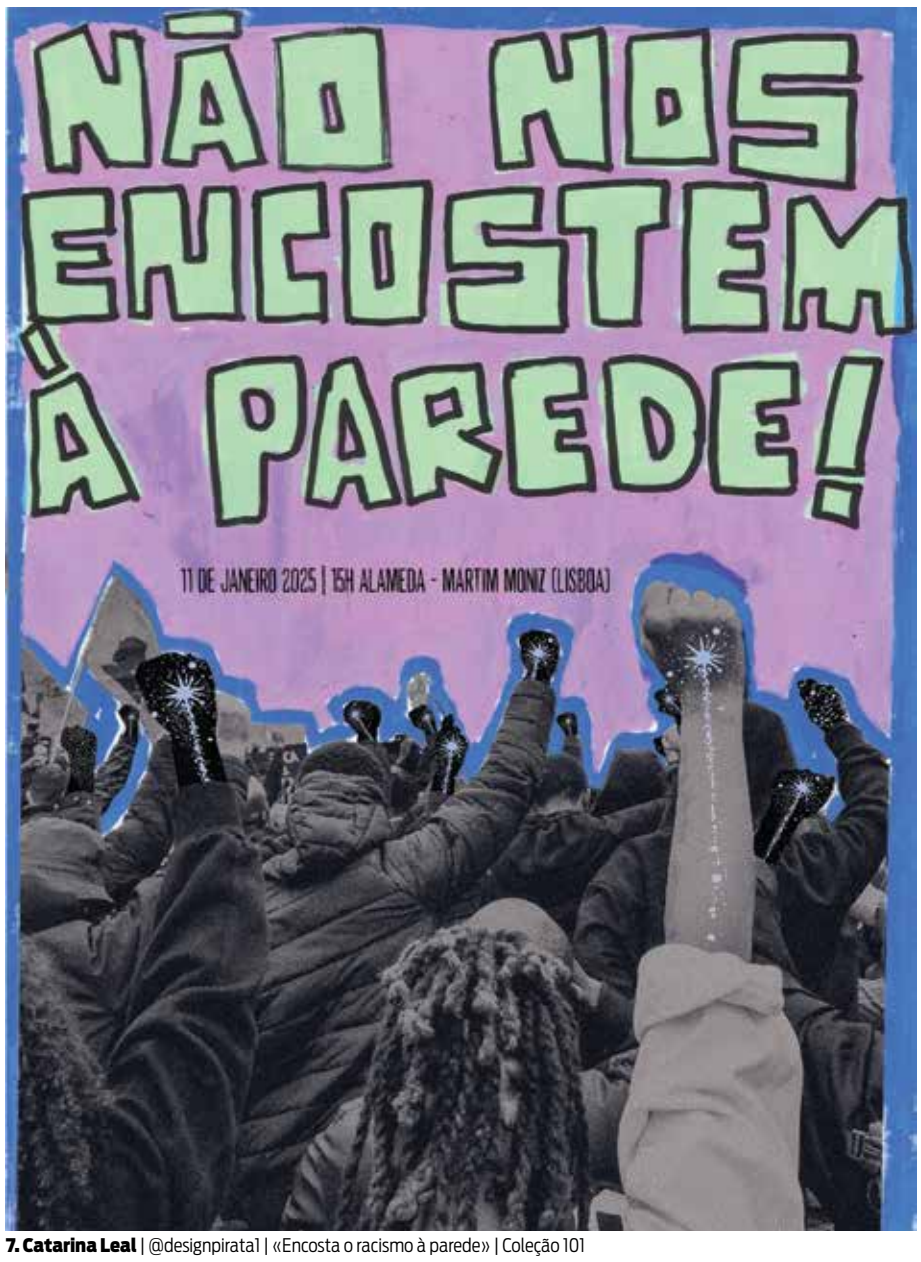


4. Mariana Dimas | @_marianadimas | «Encosta o racismo à parede» | Coleção 101

E QUEM NOS DEFENDE DO FASCISMO?
TENHO MEDO DA POLÍCIA
DEMISSÃO DO GOVERNO
A VERDADEIRA INSEGURANÇA É CRIADA PELO GOVERNO.
ENCOSTA O RACISMO À PAREDE
11 DE JANEIRO, 15H NA ALAMEDA

5. Xavier Almeida | @xavieralmeidaaa | «Encosta o racismo à parede» | Coleção 101

6. Nuno Saraiva | @nunosaraiva_ilustrador | «Encosta o racismo à parede» | Coleção 101



7. Catarina Leal | @designpirata1 | «Encosta o racismo à parede» | Coleção 101

Rússia: sabotar a guerra e pagar por isso

Desde o início da guerra na Ucrânia, os jovens russos têm-se visto cada vez mais atrás das grades, acusados de sabotagem ou terrorismo, por danos em edifícios ou infra-estruturas de transporte, no seguimento de acções contra a guerra.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

De acordo com os dados compilados pelo *site* (proibido na Rússia) Mediazona[1] e tornados públicos em Setembro de 2024, cerca de um terço das 66 pessoas russas detidas no final de 2022 e início de 2023 por alegados ataques de sabotagem eram menores. Nessa altura, a lista de «extremistas»[2] continha 54 jovens de 17 anos, 21 de 16 e 13 de 15 anos. Depois, em 2024, pelo menos 20 adolescentes foram acrescentados à lista. O seu membro mais jovem era Gleb Sinitsyn, de 14 anos, natural da cidade de Ivanovo. As sentenças para este crime podem variar entre 10 e 20 anos de prisão mas, se houver circunstâncias agravantes, a pena pode ser tão severa quanto uma sentença de prisão perpétua.

Entre os detidos está Ilya Podkamenny, de 19 anos, que conseguiu parar um comboio de mercadorias na região de Irkutsk, em Novembro de 2022, enrolando fio de cobre à volta dos carris. O maquinista do comboio encontrou no local panfletos onde se lia «Morte aos russos, liberdade para a Sibéria» e «Putinistas serão pendurados nas árvores em vez de folhas, morte a Putin, o fascista». Foram precisos sete meses para que as autoridades identificassem Podkamenny como o autor do crime. Pelas frases dos panfletos chegaram a um canal do Telegram chamado «Movimento de Libertação Siberiano - República da Sibéria», do qual Podkamenny era um dos dois administradores.

No outono de 2023, Podkamenny foi condenado a 12 anos de prisão. Declarou-se culpado das acusações contra ele. Numa carta ao Mediazona, afirmou que as suas acções foram motivadas pelo desespero e pelo desejo de lutar contra a «escuridão que se aproxima». «Penso que toda esta loucura terá terminado em 2025 e que serei definitivamente libertado», acrescentou. O outro administrador do canal «Movimento de Libertação da Sibéria», Oleg Beryozin, de 17 anos, da região de Zabaykalsky, foi detido ao mesmo tempo que Podkamenny e condenado a tratamento psiquiátrico obrigatório. O processo tinha ainda um terceiro arguido: Danil Tomshin, de 20 anos, que era subscritor do canal de Beryozin e Podkamenny. Enforcou-se antes do julgamento.

Na lista dos menores condenados por sabotagem figura também um jovem de 15 anos da região de Tyumen, na Sibéria, cujo pai combateu na Ucrânia. Segundo os investigadores, em 23 de Fevereiro de 2023, o adolescente pegou num cocktail Molotov e num isqueiro e dirigiu-se a um gabinete de alistamento militar. Em Novembro de 2023, foram detidos mais três menores na região de Tyumen. Os investigadores alegam que os adolescentes tentaram incendiar três cabines de transmissões ferroviárias.

Ainda antes, durante a primavera, tinham sido detidos três adolescentes na região de Novosibirsk: Kirill Veselov, de 18 anos, e dois menores que constam de registos abertos como Pavel S. e Savely R. Os três foram acusados de ataques incendiários a cabines de transmissão ferroviária. Em Julho, dois adolescentes da região de Krasnoyarsk foram condenados por planearem incendiar uma cabine de transmissões. Foram condenados a 4 anos e 5 anos e meio de detenção juvenil. Em Setembro do mesmo ano de 2023, a polícia de Novosibirsk deteve um estudante universitário de 17 anos por alegadamente ter danificado à força uma cabine de transmissões e incendiado outra no dia seguinte.

«Algumas pessoas abandonam o país, outras recorrem a explosivos»

Mas nem só os adolescentes tentam sabotar a máquina militar russa. Actualmente em prisão preventiva, Ruslam Sidiki, um anarquista russo-italiano de 36 anos, enfrenta uma potencial pena de prisão perpétua por ter decidido enveredar pela sabotagem como forma de combater a guerra. O Mediazona publicou uma coletânea de cartas de Sidiki, nas quais ele descreve as razões que o levaram a dedicar-se à sabotagem, como planeou e executou os ataques e porque se considera um prisioneiro de guerra e não um prisioneiro político. O *site* Meduza[3] (também ele proibido na Rússia) resumiu o seu conteúdo:

Ruslan Sidiki nasceu em Ryazan, na Rússia, mas passou grande parte da sua infância em Itália, após ter-se mudado para lá com a sua mãe. Depois de terminar a escola, tentou alistar-se no exército italiano, mas não conseguiu. Permaneceu em Itália durante vários anos, trabalhando e visitando a família e os amigos em Ryazan sempre que podia. Durante uma dessas viagens, foi-lhe oferecido um emprego como eletricista – e decidiu ficar. «A vida foi bastante boa aqui até 2008», recorda. «Sentia falta da minha avó e dos meus amigos e, nessa altura, a Europa parecia demasiado monótona».

Antes da anexação da Crimeia pela Rússia e da eclosão da guerra no leste da Ucrânia em 2014, Sidiki fazia viagens frequentes a esse país, onde, entre outras coisas, fazia caminhadas pela zona de exclusão de Chernobyl. Gostava do desafio de navegar em terrenos difíceis, fugir às patrulhas e usar equipamento militar. Através destas viagens, construiu uma rede de aventureiros com os mesmos objectivos, incluindo amigos da Ucrânia.

Nas suas cartas, Sidiki descreve-se como um anarquista. Diz que as suas ideias sobre um mundo justo sem Estado começaram a formar-se muito antes de ter encontrado a filosofia anarquista. Embora não goste daquilo a que chama a ideologia rígida de alguns anarquistas e comunistas, a sua oposição ao fascismo e ao totalitarismo, diz, nunca vacilou.

No dia em que a Rússia lançou a sua invasão em grande escala da Ucrânia, Sidiki recorda-se de ter sentido uma enorme sensação de impotência. «Vi comboios carregados de equipamento militar a passar e o desespero deu-me vontade de roer os canhões», escreveu. Convencido de que a resistência armada era a única opção que lhe restava, decidiu agir. O governo russo, segundo ele, tinha «cortado todos os meios pacíficos de influenciar a situação» ao reprimir os activistas anti-guerra. «Qualquer pessoa que se pronuncie contra a guerra é rotulada de traidora e enfrenta a repressão», escreveu. «Nestas circunstâncias, não é de admirar que algumas pessoas prefiram sair do país e outras recorram aos explosivos.»

Sidiki fixou a sua atenção na Base Aérea de Dyagilevo, a apenas 10 quilómetros da sua casa. A ideia ganhou força quando se apercebeu de que o zumbido baixo dos aviões que sobrevoavam Ryazan coincidia frequentemente com relatos de ataques aéreos russos na Ucrânia. Partilhou os seus planos com um «camarada ucraniano», que o pôs em contacto com «alguém com experiência nesta área». Por sugestão dessa pessoa, Sidiki viajou para a Letónia para «testar as suas capacidades» – há anos que se interessava por explosivos e tinha aprendido a fazer bombas caseiras por volta dos 18 anos.

Em Julho de 2023, levou a cabo o seu ataque. Utilizando *drones* com uma função de lançamento diferido, preparou três veículos aéreos não tripulados para descolar três horas depois e deixou o local. Mais tarde, soube pelas notícias que apenas um *drone* tinha conseguido chegar à base. Os outros dois, suspeitou, tinham sido derrubados por uma raposa que tinha visto por perto, mas que não se tinha dado ao trabalho de afugentar.

«Na verdade, tinha receio de que me localizassem», admitiu. «Mas eu tinha planeado o meu percurso cuidadosamente, alternando entre ângulos mortos e zonas com câmaras. E o atraso de três horas entre a minha partida e o lançamento do *drone* dificultou ainda mais a localização. Se não fossem os *drones* deixados para trás, não teriam sido capazes de localizar o local de lançamento». Mesmo assim, passou o mês seguinte nervoso, à escuta de passos à porta de casa. «Mas passado um mês, a ansiedade desvaneceu-se. Se eles tivessem descoberto, ter-me-iam apanhado no espaço de duas semanas».

Dois meses após o ataque, a avó de Sidiki faleceu. A perda afectou-o profundamente. «Afectou a minha clareza de espírito e a minha prudência», escreveu. «Honestamente, devia ter-me dado uns meses para recuperar. Mas não o fiz».

Depois de ter abandonado os ataques com *drones* - tendo determinado, por tentativa e erro, que a área estava protegida por sistemas de guerra eletrónica - Ruslan

Sidiki concentrou-se nos caminhos-de-ferro. Explorou uma rota na região russa de Ryazan, utilizada para o transporte de equipamento militar, e depois construiu duas bombas e um transmissor de vídeo com um mecanismo de auto-destruição. Segundo ele, toda a operação custou apenas 10.000 rublos [pouco mais de 100 euros].

Em Novembro de 2023, Sidiki foi de bicicleta até ao local, colocou os explosivos e posicionou uma câmara para captar o momento da detonação. Na madrugada do dia seguinte, depois de se certificar de que o comboio que se aproximava não transportava passageiros, detonou as bombas à distância. Dezanove vagões descarrilaram e o assistente do maquinista sofreu ferimentos ligeiros.

Depois disso, Sidiki escondeu a sua bicicleta e as roupas que tinha vestido na floresta e regressou a casa por um caminho diferente. Mais tarde, enviou a notícia do descarrilamento ao seu contacto na Ucrânia. «Alguns dias mais tarde, disse-me que os seus superiores tinham decidido enviar-me 15.000 dólares», escreveu Sidiki. «Fiquei chocado - nunca tinha tido mais de 1.000 euros nas mãos em toda a minha vida. Disse-lhe que não estava a precisar de dinheiro de momento e pedi-lhe que adiasse o assunto por agora».

Três semanas mais tarde, as autoridades apanharam Sidiki. Os investigadores conseguiram identificá-lo utilizando imagens de uma câmara de vigilância – cinco horas após a explosão – que o mostravam a caminhar por uma estrada pavimentada. «Estava exausto e pensei que o perigo já tinha passado, por isso caminhei o último quilómetro no asfalto em vez de evitar as câmaras», escreveu.

Mesmo assim, não foi fácil encontrá-lo. «As forças de segurança disseram-me que não tinham forma de saber de onde eu tinha vindo naquela noite. Tiveram dificuldade em juntar as peças – tinham chegado a um beco sem saída, tal como aconteceu com os *drones*. Mesmo quando me detiveram, ainda não tinham a certeza de que eu estava envolvido», recorda Sidiki.

Na esquadra da polícia, disse, homens não identificados, vestidos à civil, torturaram-no durante vários dias. Bateram-lhe com força, electrocutaram-no e filmaram tudo com um telemóvel. Quando foi transferido para um centro de detenção preventiva, o pessoal médico do centro estava visivelmente abalado com o seu estado. «O médico ficou atónito – todo o meu corpo estava coberto de nódoas negras», escreveu.

Sidiki foi acusado de cometer um acto terrorista, de fabricar e distribuir explosivos como parte de um grupo organizado e de ter recebido treino para actividades terroristas. Actualmente, aguarda julgamento e enfrenta uma possível pena de prisão perpétua. «Compreendo que vou ser condenado a uma longa pena. Não me deixo levar por falsas esperanças de um resultado favorável», escreveu.

Sidiki não se considera um prisioneiro político, mas sim um prisioneiro de guerra. Na sua opinião, as suas acções fazem parte de um conflito mais vasto entre a Rússia e a Ucrânia. «As minhas acções enquadram-se na definição de "sabotagem", não de "terrorismo"», argumentou. «Nunca tive a intenção de incutir medo nos civis. O meu objetivo era destruir aviões para que não pudessem ser usados para bombardear, destruir caminhos-de-ferro para que não pudessem ser usados para transportar armas».

Apesar da sua captura, Sidiki disse que não se arrepende de nada. «Para mim, a guerra acabou – fui apanhado. Mas estou verdadeiramente grato aos ucranianos que confiaram em mim. Se alguém é culpado pela minha prisão, sou eu sozinho», escreveu. «Espero que os ucranianos suportem todas as provações com resiliência. Desejo a todos um céu de paz».

Ucrânia: deserções em massa

Nos finais de 2024, os meios de comunicação social de língua inglesa de todo o mundo confirmaram o que o grupo anarquista Assembleia de Kharkov tinha vindo a noticiar ao longo do Outono: as deserções na Ucrânia são enormes.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

A ABC News, citando «um parlamentar familiarizado com assuntos militares», escreveu que poderiam existir até 200.000 desertores na Ucrânia. No mesmo artigo, diz-se: «Enfrentando todas as carências imagináveis, dezenas de milhares de tropas ucranianas, cansadas e despojadas, abandonaram as posições de combate e da linha da frente para cair na clandestinidade, de acordo com soldados, advogados e funcionários ucranianos. Unidades inteiras abandonaram os seus postos, deixando as linhas defensivas vulneráveis e acelerando as perdas territoriais, de acordo com comandantes militares e soldados».

O Financial Times, por seu turno, reconhece também que a deserção foi uma das principais razões para a queda de Ugledar. E acrescenta que alguns dos que abandonaram a 123ª Brigada de Defesa Territorial devido à sua relutância em defender Ugledar já regressaram à frente de combate, enquanto outros estão escondidos e alguns foram detidos. O mesmo artigo refere também, citando um representante anónimo dos serviços de segurança polacos, que uma média de 12 soldados ucranianos abandonam os campos de treino na Polónia todos os meses.

De acordo com a Procuradoria da Ucrânia, citada pela Assembleia de Kharkov, em Novembro de 2024, foram registados 18.984 novos processos penais ao abrigo dos artigos 407.º e 408.º do Código Penal da Ucrânia (saída não autorizada de uma unidade e deserção). Este número é quase o dobro do registado no mês anterior (9.487 processos penais). Em Dezembro de 2024, foram registados 17.593 novos processos penais ao abrigo destes artigos.

Neste contexto, em 21 de novembro foi aprovada a lei 4087-IX, que entrou em vigor em 29 de Novembro. Ao abrigo desta nova lei, os SZCHH (abreviatura em ucraniano de «militares que abandonaram a sua unidade sem autorização», SOCH em russo) ou que desertaram completamente não só são autorizados a regressar voluntariamente e a servir sem serem penalizados, como também o seu serviço militar e o seu contrato são mantidos. De acordo com as informações da Assembleia de Kharkov, houve poucos interessados.

NOTAS

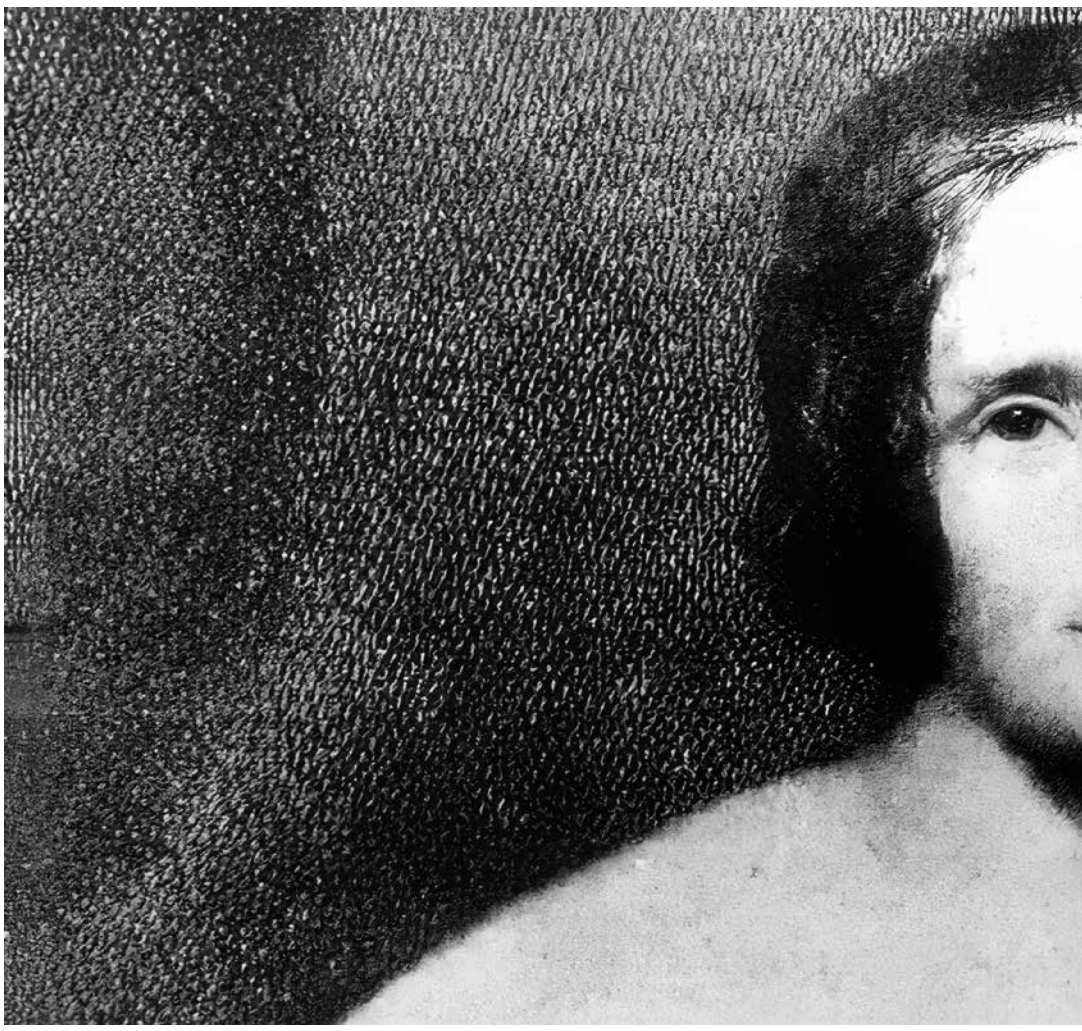
1 https://bit.ly/mzresearch

2 O Serviço Federal de Controlo Financeiro da Rússia regista os nomes de todos os cidadãos acusados de terrorismo, sabotagem ou extremismo no seu registo público de «terroristas e extremistas». No entanto, o aparecimento do nome de uma pessoa no registo não significa necessariamente que esteja na prisão; pode também significar que está a ser investigada, que recebeu uma multa ou que está em liberdade condicional https://bit.ly/41qrUKk]

3 https://bit.ly/4iAbkyK

Os monstros de Mary Shelley

O lar de Mary alberga monstros em vez da família burguesa.



BORBOLETA AZUL

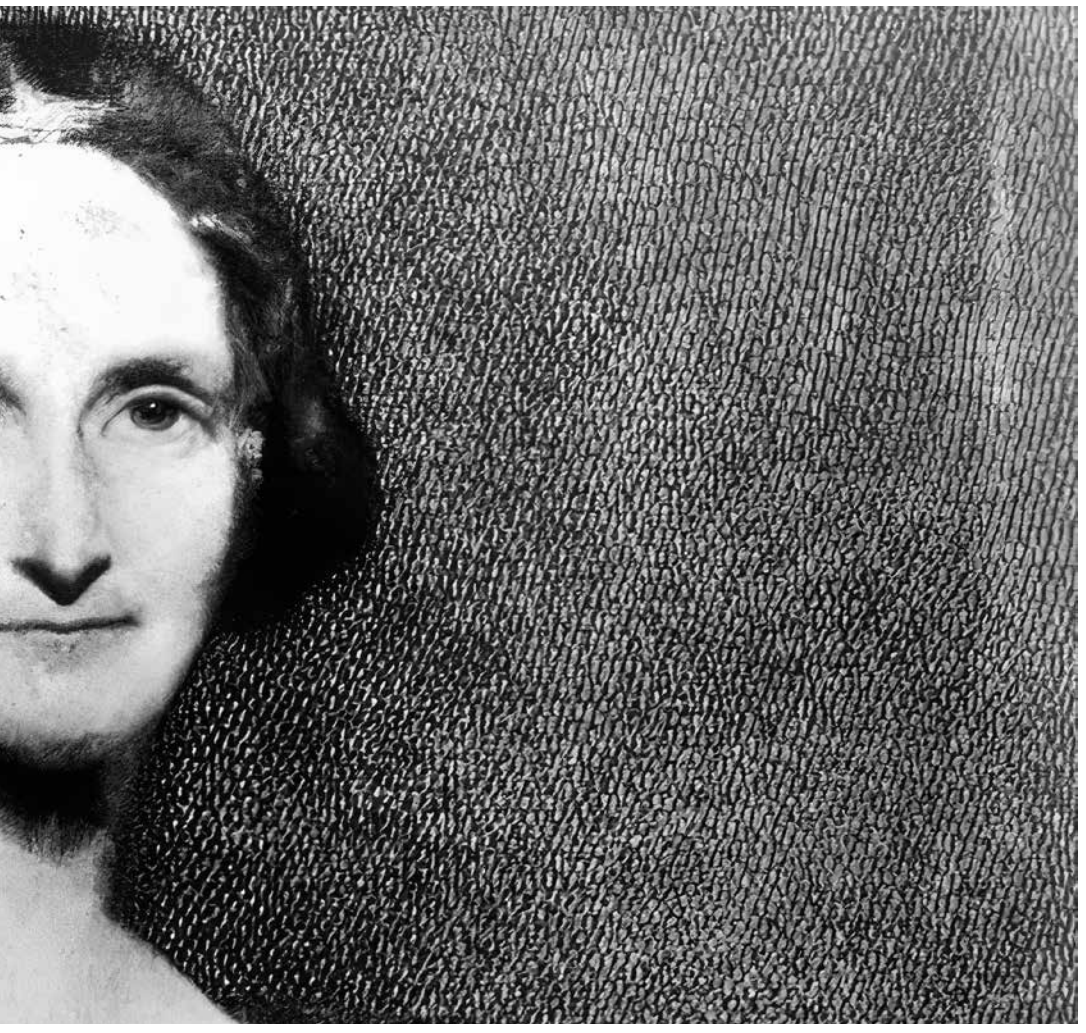
Poucos dias depois de Mary nascer, foram em busca de cachorrinhos para a sua mãe amamentar[1]. A ligação humana foi interrompida por motivos de doença, e os cachorrinhos eram usados para retirar o leite dos peitos. O que bebeu a bebé Mary não sabemos, mas a sua mãe bebeu vinho, um anestésico para temperar o leito de morte causado pela febre puerperal. William Godwin relata os últimos dias da esposa, a quem pergunta: "o que farei com as crianças?", e tem o silêncio por resposta[2].

A mãe é Mary Wollstonecraft, e enquanto educadora feminista deixou vários livros e cartas sobre como as filhas deviam ser educadas, que William ignorou. As filhas que deixa órfãs em 1797 são Mary Wollstonecraft Godwin e a irmã, Fanny Imlay, de três anos. William cuidará sozinho das duas, mas ao fim de poucos anos sente-se incapaz de conduzir a tarefa e casa-se com a vizinha, para surpresa dos seus amigos mais próximos. A madrasta é incapaz de preencher os sapatos da mãe, e cria-se um fantasma. William refugia-se na atividade intelectual, para a qual requer silêncio constante, e exige ser sustentado por patronos. Mary cresce a visitar a campa da mãe na igreja velha de Saint Pancras, em Londres, e é lá que se encontra secretamente com Percy Bysshe Shelley, poeta, discípulo e patrono do seu pai, que acompanhará até ao fim da vida, que não foi muito longa: quando se conhecem, Mary tem 16 anos e Percy 21; ele morrerá 8 anos depois.

Percy é um aristocrata, filho mais velho de Sir Timothy Shelley, 2.º Baronete do Castelo de Goring. O seu avô, Sir Bysshe Shelley, nasceu em Newark e era rico à custa da família e de bons casamentos. Percy cresce a sofrer *bullying* na escola, e por vezes responde com raiva violenta. Interessa-se pela ciência e ocultismo, ganha a alcunha de "Shelley Louco" e faz experiências com pólvora, ácidos e eletricidade. Mais tarde, na Universidade de Oxford, radicaliza-se e aprofunda ideais de pensamento e amor livres com Thomas Jefferson Hogg. O desdenho pela sociedade de Oxford e pela religião motiva-os a escrever o ensaio "A necessidade do ateísmo"[3], que enviaram pelo correio aos bispos e diretores de Oxford, valendo-lhes a expulsão. O pai retira-lhe o apoio financeiro quando este foge e se casa com Harriet Westbrook, e expressa que quer doar uma grande parte do dinheiro da família aos mais desfavorecidos. Percy inspira-se na visão económica que elaborou a partir de "Justiça Política"[4], obra de William. No entanto, o autor da obra, seu mentor, discorda da ideia e aconselha-o a reconciliar-se com o pai para segurar os fundos e a consolidar uma posição académica, afastando-se da agitação política. Percy desobedece ao mestre, passa a viver de dinheiro emprestado e fica incapaz de continuar a ser patrono.

Percy desinteressa-se de Harriet após esta dar à luz a sua filha, Eliza Ianthe Shelley. Quando expressa a William que está apaixonado pela sua filha Mary e quer viver com ela, deixando para trás Harriet que está novamente grávida, este bane-o de casa e proíbe-o de ver a filha, mas sem sucesso. Mary e Percy fogem de casa levando com eles Claire Clairmont, filha da madrasta. Escapam de Inglaterra e atravessam a França devastada pela guerra, para horror de Mary, e viajam pela Alemanha e Holanda. Regressam a Inglaterra meio ano depois com Mary grávida, deprimida e a fugirem de oficiais de justiça para escapar a dívidas. A filha de Mary nasce prematura e morre 10 dias depois. Engravida no espaço de três meses e em 1816 nasce William Shelley. No mesmo ano conhecem Lord Byron, 6.º Barão, e viajam para Geneva, na Suíça. Pouco tempo após regressarem, Mary perde a sua meia irmã Fanny, que se dedica extremosamente a todos sem sentir amor de volta[5], por suicídio com laúdano. Enlutado, William enterra-a numa campa anónima para evitar mais escândalos. Uns meses depois, Harriet, sentindo-se abandonada, também se suicida. Percy e Mary casam-se, e no ano seguinte têm mais uma filha, Clara Everina Shelley, que morrerá cerca de um ano depois. Vivem anos de intensidade emocional extrema e grande produção artística, mantêm diários, escapam a credores mudando de casa e de país, e convivem com outros radicais e poetas. Em 1818 viajam para Itália para curar os problemas pulmonares de Percy (provavelmente tuberculose) mas com a morte dos filhos, Mary deprime e distancia-se dele emocionalmente. No ano seguinte sofrem mais duas mortes, da filha adotada, Elena Adelaide Shelley, e de William Shelley, possivelmente de malária. Em novembro nasce Percy Florence Shelley, o único filho sobrevivente do casal. Três anos depois, Mary engravida pela última vez e quase morre num aborto; é salva por Percy que a coloca num banho de gelo, parando a hemorragia. A relação entre os dois deteriora-se cada vez mais, com Percy a envolver-se com diversas mulheres, e a acordar aos gritos dum sonho em que estrangula Mary e vê a amante e o seu marido como cadáveres ambulantes. No mesmo ano morre num naufrágio no Mediterrâneo.

O pensamento e escrita do pai e marido de Mary testemunham os principais eventos do seu tempo e criticam brilhantemente as instituições políticas, expressando enorme compaixão pelos



desfavorecidos e pelas vítimas da opressão e violência. Porém, remetem os infortúnios das mulheres e crianças para tragédias pessoais que devem ser ultrapassadas. Quando o neto William morre, escreve a Mary dizendo que a depressão a faz cair na turba das mulheres comuns, ao invés de estar entre os mais nobres espíritos que honram a natureza humana[6]. William deposita fé na razão para o progresso da humanidade, e acredita que um dia a imortalidade será alcançada. Por sua vez, Percy escreve sobre o Prometeu libertado, desvinculado das amarras impostas pela sociedade que atrasam o progresso.

O corpo e as emoções não são facilmente calados pela razão nem se submetem ao seu poder.

Mary lida com a realidade do trauma e com os horrores da doença, da guerra e da morte. Para ela, não basta soltar as amarras da opressão para haver progresso; há desafios internos que continuam sem resposta e se materializam nas interações humanas. O corpo e as emoções não são facilmente calados pela razão nem se submetem ao seu poder. Kock e Pasteur ainda não nasceram, e a sociedade ocidental não conhece os antibióticos nem os desinfetantes. Vários episódios de peste assolam os países da Eurásia e da bacia mediterrânica. A mortalidade materna e infantil é aterradora, e piora com a entrada dos médicos no parto, que contaminam as mulheres com as doenças que as vitimizam. Seis décadas depois da morte de Mary Wollstonecraft, Ignaz Semmelweis, considerado o "salvador das mães", será expulso do hospital e morrerá internado num asilo de loucos por defender que os médicos deviam lavar as mãos antes do parto, sendo ridicularizado pelos colegas que diziam "um cavalheiro tem sempre as mãos limpas". O planeamento familiar e controlo de natalidade estão longe de estar popularizados, a sociedade não reconhece a necessidade de sexo e de afeto, nem a importância de expressar emoções negativas.

Só a doença destrói a hierarquia e torna as divisões sociais obsoletas.

Aos vinte anos, Mary publica "Frankenstein, ou o Prometeu moderno"[7]. O livro conta a história de Vitor Frankenstein, um homem que perdeu a mãe por escarlatina que procura derrotar a morte reanimando cadáveres. É bem-sucedido na sua empresa, mas quando consegue o feito, rejeita a criatura por ser muito feia. É a irresponsabilidade perante a criação que marca a história: Vitor não estava preparado para ser pai. Movido pela paixão pela ciência e o oculto desenvolveu a tecnologia de reanimação, mas foi incapaz de amar, cuidar e nutrir a criatura gerada. Esta incorpora a monstruosidade da rejeição, condenada a viver sem companhia humana, por vir ao mundo numa forma detestável.

Frankenstein não foi o único livro de Mary. Muitos outros se seguiram, incluindo a obra-prima de ficção científica "O último homem"[8]. O enredo passa-se em 2073, ano em que finalmente cai a monarquia britânica e é instaurada uma república. Apesar deste progresso, a ciência continua incapaz de derrotar a guerra e a peste. O poder é concedido naturalmente ao descendente do rei, Adrian, quando este abdica da hierarquia formal. Adrian conquista o respeito dos homens ao permanecer junto do povo na doença, enquanto os que buscam a fama e a glória morrem ou se afastam. Os sobreviventes procuram escapar à peste que avança de forma inexorável, e lutam contra grupos religiosos que creem ser salvos pela fé. Só a doença destrói a hierarquia e torna as divisões sociais obsoletas, expondo as pessoas à mesma desgraça. As personagens centrais são repletas de virtudes, mas dadas a excessos emocionais e à limerência. Apesar de viverem momentos de paz, amizade e abundância, envolvem-se em projetos políticos que resultam em tragédias. Os privilégios das personagens ora são máximos, ora são mínimos, podendo viver como párias da sociedade em abrigos ou em castelos na companhia de reis, dependendo de circunstâncias que não controlam.

Mary sobrevive à depressão, às dívidas e paixões intensas, guardando no corpo múltiplos fantasmas e lutos. Depois da morte de Percy, Mary escreve para se sustentar a si e ao filho, ajudando o pai com frequência. Dedica o resto da sua vida a editar os trabalhos de Percy e outros autores, escrever romances e a envolver-se com a política de Itália, país que ama. Sofrerá mais uma desilusão: o revolucionário Ferdinando Gatteschi da Jovem Itália, escritor aristocrata por quem se sente atraída, tenta chantageá-la ameaçando publicar as suas cartas pessoais. Mary consegue reaver as cartas usando a polícia francesa, por intermédio de um amigo do filho. Apesar de considerar o poder policial revoltante, não se arrepende de o ter usado.

Após ter vivido de forma transgressiva, Mary reconcilia-se com a sociedade, permanecendo radical ao longo da vida: casa-se, sendo promotora do amor livre; o seu filho será 3.º Baronete; e incapaz de ter fé, entende o apelo da religião. Na viagem que faz com o filho à Itália, diz sobre os camponeses: "Pobres pessoas! A sua religião está rodeada de falsidade, mas é um grande conforto para eles"[9]. Apoia sempre que pode as mulheres transgressoras da sociedade, como as mães solteiras, adúlteras e lésbicas, e considera a sua generosidade como atos de simples justiça. Segue a via política da não-violência, e exerce a compaixão e a simpatia. Por esta razão despolitizaram-na, e consideraram-na defensora da vida doméstica. Só recentemente foi reconhecida como uma das principais figuras Românticas, que escreve com uma voz política e liberal que desafia o radicalismo de William e Percy. O doméstico de Mary alberga monstros em vez da família burguesa, e tem de ser transformado para o amor e o cuidado serem possíveis. Morreu aos 53 anos com um tumor cerebral, e foi amada e cuidada pelo seu filho, que não teve descendentes, pondo fim à prole da mãe do feminismo. O último sobrevivente exumou os restos mortais dos seus avós maternos e colocou-os na mesma campa da mãe na igreja de Saint Peter, com o coração de Percy que se recusou a arder na pira funerária. O que aconteceu aos cachorrinhos fica para outra história.

NOTAS

1 The progress of the disease was now uninterrupted. (...) On Monday, Dr. Fordyce forbad the child's having the breast, and we therefore procured puppies to draw off the milk. Em: Memoirs of the Author of a Vindication of the Rights of Woman, by William Godwin. London: printed for J. Johnson and G.G. and J. Robinson, 1798. Disponível em: https://bit.ly/4bLObHl

2 I therefore affected to proceed wholly upon the ground of her having been very ill, and that it would be some time before she could expect to be well; wishing her to tell me any thing that she would choose to have done respecting the children, as they would now be principally under my care (...) she at length said, with a significant tone of voice, "I know what you are thinking of," but added, that she had nothing to communicate to me upon the subject. Em William Godwin (citado acima).

3 Percy Bysshe Shelley (1811). The Necessity Of Atheism. Disponível em: https://bit.ly/4kG96zD

4 William Godwin (1793). An Enquiry Concerning Political Justice, and its Influence on General Virtue and Happiness (London: G.G.J. and J. Robinson). In 2 vols. Disponível em: https://bit.ly/41M01N0

5 I have long determined that the best thing I could do was to put an end to the existence of a being whose birth was unfortunate, and whose life has only been a series of pain to those persons who have hurt their health in endeavouring to promote her welfare. Perhaps to hear of my death may give you pain, but you will soon have the blessing of forgetting that such a creature ever existed as.... (nota de suicídio de Fanny). Em: Florence A. Thomas Marshall (2011). The Life and Letters of Mary Wollstonecraft Shelley, Volume I (of 2). Disponível em: https://bit.ly/4iNOIe8

6 You must, however, allow me the privilege of a father and a philosopher in expostulating with you on this depression. I cannot but consider it as lowering your character in a memorable degree, and putting you quite among the commonalty and mob of your sex, when I had thought I saw in you symptoms entitling you to be ranked among those noble spirits that do honour to our nature. What a falling off is here! How bitterly is so inglorious a change to be deplored! Em Marshall (citado acima).

7 Mary Wollstonecraft Shelley (1993). Frankenstein; Or, The Modern Prometheus. Disponível em: https://www.gutenberg.org/ebooks/84

8 Mary Wollstonecraft Shelley (2006). The Last Man. Disponível em: https://www.gutenberg.org/ebooks/18247

9 Mary Wollstonecraft Shelley (2024). Rambles in Germany and Italy in 1840, 1842, and 1843, vol. 2 of 2. Disponível em: https://www.gutenberg.org/ebooks/74301

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

Carta do Linhó

Venho por este meio comunicar a todos os portugueses as situações que se vive há praticamente 6 meses no estabelecimento prisional do Linho.

Os reclusos do respetivo E.P. estão a sofrer de uma horrível opressão desde o início da greve dos guardas prisionais. Não se percebe o motivo da greve mas os boatos indicam que pretendem acabar com o regime de ativos e inativos e querem que o regime de inativos passe das 4 horas de pátio (2 horas de manhã e 2horas à tarde) para apenas 2 horas de pátio como se faz num regime totalmente fechado afim de os reclusos em estado inativo passaram para um regime de secção como se prática na cadeia do Monsanto.

Há períodos que passamos mais de 24horas fechados, aquando mudança de turnos, sem acesso a lavandaria, os reclusos não conseguem lavar as suas roupas pessoais, nem de cama. O Bar só temos acesso uma vez por semana, muitos reclusos não conseguem ter acesso ao bar devido à escassez de produtos e aos conflitos gerados derivado a este problema.

Nos primeiros 4 meses de greve não tivemos acesso a sacos das visitas, aumentando a fome e a falta de higiene.

O acesso a correspondência é uma vez por semana para receber e enviar, independentemente da urgência da correspondência.

As condições neste estabelecimento prisional, são deploráveis convivemos diariamente com milhares de ratos que co-habitam entre nós nas celas, humidade , sujidade imunda, bolor, musgo, o estado de salubridade é indigna ao ser humano.

Muitas vezes não temos direito a banho quente, o sistema de caldeira funciona muito mal como também há um mau funcionamento das águas sanitárias, foi implementado um horário para acesso a água quente gerido pelo E.P. (os guardas) em que muitas das vezes não é cumprido.

Houve uma situação em que ficamos sete dias sem acesso a água, os reclusos ativos tinham acesso à água do poço, mas quando chegava altura de abastecimento para inativos esgotava a fonte. Mesmo com muita insistência por parte dos reclusos não arranjaram solução para acesso a água pelo menos potável, havia uma profunda apatia por parte dos guardas.

Houve uma situação em que ficamos sete dias sem acesso a água, os reclusos ativos tinham acesso à água do poço, mas quando chegava altura de abastecimento para inativos esgotava a fonte.

Muitos dos guardas neste e noutros estabelecimentos prisionais não cumprem com profissionalismo o seu dever, fazem por obrigação os serviços mínimos e castigam arbitrariamente reclusos, principalmente os mais vulneráveis.

Vive-se um constante terror por parte das forças de segurança, criando um clima instável entre a população reclusa causando mais atritos, falta de sanidade mental e suicídios, assuntos que a comunicação social abafa para dar lugar a reportagens sobre o consumo de drogas nas prisões.

Nota-se claramente o uso de substâncias por parte das forças de segurança mas nesse assunto não se toca!

Os reclusos são roubados nas suas celas ficam sem direitos, sem higiene necessária, a sofrer castigos por cima do castigo imposto pelo tribunal.

O estado recebe apoios europeus para criar as dignas condições, as entidades recebem o dinheiro, os guardas são pagos! mas os reclusos são explorados nos seus trabalhos dentro das prisões, sem condições de higiene, alimentação, educação, desporto e de todos os pontos acima referidos.

Se estas situações forem investigadas de certeza que todas estas situações referidas vão estar no relatório.

Pois por ser verdade eu como recluso e sofredor das situações acima referidas peço em nome da população reclusa, que se possa fazer algo para alguma mudança.

Atenciosamente, com os melhores cumprimentos para todas as entidades competentes para investigar e ajudar na solução.

Carta de Sta Cruz do Bispo

Lembro-me de ter sempre ciente em mim a noção daquilo que queria ser quando crescesse. Queria contar histórias as pessoas e mostrar que a realidade e feita de vários moldes.

Quando olho pra trás me consigo de alguma maneira rever. Isso traz felicidade, claro, mas também a certeza de que o caminho nunca se faz sem se ultrapassar obstáculos. Mas desde que entrei em prisão minha vida parou no tempo, na rua era lembrada na prisão sou esquecida. Aqui em 4 paredes húmidas, caroxo nas paredes colchões húmidos, não há aquecimento, tanto sofrimento e solidão que se passa aqui, só vejo muros, grades furregentas portas velhas, abaterem com tanta força que até me arrepia a espinha da maneira como nos fechão as portas com uma força tremenda que até tremem as paredes. Somos humilhadas pelas guardas, só sabem mandar calar-nos e gritar-nos, elas estão frustradas e mal amadas, e beiem da rua a pagar com nós, e nós temos que as ver e calar, por que se respondemos fazem-nos participações e bamos pra o castigo, e é o que elas querem, é ver-nos mal.

No outro dia na ala 1 uma guarda bateu em uma grávida de 6 meses, ela é romena e só tem 19-20 anos. Só porque a rapariga se esqueceu de algo na cela, e ela lhe pediu à guarda pra que lhe abrisse a porta pra ir buscar o saco pra ir a cantina, a guarda se chatio tiveram um bate boca, a guarda tirousse a grávida e agredio, não querião que fosse os clinicos mas as colegas poransse todas a gritar e foi de aí que alevaram os clínicos e os médicos tiraram fotos à grávida, ela tinha negras no corpo. Agora vamos ver o que se vai passar com a guarda, si é despedida, que já não é a primeira vez que ela agrede as reclusas, isto é um sofrimento constante, em ves de aguontar-nos a nós, nós é que aguontamos a elas, por que sabem que si fizemos m… quem perdi somos as reclusas e elas fico impunes como sempre.

Força colegas que de aqui saímos e as guardas ficão aqui até à reforma abrindo e fechando portas.

Ninguém sabe o que se passa cá dentro nas prisões, isto é um sofrimento que nos vai ficar séculos pra vida.

Um bejinho e abraços pra quem lê este relato triste.

Força colegas que de aqui saímos e as guardas ficão aqui até à reforma abrindo e fechondo portas.

Força até sempre.

A Voz de Dentro me apoia muito

Obrigados por estar aí conozco

a Palestina a ensinar a vida ao resto do mundo

estes textos foram escritos durante e após uma visita à Palestina em fevereiro deste ano. São resultado de conversas com pessoas palestinianas na cisjordânia, nos territórios de 48 e com pessoas sírias nos territórios ocupados. apesar de não ter estado em Gaza, não houve nenhum sítio nem nenhuma pessoa com quem conversei que não falasse dela. Gaza está em todo lado, como ferida coletiva que não sangra e portanto que não estanca. a dimensão da capacidade de resistir e permanecer do povo palestiniano não é *escrevível* - nem tento. a escalada de violência colonial é constante, diária, absoluta. como disse o S. uma noite ao jantar em Nazaré «não há solução que não seja o colapso». pois que caia.

lokas cruz
ativista no coletivo pela libertação da Palestina e humans before borders, trabalhadora humanitária, médica, poeta.

montes golã, territórios sírios ocupados em 1967

tantura - territórios palestinianos ocupados em 1948

Montes Golã - territórios sírios ocupados em 1967

a primeira coisa que o K. fez foi pegar numa pedra e atirá-la através da vedação: «uma pedra da Síria ocupada para a Síria livre». esta vila chamada Majdal Shams é uma das cinco vilas sírias que sobreviveram à limpeza étnica que se iniciou em 1967, outras 341 foram completamente destruídas e os seus habitantes expulsos. o sítio de onde K. atira a pedra é chamado «*shouting Hill*» («colina do grito»), era daqui que as famílias separadas pela ocupação comunicavam umas com as outras em ambos os lados da vedação. hoje não há famílias do outro lado porque é uma zona militar. até dezembro do ano passado pertencia ao governo sírio, mas após a queda do regime de Assad as forças coloniais israelitas reocuparam este território. há camiões a construir uma nova estrada e há um novo túnel a ser escavado. também aqui a colonização nunca parou. o K. atravessou esta vedação quando era adolescente, não queria viver mais num território ocupado e também recusava ir para Tel Aviv viver com os colonos. como o chão tem minas atravessou de pedra em pedra até uma base militar onde foi detido por militares sírios e levado para Damasco onde esteve durante quatro dias. foi devolvido uns dias depois e voltou a atravessar a vedação para o território ocupado. nunca mais voltou a Damasco. ao percorrermos de carro os territórios sírios ocupados passamos por vários colonatos - serão cerca de 47 - um dos mais recentes, «*trump heights*», tem na entrada um convite para colonos e um número de telemóvel para quem quiser ir para lá viver. nesta terra ocupada é fácil tornar-se e ser colono, difícil é ser indígena. acerca da sua identidade, o K. diz-nos «sou palestiniano nas circunstâncias e na geografia, sírio na história e na paixão e proibido à força da minha identidade síria». quando a libertação chegar - e vai chegar - diz que vai embebedar-se durante um mês (ri-se) e depois iniciar as conversações sobre a reunificação do levante. até lá, só as pedras e os pássaros circulam livremente de ambos os lados do arame farpado. K. sabe que há-de voltar a Damasco, não para ser detido, mas para ser livre.

Tantura - territórios palestinianos ocupados em 1948

o M. nasceu 12 anos depois da ocupação de Tantura mas a sua infância foi marcada pela tristeza que via no seu pai que lutou contra as milícias sionistas em 1948 e acabou por ser expulso e refugiar-se na vila de Al Fardise. não fala dos massacres - sabemos que cerca de três centenas de pessoas foram assassinadas e enterradas em valas comuns debaixo do chão que pisamos, a maioria homens com idades entre os 13 e 30 anos - mas fala sobre a vida. Tantura era uma vila de pescadores com cerca de 1500 pessoas, viviam da terra e do mar, tinham boas casas, viviam bem. conta que quando as milícias chegaram no dia 22 de maio de 48 encontraram nas mesas chá ainda quente, pão, azeite, *labneh*. um mês depois chegaram os primeiros colonos e iniciaram a construção do colonato Nahsholim e um ano depois o colonato Dor. os colonos não eram pescadores, mas foram-lhes dados barcos. hoje todos os pescadores são palestinianos, «o trabalho duro somos nós que fazemos, não os colonos». tem o rosto queimado pelo sol, os dedos das mãos com feridas do frio e no pescoço uma gola com padrão de *kuffyia*. todos os dias vem de Al Fardise para Tantura. usam o último edifício que resta na praia - ou as suas ruínas - como armazém para os materiais de pesca, têm algumas cadeiras, uma mesa com café e um prato no chão onde põem comida para os gatos. a polícia israelita aparece regularmente para lhes dizer que não se podem sentar ali, que não podem dormir ali, passam-lhes multas, cortam a luz e água, trazem documentos dos tribunais. nas ruínas deste edifício há um aviso em hebraico que diz «edifício perigoso. entrada e permanência absolutamente proibida». não há nada que os colonos temam mais do que a memória. «é demasiado o que estou a pedir? só quero poder existir aqui». Tantura não desapareceu em 1948, e não desaparecerá enquanto viverem aqueles que não esquecem, que sabem quem são, que sabem de onde vêm. a viagem M. de Al Fardise para Tantura é a prática diária da promessa de retorno, acontece todos os dias, desde sempre e vai continuar.

alWalajah - territórios palestinianos ocupados em 1967

há um novo *checkpoint* na entrada da vila de alWalajah. um dos 228 novos *checkpoints* impostos por Israel na Cisjordânia desde outubro de 2023, a juntar aos mais de 500 que já existiam. perdemo-nos dentro da vila, pedimos direções para a oliveira, toda a gente sabe qual. é no solo de alWalajah que vive e sobrevive a oliveira mais antiga da Palestina, com cerca de 5000 anos. uma árvore que não só é muito mais antiga que a colonização sionista, como é mais antiga do que a religião que foi instrumentalizada para justificar a colonização. não há nenhum ângulo pelo qual olhemos a oliveira em que não se veja a vedação que dá continuidade ao muro do apartheid. do lado de cá alWalajah - territórios palestinianos ocupados em 1967, do outro lado, alWalajah - territórios palestinianos ocupados em 1948. A. é o guardião desta árvore há 20 anos, antes dele o pai, antes dele

a avó. durante a Nakba os seus pais foram expulsos da sua casa e obrigados a refugiar-se do lado da vila que só tinha terrenos agrícolas, sem casas. até 1952, deste lado da colina conseguiam ver a sua casa, mas todos que tentaram regressar foram mortos. depois disso destruíram tudo: casas, mesquitas, escolas. como se a vila nunca tivesse existido, mas existiu e existe. antes da vedação começar a ser construída em 2011, A. passou algumas vezes para o outro lado sem ser visto pelos militares e foi trazendo o que encontrou: uma porta, uma janela, uma lanterna. a lanterna está hoje pendurada num dos ramos da oliveira. perdeu há muito a sua função de iluminar o caminho, mas a sua existência relembra o caminho. provamos o azeite da última colheita feita em outubro do ano passado, só esta oliveira dá cerca de meia tonelada de azeitonas todos os anos. meia tonelada de vida, viva, apesar de tudo. A. colocou um cadeado na entrada do terreno onde está a oliveira para a proteger dos colonos. «já atacaram várias zonas perto da vedação e tentam muitas vezes destruir os canais de água que mantêm viva a oliveira». os colonos têm muito medo de árvores, de todas, mas principalmente daquelas que são mais antigas do que o seu estado e que provam a mentira fundacional do projeto sionista: que esta era uma terra sem gente. há um novo ramo a nascer na base da oliveira que está ligado ao tronco maior por um fio de tecido. parece frágil. tão frágil como o cadeado. metros abaixo a vedação intransponível. cadeado vs muro apartheid. pedras vs tanques. corpo vs bulldózer. o monopólio da força está do outro lado a lembrar-nos que a militarização, essa sim, é um sinal de fragilidade.

alWalajah - territórios palestinianos ocupados em 1967

os colonos têm muito medo de árvores, de todas, mas principalmente daquelas que são mais antigas do que o seu estado

Cisjordânia - territórios palestinianos ocupados em 1967
coisas que se vendem no *checkpoint* de Qalandia: lanternas do ramadão, lenços de papel, gorros com gatos, algodão doce, balões com luzes, peluches, almofadas, café, chá, morangos, grão de bico, carregadores de telemóveis, peças de cerâmica. este *checkpoint* separa Ramallah de Jerusalém, separa a Cisjordânia dos territórios de 48, separa a Cisjordânia. ao contrário do checkpoint de Qalandia, o campo de refugiados de Aida, em Belém, está estranhamente silencioso. subimos até à casa do M. e da S. que nos respondem ao como estão com «temos sobrevivido». falamos da escalada de violência militar israelita nos campos de refugiados em Jenin e Tulkarm, no norte da Cisjordânia, «estamos à espera da nossa vez». desde janeiro deste ano, desde o suposto cessar-fogo em Gaza, a intensificação dos ataques israelitas no campo de refugiados de Jenin deslocou à força 90% da população, cerca de 40 mil pessoas expulsas das suas casas. nos campos de Nur Shams e Tulkarm, a mesma violência, com quase toda a população residente expulsa e impedida de regressar. os bulldózeres e escavadoras destroem tudo à sua passagem, casas, lojas, escolas, vida. impõem estradas novas no que antes era um bairro com o objetivo de facilitar o acesso dos militares israelitas ao campo. os habitantes dos campos de refugiados na Cisjordânica e em Gaza são descendentes ou elas próprias pessoas palestinianas expulsas das suas vilas e cidades em 1948 durante a Nakba, durante a qual cerca de 750.000 pessoas foram obrigadas a abandonar as suas casas. «eles atacam os campos porque os campos são a memória viva da Nakba. eles expulsam-nos dos campos de refugiados e impedem-nos de regressar para sentirmos que regressar ao campo é o melhor que conseguimos alcançar, para nos fazerem esquecer que antes do campo, fomos expulsos das nossas vilas em 48, às quais temos o direito de retorno.» M. fala-nos sobre os meses na prisão no ano passado. foi a sexta vez que esteve encarcerado nas prisões israelitas mas a violência entre a última e todas as outras não é comparável. «as mais de 50.000 pessoas mortas em Gaza são mártires, acreditamos que estão num sítio melhor, mas as 10.000 nas prisões estão a morrer lentamente todos os dias, essa é a nossa grande perda, mesmo que saiam não vão recuperar». sobre o futuro da Palestina M. diz-nos «temos que encontrar uma maneira, temos de nos sentar, numa mesa, a mesa tem que ser redonda e temos todos de falar.» irão as mesas, principalmente as redondas, sobreviver à colonização? a S. já na despedida diz-nos «quando me perguntam sobre o que podem fazer ativistas internacionais pela Palestina, eu sei que gostam ouvir falar do BDS [campanha de boicote, desinvestimento e sanções], dos protestos, de pressionar os vossos governos, mas eu só respondo "*free yourselves and Palestine will be free*" ("libertem-se a vocês mesmas e a Palestina será livre")». talvez se nós fôssemos livres, livres das nossas falsas democracias que são regimes capitalistas coloniais, talvez a Palestina fosse livre. temos que reformular a frase «não seremos livres enquanto a Palestina não for livre» para «a Palestina não é livre porque nós não somos livres». comecemos por aqui então.

campo de refugiados de Aida - territórios palestinianos ocupados em 1967

os buldózeres e escavadoras destroem tudo à sua passagem, casas, lojas, escolas, vida.

Nazaré - territórios palestinianos ocupados em 1948
enquanto conversávamos, na televisão e como música ambiente, o funeral em direto de Nasrallah, líder do hezbollah assassinado por um bombardeamento

jerusalém oriental - territórios palestinianos ocupados em 1967

casa Leila Khaled, haifa - territórios palestinianos ocupados em 1948

israelita em setembro de 2024. em cima da mesa chá, doces de pistáchio, gatos. a S. era adolescente aquando da Nakba de 1948. ela e a sua família permaneceram em Nazaré, resistiram à expulsão em massa que decorria em todo o território - cerca de 80% da população expulsa e 530 vilas destruídas - ao mesmo tempo que acolheram pessoas palestinianas deslocadas. em 1948 a população de Nazaré duplicou. Nazaré, tal como Haifa, Yaffa, Akka, Tiberias, e como 78% do território palestiniano, são territórios ocupados desde 1948 e considerados desde então pertencentes ao estado colonial de Israel. S. conta como as pessoas palestinianas a viver nos territórios

com uma identidade que as diferencia da restante população - os ditos israelitas judeus - são tratadas como cidadãs de segunda classe.

de 48 - cerca de 150.000 pessoas na altura da Nakba e hoje cerca de 2 milhões - são apelidadas pelos israelitas como «*Israel mistake*» («o erro de Israel»), referente ao facto de não as terem expulso em 1948 e procedido à colonização através da imposição de uma cidadania israelita - israelitas árabes, um termo que Israel inventou para apagar a identidade palestiniana nos territórios de 48, uma outra forma de limpeza étnica mas através da linguagem. com uma identidade que as diferencia da restante população - os ditos israelitas judeus - são tratadas como cidadãs de segunda classe. durante décadas viveram subjugadas por um regime militar e atualmente continuam a viver sobre um regime de apartheid com mais de 65 leis - de direitos civis e de propriedade documentadas pela associação Adalah - que as discriminam em relação à restante população. ainda assim «o passaporte israelita é a maneira que temos de continuar na nossa terra». as pessoas palestinianas a viver na Cisjordânia referem-se aos territórios de 48 como «dentro da Palestina» «a verdadeira Palestina» «*homeland*» «casa», o bocado maior do qual foram arrancadas à força durante a Nakba e ao qual retornarão um dia. a A. que vive na Cisjordânia e que não pode visitar os territórios de 48 sem um documento de autorização do estado israelita - quase impossível de obter desde outubro de 2023 - pergunta «como é a paisagem? ainda é palestiniana?». é.

Haifa - territórios palestinianos ocupados em 1948

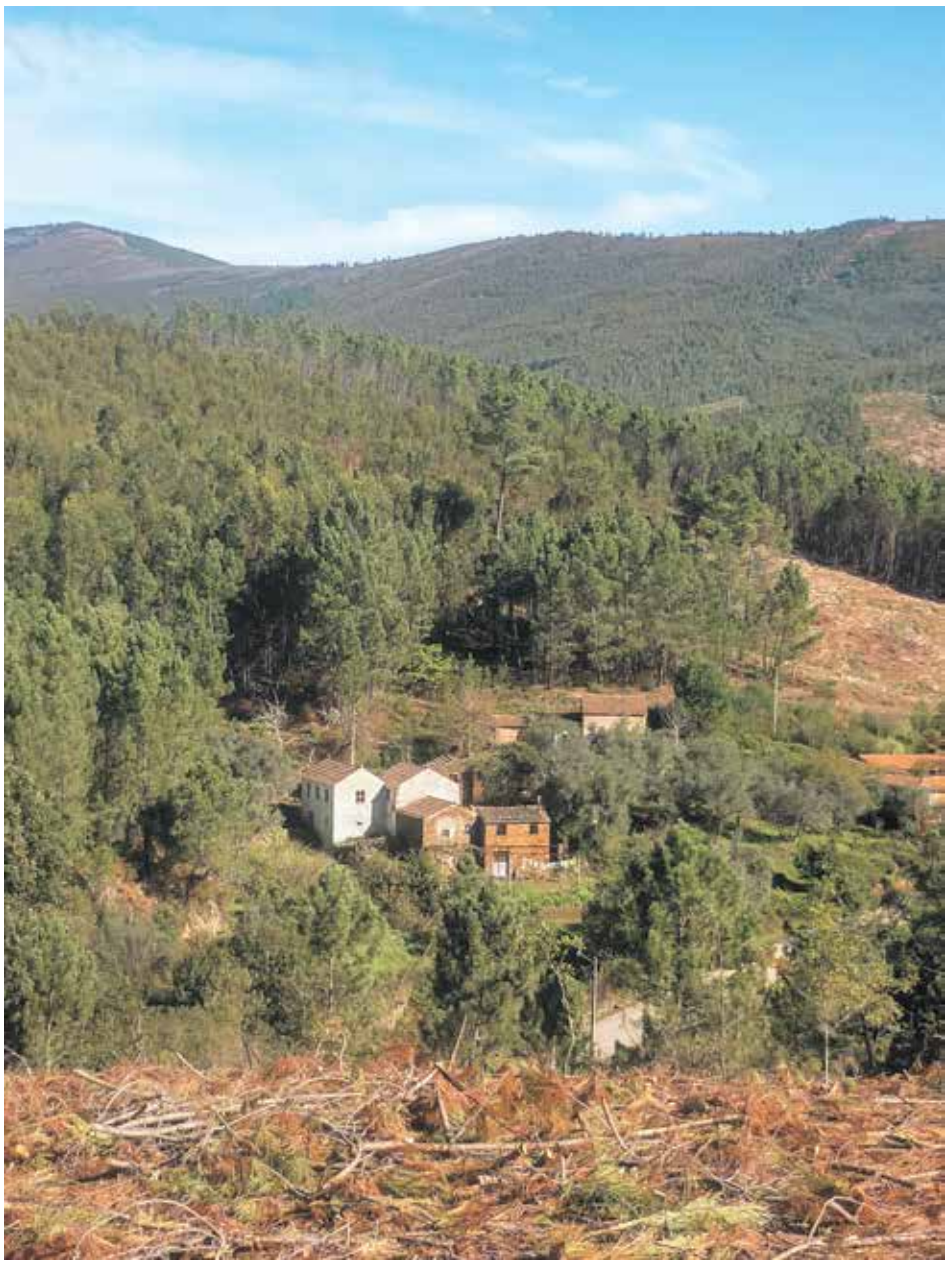
no bairro de Wadi Salib jazem as ruínas da casa onde Leila Khaled nasceu e viveu até aos quatro anos de idade, até ser expulsa com a sua família durante a Nakba de 48 para o Líbano. as paredes dentro da casa ainda têm cor, azul e pêssego. durante o sequestro do avião em que participou em 1969 - com rota prevista entre Roma e Tel Aviv e desviado para Damasco na Síria - obrigou o piloto a sobrevoar a sua casa em Haifa. foi o mais perto que esteve dela. os edifícios deste bairro palestiniano têm ordem de demolição prevista para breve. o bairro foi vendido a companhias do ramo imobiliário para construir um outro, mais caro, mais moderno, mais israelita. a colonização é um processo longo de apagamento, desapropriação, reconstrução. nunca termina porque há sempre, em todo o lado, a ameaça dos remanescentes da vida antes da colonização, antes do colonizador, antes dos colonos. a violência colonial nos territórios de 48 impõe-se de muitas maneiras. discriminação através da lei, do sistema judicial e carcerário. retirando financiamento

o bairro foi vendido a companhias do ramo imobiliário para construir um outro, mais caro, mais moderno, mais israelita.

a bairros, escolas e municípios maioritariamente palestinianos. alimentando o crime organizado - a M. diz «o crime organizado nos territórios 48 é gerido e financiado sistematicamente por Israel - é outra tática colonial de limpeza étnica. Israel empobrece-nos sistematicamente como palestinianos nos territórios de 48, ao mesmo tempo que introduz um grande número de armas e drogas nas nossas cidades e bairros, tendo como alvo especialmente os nossos jovens». impondo dívidas nos bancos. relembrando constantemente a intenção de apagamento. pelos territórios de 48 há *banners* espalhados que dizem «finish them all» («acabem com eles todos».) a necessidade de limpeza étnica do povo palestiniano para levar a cabo o projeto sionista é o princípio base da sua fundação. e não acontece apenas através dos massacres, dos assassinatos e expulsões em massa. implica também o apagamento da identidade, da linguagem, da cultura, da memória, da história, da ligação com a terra. e resistir implica a luta constante de permanecer. a M. diz «ser palestiniana, ser indígena implica uma prática, é um exercício diário, não basta ter nascido aqui. a mesma coisa para os colonos, ser colono implica uma prática. isso dá-me alguma esperança, quer dizer que podem deixar de o ser, que os colonos podem desaprender a colonização, que se podem libertar do sionismo e do colonialismo». a ligação à terra nunca poderá ser estabelecida pela colonização, tornando a própria vida inviável. assim que os bombardeamentos abrandaram em Gaza ou quando os buldózeres saíram de Jenin, a primeira coisa que as pessoas palestinianas fizeram foi tentar regressar. aos colonatos junto ao sul do Líbano ainda ninguém regressou. é essa a diferença entre ser indígena e ser colono.

Viver na serra: o futuro no presente

JÚLIO HENRIQUES
JOËLLE GHAZARIAN



Chega-se à Foz do Carriçal, aldeinha situada nas vertentes a sul da serra da Lousã já viradas para o Zêzere, passando por Castanheira de Pera – atravessando a região mui mal chamada Pinhal Interior, pois o seu nome deveria ser Eucaliptal Interior, o mesmo que em 2017 condenou à morte 66 pessoas. Mas chegando ao pequenino povoado depara-se-nos um oásis, com outra vegetação nas suas cercanias e uma diferente atmosfera.

É aqui que vivem, há mais de dez anos, Luísa Veloso e Carlos Miranda, mais a Mirandita, de 8 anos, o Silvestre, de 5 – e os seus três burrinhos. E às vezes alguns voluntários ou voluntárias que vêm dar uma mão (1).

O caso de Luísa e Carlos é exemplo do que foi uma decisão reflectida. Já tinham começado a vida laboral quando se conheceram nas Caldas da Rainha, durante a frequência de um curso de azulejaria no CENCAL, e as suas muitas afinidades foram-nos conduzindo pela doce vereda da relação amorosa. O Carlos estudou Engenharia do Ordenamento dos Recursos Naturais, em Castelo Branco, a Luísa, Restauro, em Tomar. Uma dessas afinidades apresentou-se-lhes com grande clareza: não queriam continuar a morar numa cidade, aspiravam a ir viver numa destas paragens que se têm despovoado, cultivando um terreno e em íntimo contacto com os simples elementos, plantas, árvores, águas, céus, horizontes abertos. Como não dispunham de finanças para concretizar essa aspiração, que pressupunha a aquisição de um chão e de um tecto, decidiram ir trabalhar algum tempo num país onde pudessem fazer economias. Foram para o Luxemburgo, onde ficaram três anos. Que aproveitaram também para fazer formações em francês, alemão e noutras matérias, designadamente nas magnas questões ambientais. Uma grande visão surgiu do curso de permacultura que a Luísa ali fez em 2012, conduzindo-a depois a Fukuoka e ao seu livro *A Revolução de uma Palha*, que para ambos se tornou uma forte inspiração.

Regressando a Portugal, puseram-se à procura de uma zona do interior onde a ruralidade se mantivesse e que não fosse muito distante da localização dos seus familiares – Óbidos, no caso da Luísa, Torres Vedras, no tocante ao Carlos. Foi assim, viajando sempre de bicicleta e pernoitando numa tenda, que chegaram a estas serranias. Onde começaram por fazer voluntariado em quintas praticantes de agricultura biológica.

Entretanto, a obra de Fukuoka decidiu-os a irem ao Japão aprender mais. Em contacto, à distância, com japoneses praticantes de agricultura natural na região onde Fukuoka tinha vivido (falecera em 2008, aos 95 anos), foram para lá como voluntários. Aconteceu na Primavera e ficaram cinco semanas naquela região. Por gosto, trabalhavam mais do que as regulares 5 horas por dia, o acolhimento era excelente e viam-se recompensados com visitas a diversos lugares. Notaram ali um grande contraste com a cidade, a gente do campo é muito mais amigável e simpática, na cidade é tudo *high-tech*, as pessoas muito brancas, como se não apanhassem sol, ninguém fala com ninguém. «Estávamos perto de Mihara, numa aldeia, e quando íamos a Hiroxima ou a Quioto não era o mesmo Japão. As cidades são altamente tecnológicas, no campo as pessoas são simples, como aqui.»

Que planos tinham vocês, ao voltar?
L - Viver no meio da natureza, termos a nossa própria comida, ter filhos num ambiente são, termos a nossa própria casa, poder restaurá-la à nossa maneira.

Não levaram muitos anos a tomar a decisão…
L – Mudámo-nos em 2014. Na Foz do Carriçal só estava à venda uma parte. Comprámos a casa (para restaurar) por 8 mil euros, depois fomos adquirindo outras partes e porções de terreno; ao todo custou-nos, até agora, 30 mil euros. Ainda estamos a tentar reunir o «mosaico» que estava disperso. Mas os preços subiram muito nos últimos anos.

Eram os únicos a morar aqui?
C – Sozinhos, só durante os dois primeiros anos. Depois nasceram os filhos. Há dois anos as duas restantes casas da aldeia foram compradas, mas por pessoas que só vêm passar as férias.

Como encontraram?
L – Fomos conhecendo estes lugares graças ao voluntariado que fizemos aqui perto.

Também com portugueses? O que acham vocês do voluntariado?
C – Procurámos portugueses, mas há poucos. Um deles foi na Cerdeira, perto da Lousã, o António. O voluntariado é bom, cria sempre muita energia. Os voluntários são sempre uma presença estimulante, ajudam, dão-nos ideias, e em relação às crianças a presença deles faz muita diferença, as crianças mostram grande curiosidade pelos forasteiros, falamos dos países de onde vêm, aprendemos canções – eslovenas, italianas… –, jogos, brincadeiras, cantilenas, partilhamos coisas das nossas culturas respectivas, tem sido muito enriquecedor. Eles e elas adaptam-se bem, a maioria é vegetariana; nós somos vegetarianos, não somos veganos, a fruta e quase toda a comida é o que há na época, e compramos produtos locais, de preferência bio.

Ainda têm planos ou já está tudo mais ou menos estabelecido?
L – Há muita coisa a afinar. Conseguimos chegar até aqui com muito pouco, e agora os filhos já estão mais independentes, a Miranda e o Silvestre já brincam muito bem os dois, ela lê muito e incita-o também nesse sentido, permitindo-nos empregar mais tempo no trabalho.

Quando começámos quisemos seguir o modelo agroflorestal. Fomos seduzidos pela permacultura e experimentámo-la; há coisas que resultam, outras não. Chegámos a conclusões e agora usamos uma mistura de estilos. Íamos bem lançados, mas vieram os veados e os javalis, e foi imperativo cercar para cultivar e plantar. Nos 3 ha cercámos cerca de 3500 m2, à volta da casa. Fazer uma cerca em terreno acidentado e rochoso não é pera doce.

À volta de casa, uma boa parte tinha pinhal, o resto eram silvas, estevas e alguns carvalhos com cerca de cinco anos. Este sítio estava abandonado havia uns quinze anos. Temos feito tanques de rega, levadas, valas e charcas de retenção de água da chuva para deter a erosão, pois estamos numa linha de água e nos dois primeiros anos as hortas foram literalmente lavadas por enxurradas. Dispomos de poucos terrenos planos. Plantámos árvores onde tínhamos o pinhal, e entre as filas colocámos um galinheiro móvel para enriquecer o solo, que é esquelético. Comprámos árvores a um viveirista de confiança, mas temos o nosso próprio viveiro. Reproduzimos por semente, como no caso das alfarrobeiras, *ginkgos biloba*, ameixoeiras, abacateiros, castanheiros, etc. Também enxertamos com variedades locais de macieiras e pereiras.

Tivemos alguma ajuda de um grupo espontâneo de entreajuda entre novos rurais interessados na permacultura, o «Permagang», que durou três ou quatro anos. Relativamente ao associativismo, tentamos estar activos no combate à «eucaliptização» do território. Há uma associação ambiental recente, a MAE, na Sertã, com quem colaborámos uma vez numa acção de descasque de mimosas. Esperamos vir a participar mais. Aqui as pessoas não se juntam. E a título individual temos pouca força. É preciso reunir esforços, mas aí é que está a dificuldade, a participação cívica é muito pouca. Mas tenho muita esperança nas novas gerações, a consciência ambiental está a aumentar. Lentamente. Além disso, fazemos parte da associação Colher para Semear.

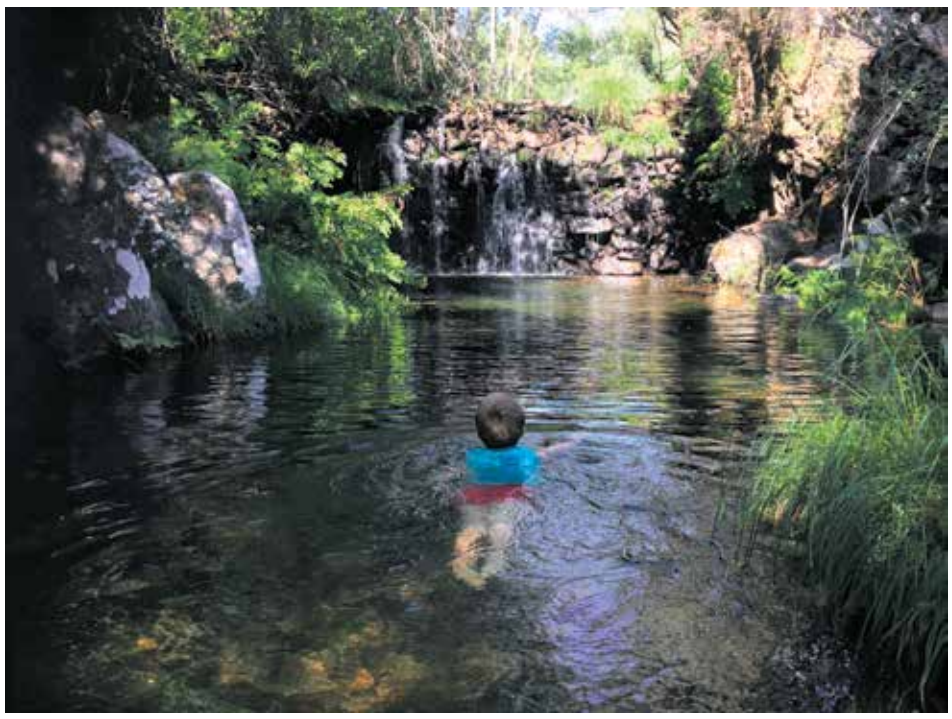
Segundo percebemos, as dificuldades situam-se quase sempre na questão do sustento.
C – Eu continuo a fazer trabalhos de ilustração e design gráfico (trabalho remoto independente), mas é muito intermitente, obrigando a uma certa «ginástica» financeira.
L – Reduzimos os nossos gastos ao mínimo. A casa ainda não está concluída. Estamos a restaurá-la há 11 anos com materiais naturais e segundo as possibilidades económicas. Não usamos energia solar porque vivemos num vale encaixado e temos pouco sol, mas, como a ligação à EDP já cá estava, também achámos que não valia a pena investir 5 mil euros num sistema que necessita de baterias e materiais raros, como o lítio. Pensamos que a tónica deve ser

dada ao consumo responsável, ao invés de procurar alternativas que não são tão isentas de impacto como se pensa. Nós gastamos, em média, 7 euros de electricidade por mês; um frigorífico e uma televisão teriam um grande impacto na conta da luz. Não usamos água da rede, temos uma nascente a montante. Queremos reduzir a dependência dos supermercados, valorizar a sobriedade. Desejamos ser a mudança que queremos ver no mundo.

Com as novas aquisições, o nosso terreno ronda os 3 ha, mas a maior parte é floresta de carvalho-alvarinho. Com as bolotas destes carvalhos fazemos farinha para cozer pão, que vendemos semanalmente no mercado municipal. Temos à volta de 1000 m2 de horta, onde produzimos para consumo próprio. Nesta época temos ervilhas, favas, alhos, grelos, couves, alho francês. Também cultivamos cogumelos *shiitakes* em troncos de carvalho e vendemo-los no mercado. E guardamos as nossas sementes. Na Primavera comemos ervas silvestres nas saladas, como a morugem, urtigas, conchelos e tanchagem. Ah, e temos alguma pastagem para os nossos três burros.

Queremos reduzir a dependência dos supermercados, valorizar a sobriedade. Desejamos ser a mudança que queremos ver no mundo.

Temos árvores que já cá estavam, laranjeiras, oliveiras, uma boa macieira, mas também plantámos limoeiros, ameixieiras, pessegueiros, nespereiras, quivis, romãzeiras, pereiras, etc., que já começam a dar. Temos plantado segundo os princípios da agrofloresta, mas não tem sido fácil; para fazer um buraco tem de ser com picareta. Como os veados gostam muito do nosso sítio, temos de nos cingir à área cercada; instalar uma vedação resistente a veados e javalis também implica fazer buracos com picareta a cada três metros. Além disso, queremos poder acompanhar e regar as árvores durante os primeiros anos, e, claro, é preciso muita matéria orgânica para fazer empalhe e composto para preencher os buracos de plantação. Não queremos comprar solo ou palha e empobrecer outro lugar.



E o ensino, com as crianças?
C – As nossas crianças não frequentaram nem frequentam creches nem escolas. Temo-las ensinado nós e promovemos encontros ou levamo-las a actividades duas ou três vezes por semana. A Miranda visita as amigas, ou vice-versa, sejam crianças em ensino doméstico ou não; ela adora brincar livremente na natureza com os melhores amigos e terem um dia inteiro para fazer projectos.
L – Temos aprendido muito com as crianças a respeito dos adultos. A Miranda sente uma grande necessidade de estar com outros miúdos, é muito convivial, no período da Covid foi mesmo difícil. Mas noto que em geral as pessoas põem facilmente os filhos na creche, interagem pouco com eles. Nós demos sempre muita prioridade aos nossos filhos, dedicamos muito tempo a brincar com eles, a ler, a simplesmente estar juntos.

Se não tivessem tido vontade de ter filhos, teriam desejado viver no campo na mesma?
L – Sim, claro, decidiríamos isso na mesma. Eu, aliás, durante muito tempo nem quis ser mãe, achava que já havia muitas crianças no mundo a precisar de colo, o Carlos é que fez mesmo questão, mas também sinto que tenho muito amor para dar, e num casal isso pode surgir como uma necessidade natural, para dar esse amor fruto da nossa relação.

A vossa ideia não é ficarem isolados. Não conhecem aqui portugueses?
C – Portugueses que estejam a viver exactamente com a mesma sobriedade intencional, não conhecemos. Temos alguns amigos locais, poucos portugueses e mais estrangeiros.
L – Há muitos estrangeiros, mais de 20 % da população de Pedrógão Grande. Muitos deles com um estilo de vida muito semelhante ao nosso.
C – E continuam a chegar novos rurais que chocam um pouco com os que já cá estão instalados há mais de 30 anos.

E a questão, tão presente, dos eucaliptos?
L – Prefiro eucaliptos a herbicidas, mas venha o diabo e escolha. Com a nossa presença aqui estamos a criar um pequeno oásis neste deserto verde, e também a chamar outros habitantes, a nossa presença leva a que as pessoas se sintam mais seguras. Não me importei de estarmos sozinhos, somos aqui guardiães e não deixamos que nos pisem os pés.

Mas também sabemos que pelo facto de estarmos aqui isolados estamos sempre a ser importunados, não só por madeireiros, porque perdemos muito tempo a defender-nos deles, mas também de gente da autarquia, que aplica herbicidas e não presta atenção à necessária defesa ambiental do território.

A questão dita florestal é obviamente da máxima importância em todo o chamado Pinhal Interior, são muitos quilómetros quadrados de plantações industriais de eucalipto em mancha contínua. Ainda na sequência dos trágicos incêndios de 2017, houve também aqui na nossa zona, recentemente, uma Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP), cujo objectivo consistia em mitigar as probabilidades de incêndios criando áreas-tampão graças à plantação de espécies arbóreas resistentes ao fogo. O Governo atribui uma compensação aos proprietários de eucaliptais a substituir, foram previstos 8 milhões de euros para proceder a essa mudança. Mas os madeireiros não aceitaram o plano e fizeram um abaixo-assinado, argumentando que com isso perdiam dinheiro. As empresas por detrás do negócio do papel, soubemo-lo por portas travessas, andaram de porta em porta a oferecer dinheiro a todos os proprietários para serem eles a explorar as áreas previstas para a OIGP da ribeira de Mega. Mas devo frisar que este sensato plano de salvaguarda foi aplicado em muitas outras áreas por todo o país [2].

A mudança só se poderá fazer se nós próprios a fizermos com toda a convicção. E ela é possível.

C – Nós sentimos que estamos aqui num momento crucial com vista à autodefesa deste território. Não desistimos disso.
L – Em resumo, penso que apenas trabalhando com as crianças e através da arte é que poderemos fazer a diferença, podendo abordar todos estes assuntos de uma maneira mais suave e bonita. Se não falarmos hoje às crianças sobre os benefícios de uma verdadeira floresta, sobre o carácter vivo dos solos, da água, elas vão crescer a copiar os modelos dos pais que, apesar da suposta maior sensatez e consciência da geração dos 30/40 anos, continuam a ignorar o que é essencial.

Gostaria de transmitir uma mensagem de incentivo aos portugueses que querem mudar de vida, dizendo que a mudança só se poderá fazer se nós próprios a fizermos com toda a convicção. E que ela é possível.

NOTAS:
1 A Luísa teve os seus dois filhos em casa. Escreveu sobre essa experiência um texto muito elucidativo (O Parto em Casa) que se encontra disponível em https://joelleghazarian.blogspot.com/

2 Ver https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/oigp/aprovacao-oigp

A Amarga Realidade por Detrás da Doçura

O mercado do chocolate é um negócio multibilionário que reflecte perfeitamente a natureza colonial das relações comerciais que regulam o sistema capitalista.

ANDREA BAGNOLI
ANDREA.J.BAGNOLI@GMAIL.COM | EL SALTO
ILUSTRAÇÃO CATARINA LEAL

Tabletes, trufas, bombons, *pralinés*, ursinhos, coelhinhos, ovos: de todas as formas e tamanhos, adultos e crianças de todo o mundo consomem chocolate. O chocolate, derivado do cacau, conquistou o mercado mundial desde os tempos da colonização. Mas será que tudo é tão doce como parece nas brilhantes publicidades das maiores marcas de chocolate?

Cacau, o fruto dos deuses

Vamos às origens do principal ingrediente do chocolate: o cacau.

A planta do cacau, também conhecida como cacaueiro, é uma árvore de folha perene que necessita de um clima húmido e quente. O seu fruto, o cacau propriamente dito, é uma grande baga oval cuja coloração pode variar do amarelo ao roxo. No seu interior, encontram-se entre 30 e 40 sementes, envolvidas por uma polpa branca (mucilagem), que desempenha um papel fundamental no processo de fermentação do cacau, um passo crucial para o desenvolvimento do sabor do produto final.

Durante muito tempo, a teoria de que o cacau tinha sido domesticado pela primeira vez há 3900 anos pelos povos mesoamericanos estava consolidada. No entanto, estudos recentes demonstraram a presença de grãos de cacau em taças de cerâmica utilizadas há mais de 5300 anos pelo povo Mayo-Chinchipe, em Santa Ana-La Florida, no actual Equador.

Apesar da sua origem amazónica, foi entre as culturas maia e asteca que o cacau atingiu o seu maior êxito na época pré-colombiana. Um mito asteca conta que, quando o deus Quetzalcóatl desceu à Terra para oferecer a agricultura, as ciências e as artes à humanidade, apaixonou-se por uma bela princesa de Tula. Para celebrar a boda, criou um paraíso natural cheio de todo o tipo de plantas e árvores, entre as quais se destacava o *cacahuaquahitl*, ou árvore do cacau.

Os outros deuses, furiosos com Quetzalcóatl por ter dado aos seres humanos um fruto sagrado, vingaram-se assassinando a sua esposa. Desesperado, Quetzalcóatl chorou sobre a terra ensanguentada e, nesse local, nasceu uma árvore com o melhor cacau do mundo, «cujo fruto era amargo como o sofrimento, forte como a virtude e vermelho como o sangue da princesa».

O cacau tinha diversos usos entre os povos mesoamericanos, desde medicinais, cosméticos e rituais até se tornar uma verdadeira moeda entre os astecas, que o exigiam como tributo às províncias produtoras.

Dos astecas herdámos o *xocolatl*, uma bebida à base de cacau misturado com milho e especiarias, que deu origem ao termo que hoje conhecemos como «chocolate». Certamente, o sucesso de produtos como Cacaolat e Cola Cao faria corar Hernán Cortés e os primeiros colonizadores, que definiam o *xocolatl* como um «borbulhar de excrementos».

Origem americana, sangue africano, lucro europeu

Apesar das reações iniciais, não demorou mais de dois séculos até que o chocolate, agora misturado com cana-de-açúcar para equilibrar o sabor amargo do cacau, conquistasse os conquistadores. O seu sucesso entre a nobreza europeia foi enorme, tornando-se um produto essencial nos lanches e pequenos-almoços. O cacau rapidamente se tornou a principal exportação agrícola do continente americano para a Europa, superando até o tabaco. Os latifundiários espanhóis e portugueses encheram rapidamente toda a zona equatorial da América Latina (a única região do planeta onde o cacaueiro pode prosperar devido ao clima húmido e quente) com plantações de cacau, onde forçavam milhares de escravos trazidos do continente africano a trabalhar em condições desumanas. O custo praticamente inexistente da mão de obra foi a base dos lucros exorbitantes derivados do comércio do cacau. O sofrimento e a morte de milhões de africanos alimentaram a riqueza e o luxo de poucos europeus – um padrão que ainda hoje caracteriza as assimétricas relações produtivas (neo) coloniais. Originário da selva amazónica e manchado com sangue africano, o cacau conquistou a Europa.

Se, desde 1537, o Papa Paulo III condenava a escravização dos «índios do Novo Mundo», nunca se pronunciou sobre os escravos provenientes do continente africano. Durante três séculos, o tráfico de pessoas africanas foi um dos negócios mais rentáveis, prosperando em todas as colónias europeias. Espanhóis e portugueses foram os primeiros a comprar cativos a monarcas das costas ocidentais africanas e a transportá-los para as suas colónias americanas, onde eram forçados a trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, cacau, café e outros produtos cuja procura crescia no mercado europeu. O sistema esclavagista gerou lucros imensos para governos e particulares, fundando dinastias económicas que, em certos casos, ainda perduram. O chamado comércio triangular atlântico – em que mercadorias europeias eram trocadas por escravos em África, que,

por sua vez, eram vendidos na América em troca de matérias-primas para o mercado europeu – estabeleceu as bases do sistema comercial capitalista. Esse sistema continua a ser regido pelo paradigma assimétrico, colonial, extractivista e letal. Estima-se que os traficantes europeus tenham levado para a América mais de 12 milhões de africanos ao longo de pouco mais de três séculos. Registos comerciais da época indicam que entre 25% e 28% dos escravos morriam durante a travessia, o que significa que mais de 15 milhões de africanos foram raptados em menos de quatrocentos anos.

A partir de meados do século XIX, os movimentos abolicionistas ganharam cada vez mais importância na Europa e nos Estados Unidos. A abolição formal da escravatura (entendida como o rapto e transporte forçado de pessoas), juntamente com a independência do Brasil e das colónias espanholas na América Latina, levou as sementes de cacau a fazerem o percurso inverso ao dos escravos africanos.

Originário da selva amazónica e manchado com sangue africano, o cacau conquistou a Europa.

O cacau chegou ao Golfo da Guiné na segunda metade do século XIX, desembarcando nas costas do que é hoje o Gana e nas ilhas de São Tomé, Príncipe e Bioko (Guiné Equatorial). Embora a escravatura e o tráfico de pessoas para o continente americano tivessem sido formalmente abolidos, as potências europeias continuaram a alimentar os seus negócios em África através do trabalho forçado de milhões de pessoas. Graças à mão de obra de escravos angolanos, moçambicanos e, sobretudo, cabo-verdianos, as *roças* (plantações) portuguesas em São Tomé cresceram exponencialmente, tornando a colónia portuguesa líder mundial na produção de cacau em 1908. Nos anos seguintes, britânicos e franceses investiram somas imensas para expandir a produção de cacau nas suas colónias na África Ocidental.

Atualmente, 75% do cacau mundial é produzido em quatro países dessa região africana: Costa do Marfim, Gana, Camarões e Nigéria. Sozinhos, Gana e Costa do Marfim representam 60% da produção global.

Doce para alguns, amargo para os restantes

O mercado do chocolate é um negócio multibilionário que reflecte perfeitamente a natureza colonial das relações comerciais que sustentam o sistema capitalista. Um exemplo emblemático da assimetria que impera nesse mundo é um vídeo que se tornou viral, mostrando agricultores marfinenses, produtores de cacau, a experimentarem pela primeira vez na vida a doçura duma tablete de chocolate – algo completamente inacessível para eles. O espanto nos rostos desses trabalhadores ao provarem o fruto do seu árduo esforço dá a dimensão da injustiça do mercado do cacau. Enquanto as grandes multinacionais que refinam a matéria-prima vêem os seus lucros crescerem a ritmos vertiginosos, 90% dos produtores de cacau vivem na pobreza extrema, com salários de 7 dólares por dia para 12 horas de trabalho árduo num ambiente extremamente hostil. O consumo de chocolate per capita em África é de apenas 0,4 kg por ano, enquanto na Europa atinge os 5 kg por ano – 12 vezes mais.

O mercado global do chocolate gerou mais de 200 mil milhões de dólares de lucros em 2024, com um crescimento anual de 4%. Empresas norte-americanas e europeias (sobretudo italianas, suíças e alemãs) dominam o sector sem produzir uma única baga de cacau. Em 2023, Abba Bello, administrador delegado do Banco Nigeriano de Importações e Exportações (NEXIM), relatou que a Nigéria, responsável pela produção de 280 mil toneladas de cacau em 2021, tinha gerado 628 milhões de dólares – perante 57 mil milhões de dólares arrecadados pela Alemanha com a venda de produtos derivados do cacau.

A empresa norte-americana que lidera o setor, a Mars, gera mais de 20 mil milhões de dólares por ano com a venda de produtos derivados do cacau. A discrepância entre o valor do mercado do cacau e o do chocolate evidencia os desequilíbrios que regem o sistema capitalista, perpetuando a assimetria entre países exportadores de matérias-primas e países que as refinam para exportar produtos finais. O sistema (neo) colonial vive da impossibilidade de os países anteriormente colonizados processarem e valorizarem as suas próprias riquezas – seja cacau, ouro, petróleo ou minerais preciosos. De facto, desde a conquista formal das independências, os países africanos têm lutado tanto contra um passado colonial sufocante como contra medidas monetárias (como, por exemplo, as antigas colónias francesas, ainda escravas do franco CFA) e económicas impostas por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Estas instituições implementaram medidas orientadas para estrangular a soberania nacional e a capacidade dos governos africanos de investirem nas suas indústrias.

Os tristemente célebres *Programas de Ajustamento Estrutural* (SAPS) assumiram o legado dos antigos regimes coloniais, protegendo os interesses privados das empresas ocidentais em África e no resto do mundo, ajudados por regimes autocráticos e corruptos, funcionais ao projeto neocolonial. Qualquer tentativa de nacionalização dos bens e dos recursos de qualquer ex-colónia encontrou repressão e violência como resposta das potências ocidentais – pensemos no assassinato do presidente eleito Thomas Sankara, no Alto Volta (atual Burkina Faso).

Actualmente, os esforços dos governos africanos para reconquistar a sua autonomia produtiva são cada vez mais numerosos. Em 2019, os governos do Gana e da Costa do Marfim uniram-se para introduzir medidas de protecção aos seus agricultores. Em 2020, o Gana estabeleceu um preço base de 2600 dólares por tonelada métrica de cacau, incluindo um «*Diferencial de Rendimento Digno*» (DID) de 400 dólares por tonelada, valor destinado directamente aos produtores.

Graças ao DID, os agricultores ganeses conseguiram aumentar os seus rendimentos em 30% em apenas um ano. Ainda que se calcule que o total do DID em 2020-2021 tenha atingido 280 milhões de dólares – perante os 20 mil milhões de dólares facturados pela Mars no mesmo período – as empresas compradoras cacau não reagiram bem a esta medida. Diversos relatórios e investigações denunciam as péssimas condições de vida dos produtores de cacau, que acabam nas tabletes de chocolate dos nossos supermercados. Os mesmos relatórios e investigações que garantem que o trabalho infantil não remunerado e os preços baixos pagos aos agricultores continuam a ser uma realidade em muitos países. Estas práticas fazem parte da estratégia das multinacionais para reduzir os custos de produção e maximizar os seus lucros.

Enquanto as grandes multinacionais que refinam a matéria-prima vêem os seus lucros crescerem a ritmos vertiginosos, 90% dos produtores de cacau vivem na pobreza extrema.

Em 2024, o preço do cacau atingiu um máximo histórico devido aos enormes desafios enfrentados pelos agricultores, com uma crise climática que vivem na linha da frente e uma produção que baixou, devido a doenças, secas e inundações. Por isso, cada vez mais agricultores estão a abandonar o cultivo de cacau, dada a baixa rentabilidade que representa, ao mesmo tempo que os lucros das grandes multinacionais de chocolate não param de crescer.

Os consumidores europeus estão cada vez mais conscientes destas questões na hora de comprar, mas também têm menos poder de compra para optar por marcas mais éticas em vez das mais baratas. O compromisso individual é importante, mas é apenas uma parte da luta por um mundo mais justo. As grandes empresas têm de dividir os seus lucros de forma mais justa com os produtores de cacau e seria ingénuo acreditar que o farão sem a nossa pressão. O mundo do chocolate é um exemplo tragicamente perfeito do funcionamento do nosso sistema capitalista, um sistema que se alimenta da pobreza, da exploração e da expropriação de recursos de milhares de milhões de pessoas para gerar a incalculável riqueza de pouquíssimos. A violência, a desigualdade e a violação constante dos direitos humanos, que foram a base do sistema colonial, não só não desapareceram como continuam a sustentar o nosso sistema económico.

A luta por um mundo mais justo passa também pelo reconhecimento e a aceitação de que vivemos em sociedades profundamente coloniais e que o colonial não se desafia apenas nos bancos das universidade, mas também – e sobretudo – nas prateleiras dos nossos supermercados.

O passado já não está nas nossas mãos: o que podemos e devemos agora mudar é o futuro. Lutar por um mundo em que o cacau deixe de ser o que tem sido nos últimos 500 anos: tão doce para quem o consome como amargo para quem o produz.

A nossa «Belle époque» mesmo nossa

JORGE VALADAS
ILUSTRAÇÃO **ANDRÉ LEMOS**

«No dia seguinte, 11 de Março, os grevistas saíram em cortejo da Casa Sindical, onde se realizara a assembleia da noite, antes de se dispersarem em pequenos grupos móveis pelas ruas da localidade. Muitos estavam armados com cacetes e alguns com pistolas. As montras dos comerciantes favoráveis ao patronato, as janelas dos fura-greves, assim como os vitrais da igreja, sofreram alguns disparos. Formou-se depois um ajuntamento junto à fábrica Besson, rapidamente disperso pela tropa encarregada da sua protecção. Os grevistas dirigiram-se então para o armazém de um industrial, Paulhet, que incendiaram. Para impedir os bombeiros de chegarem ao local, colocaram troncos de árvores atravessados na estrada e, depois de rebentarem os tubos, viraram a bomba do veículo. Os *gendarmes*, que acorreram prontamente para apoiar a intervenção dos bombeiros, não conseguiram evitar que o armazém e o seu conteúdo fossem totalmente consumidos.

Na noite de 14 de Março, depois da reunião diária, um pequeno grupo de grevistas dirigiu-se à casa do presidente da câmara, uma imponente mansão construída numa colina à saída da cidade, a que se chamava, por escárnio, o «Castelo Claudinon». Deparando-se com duas secções de infantaria encarregadas de guardar o local, os revoltosos entoaram a célebre canção composta por Montéhus em homenagem aos amotinados do 17.º regimento [quando, em 1907, o 17.º Regimento de Infantaria foi chamado para reprimir as manifestações dos viticultores na região do Languedoc e os seus elementos se recusaram a disparar contra as suas famílias e amigos – entrando em Béziers com as espingardas no ar], exortando os soldados a seguirem o seu exemplo, enquanto lançavam foguetes para chamar os que estavam abaixo em seu auxílio.

Os soldados fizeram, então, as advertências regulamentares. À primeira, os manifestantes responderam com um único grito: «Viva a greve!» À segunda, cerraram fileiras; à terceira, obedecendo à ordem de Jean-Marie Tyr, militante anarquista e sindicalista que liderava o cortejo, atiraram-se ao chão. Nesse preciso momento, dragões [regimentos militares] e *gendarmes* a cavalo, enviados pelo prefeito, chegaram a galope e dispersaram a multidão sem fazer uso das armas.

No dia seguinte, Jean-Marie Tyr foi preso e conduzido à prisão de Saint-Étienne. Ora, este operário limador, de 27 anos, que presidira durante dois anos à Câmara Sindical da Metalurgia, autodidacta e orador talentoso, era uma figura local muito estimada: bom operário, bom pai e bom camarada. Ninguém tinha intenção de o deixar pagar sozinho pelo que todos e todas haviam feito. Logo que se soube da sua detenção, 1500 homens e mulheres, armados com os seus instrumentos de trabalho e com os bolsos cheios de parafusos, marcharam sobre a prisão de Saint-Étienne, que cercaram, exigindo a sua libertação. A pedido do prefeito, o procurador abandonou então as acusações de cumplicidade em incêndio, destruição de propriedade e violação de domicílio contra Jean-Marie Tyr. E foi, carregado em triunfo por uma multidão em júbilo, que ele regressou a Chambon-Feugerolles, mais decidido do que nunca a prosseguir a luta. [...]

A 24 de Abril de 1910, dia das eleições legislativas, [...] com o anúncio da derrota do candidato socialista Ernest Lafond, advogado dos grevistas, formaram-se ajuntamentos junto à câmara municipal. Georges Claudinon, violentamente hostilizado pela multidão que invadira a sala onde os resultados haviam sido proclamados, teve de fugir para escapar ao linchamento. Móveis, cortinas, lustres e dossiês foram arrancados e destruídos, e os *gendarmes*, que acorreram para pôr fim ao saque, receberam todo o tipo de projécteis. Foi subitamente declarado um incêndio, forçando a multidão a evacuar o edifício, que depressa se tornou presa das chamas. Ouviram-se gritos de alegria e foram atiradas pedras contra os bombeiros, que tiveram de ser protegidos por dois esquadrões de dragões e um batalhão do 38.º regimento para conseguirem intervir. Como a sua bomba fora danificada durante o incêndio do armazém Paulhet, foi necessário mandar vir um veículo de Firminy. Quando este chegou, o edifício não era já senão um imenso braseiro, e todos os arquivos do registo civil e do juízo de paz haviam sido reduzidos a cinzas.

Na altura, os incendiários foram apresentados como eleitores descontentes com o escrutínio ou como antiparlamentares convictos; tratava-se, mais provavelmente, de operários animados por um profundo ódio de classe atiçado por meses de privações, no contexto de uma greve dura, da qual saíram, no fin de contas, vencedores esses patrões detentores de mandatos, verdadeiros senhores do país, que acumulavam poder económico e poder político.» [1]

A evocação destes acontecimentos, desta atmosfera de insurreição social, remete de imediato a mente do leitor para imagens de revoltas do nosso presente recente. No entanto, *Le Temps des révoltes*, no qual Anne Steiner nos introduz com paixão, não é o tempo dos *Coletes Amarelos* (*Gilets Jaunes)*, nem o de alguns grupos legitimamente indignados com o estado inaceitável do mundo e a prepotência dos seus senhores, movimentos estes que a polícia e os *media* prontamente classificam como «radicalizados» ou mesmo «terroristas». É o tempo das manifestações operárias do início do século xx, dos confrontos directos entre explorados e exploradores, do grande movimento grevista que decorreu entre 1905 e 1913, uma década crucial da luta de classes na sociedade francesa, caracterizada por uma transformação violenta e rápida do capitalismo. *O Tempo das Revoltas* foi o capítulo francês da «era das revoluções» europeias. Ainda que as formas da crise, económica e social, não sejam as mesmas ontem e hoje, não se pode deixar de ler estas páginas sem ter presente os efeitos da estagnação actual do capitalismo e os seus estragos [2].

No início do século xx, o sistema de produção, baseado na exploração do trabalho, via-se diante da necessidade de ultrapassar as suas contradições e superar-se para sobreviver e se reforçar. O capitalismo procurava um salto qualitativo através do alargamento da sua base de reprodução e da instauração de novas formas de exploração laboral; o aumento da produtividade devia ser alcançado por meio de uma organização do trabalho diferente e da integração do mundo operário no modelo. A transição da pequena indústria e do patronato familiar para a grande indústria fazia-se acompanhar de uma profunda alteração das condições de trabalho. Até então, o controlo da classe operária e a disciplina no trabalho assentavam numa repressão de proximidade, numa violência directa, na qual a figura do capataz desempenhava um papel central. Anne Steiner ilustra bem este ponto nos capítulos do seu livro – organizados em torno de 11 movimentos específicos de revolta, que ocorrem de 1905 a 1911 –, mostrando a forma como o capataz encarnava essa violência directa, tornando-se o alvo de todas as cóleras. Sobretudo quando as mulheres, os imigrantes e os jovens constituíam a massa do proletariado explorado. Muito rapidamente, a classe capitalista compreendeu que o esmagamento, muitas vezes sangrento,

Até então, o controlo da classe operária e a disciplina no trabalho assentavam numa repressão de proximidade, numa violência directa, na qual a figura do capataz desempenhava um papel central.

dessas lutas teria inevitavelmente de ser acompanhado por uma nova organização do trabalho, que permitisse um controlo mais impessoal dos proletários. Uma organização «científica», de acordo com os «sábios» da exploração, recorrendo, sempre que possível, à colaboração dos sindicatos reformistas.

O Tempo das Revoltas foi um período em que a vida dos proletários foi profundamente virada do avesso e em que a cólera social se media por essa transformação. O mundo operário, estruturado em torno das colectividades de classe e das suas solidariedades, permitira o nascimento de novas formas de acção e de pensamento contra a extrema violência da exploração. Uma violência que, frequentemente, assumia a dimensão bárbara das catástrofes, como nas minas do Norte, em 1906. A ruptura com as correntes do socialismo reformista maioritário, já bem implantadas nos locais de trabalho e na sociedade, tornou-se inevitável. *O Tempo das Revoltas* corresponde ao tempo do surgimento do sindicalismo de acção directa, da «sabotagem», do confronto insurreccional com os exploradores. *La Belle Époque* foi também a época bela dos «novos sindicatos», que enfrentaram os «velhos sindicatos» da social-democracia. Estes novos sindicatos afirmaram as suas orientações revolucionárias no IX Congresso da CGT, em Amiens, proclamando a total independência dos sindicatos face aos partidos políticos e defendendo a primazia da luta no terreno económico para se construir o movimento emancipador dos trabalhadores.

O *Tempo das Revoltas* foi um período em que a vida dos proletários foi profundamente virada do avesso e em que a cólera social se media por essa transformação.

No seu livro, Anne Steiner dá vida a muitos desses militantes, homens e mulheres que permaneceram desconhecidos e caíram no esquecimento, mas que carregavam as ideias e a ética da emancipação, sendo combatentes irredutíveis das lutas mais radicais da época. A autora sublinha a presença incontornável dos militantes anarquistas, a sua popularidade e a convergência das suas ideias com o espírito generalizado de revolta, a importância dos comités de greve e da auto-organização do apoio, como as «sopas comunistas». Os debates sobre as estratégias a adoptar, sobre o papel dos sectores capazes de paralisar a produção — como durante as greves nos caminhos-de-ferro [3] —, demonstram que a ideia de «greve geral» era, mais do que um mito, um processo de construção de uma luta de um tipo novo. Daí o ódio feroz que este movimento despertava nos «velhos sindicatos» sociais-democratas, que persistiam, incansavelmente, em defender o compromisso «responsável» entre as classes como única via para o «progresso», acabando por apoiar os «fura-greves» e por tratar os grevistas como «terroristas» e «provocadores».

Le Temps des révoltes.
Une histoire en cartes postales des luttes sociales à la « Belle Époque »
Anne Steiner
L'échappée
2024, 224 pp.

Não se pode deixar de notar o desolador défice de imaginação do discurso repressivo, que se mantém inalterado há mais de um século!

A colaboração de classe dos socialistas e o culto do militarismo foram, evidentemente, o prenúncio do horror que se avizinhava alguns anos mais tarde: a união sagrada e mortífera das burguesias na carnificina da Primeira Grande Guerra. Do mesmo modo, os princípios da acção directa e da recusa da colaboração de classe, defendidos pelos militantes sindicalistas revolucionários, estavam em total coerência com as suas posições internacionalistas e antimilitaristas. Tanto mais que o papel do exército na brutal repressão das greves surge como um dos traços marcantes desse período.

Ao percorrer *O Tempo das Revoltas*, mede-se a determinação das colectividades de luta operária, compreende-se a sua dinâmica emancipadora — e, portanto, subversiva —, essa força a que Rosa Luxemburgo chamou «a nova energia das massas», capaz de varrer a vileza e a cobardia do reformismo socialista. Percebe-se também o modo como a aliança sagrada entre as classes, desejada pela burguesia, e a barbárie da guerra foram o caminho escolhido para domesticar e subjugar os explorados. Como em toda a Europa e nos Estados Unidos, muitas questões estavam em jogo, em França, durante *O Tempo das Revoltas*. A natureza essencialmente pacificadora e conservadora do reformismo revelou-se em percursos surpreendentes. Aí está Clémenceau — outrora defensor dos *communards* e *dreyfusard* —, que se tornou ministro do Interior e feroz «quebrador de greves» em 1906; aí está Aristide Briand — antigo partidário da «greve geral» —, que, em 1909, chegou a Presidente do Conselho e ministro do Interior. Em toda a parte, a defesa da ordem capitalista impôs-se como a linha condutora do reformismo.

O confronto entre duas visões do mundo — os que o rejeitam, de um lado, e os que pensam melhorar a sua condição aceitando-o — está presente em todas as páginas do livro de Anne Steiner. No final de *O Tempo das Revoltas*, o esmagamento violento da nova corrente do sindicalismo revolucionário e a restauração do «velho sindicalismo» selaram a sujeição do mundo operário à ordem capitalista. A carnificina da Primeira Grande Guerra foi o preço a pagar pela vitória do reformismo. Mas a barbárie terminou em revolução: na Rússia, na Europa Central, na Alemanha. Foi preciso um segundo episódio da contra-revolução social-democrata e o advento das correntes fascistas para acabar verdadeiramente com a ideia de revolução social. O domínio do sindicalismo não independente, sob a sua forma socialista ou bolchevique, atingiria o seu auge após o episódio bárbaro da Segunda Guerra Mundial. Um longo e sangrento intervalo entre os anos da *Belle Époque*, de que trata o livro de Anne Steiner, e os chamados «Trinta Gloriosos» do pós-guerra.

Para além do prazer de ler um texto que reconstitui de forma viva e vibrante episódios da revolta operária num período histórico crucial, poderemos tirar lições destas páginas de história passada para ousar pensar um futuro além dos muros do capitalismo? A tentação de buscar nos episódios de *Le Temps des révoltes* uma referência para os dias de hoje é um exercício estimulante, embora arriscado, mas ainda assim justificável.

O livro de Anne Steiner é fascinante porque transmite a paixão das lutas, a necessidade humana de se opor à lógica mortífera da organização capitalista do mundo e às suas forças destrutivas. Lê-se como um romance histórico, com figuras marcantes e portadoras de valores humanos emancipadores com os quais podemos nos identificar. Nesse sentido, ele já transmite uma mensagem de esperança. Pois a derrota, no passado, de uma alternativa possível não prova que todo o possível diferente seja impossível no futuro. E as questões essenciais então colocadas continuam presentes, ainda que em circunstâncias históricas novas.

Mas isso não é tudo. *Le Temps des révoltes*, de Anne Steiner, tem como subtítulo «*Uma história em cartões-postais das lutas sociais*». Mais do que a qualidade da riqueza iconográfica do livro, trata-se de um verdadeiro enriquecimento do conteúdo do texto. Retornamos, assim, à questão das técnicas ao longo dos tempos. O período tratado é também considerado como a «*idade de ouro do cartão-postal*». Tornado possível pelo desenvolvimento da fotografia e pela reprodução rápida e em larga escala das imagens, o cartão-postal acompanhou o crescimento da correspondência e tornou-se, no início do século XX, um novo meio de comunicação, de testemunho do real, de informação. Por volta de 1907, apenas em França, eram editados 300 milhões de postais por ano. A cada período do capitalismo as suas tecnologias, e poderíamos dizer que o uso massivo do cartão-postal no *Tempo das Revoltas* correspondia, no passado, ao que são hoje as redes sociais. A tecnologia de cada época é moldada pela ideologia de quem a produz e controla. Nos cartões-postais sobre os conflitos sociais, reproduzidos em *Le Temps des révoltes*, é toda uma sociedade que testemunha os acontecimentos, e o relato ganha vida e complexidade. «*Além dos próprios grevistas, é toda uma população envolvida nos conflitos sociais que se revela* [4].» No entanto, Anne Steiner observa que as imagens estão mais focadas nos aspectos mais violentos das lutas e menos nas formas de organização, como as reuniões e as assembleias. Aqui também, a orientação do discurso que se diz «*informativo*» não mudou, permanecendo fiel à lógica de pensamento do poder. Uma vitrine de banco destruída tem mais valor informativo do que o relato de uma assembleia de grevistas ou do que uma ocupação dos Coletes Amarelos.

No seu livro, Anne Steiner dá vida a muitos desses militantes, homens e mulheres que permaneceram desconhecidos e caíram no esquecimento, mas que carregavam as ideias e a ética da emancipação.

Sabemos que a ausência de conhecimento histórico alimenta as ideias reacionárias, e a ignorância é a mais poderosa das violências de classe, comoproclamavam os anarquistas norte-americanos no início do século XX. Hoje, a força dos delírios libertarianos e racistas, bem como da paranóia conspiracionista, também se fundamenta na ignorância. Se não conhecemos a história, não conseguimos situar-nos no presente, nem desejar e agir por um futuro diferente. Eis a riqueza do trabalho de autores como Anne Steiner [5]: ajudar-nos a revisitar a história dos vencidos.

NOTAS

1 Anne Steiner, *Le Temps des révoltes* (Paris: L'Echappée, 2024 [2015]), pp. 156-160.

2 Na sua introdução à edição de 2024, Anne Steiner refere que a primeira edição do livro, em 2015, esgotou rapidamente, numa altura em que o movimento dos Coletes Amarelos acabava de abalar a sociedade francesa. «Mesmo que este movimento de contestação não girasse em torno do trabalho e não partisse dos locais de produção, transportava a exigência de se poder viver com dignidade e pedia contas aos poderosos.» E acrescenta: «[…] a revolta inesperada dos Coletes Amarelos não se assemelhava a nada do que se conhecia, mas não pude deixar de sentir um eco longínquo dessas lutas» (*ibidem*, p. 6).

3 *Ibid*., p.168.

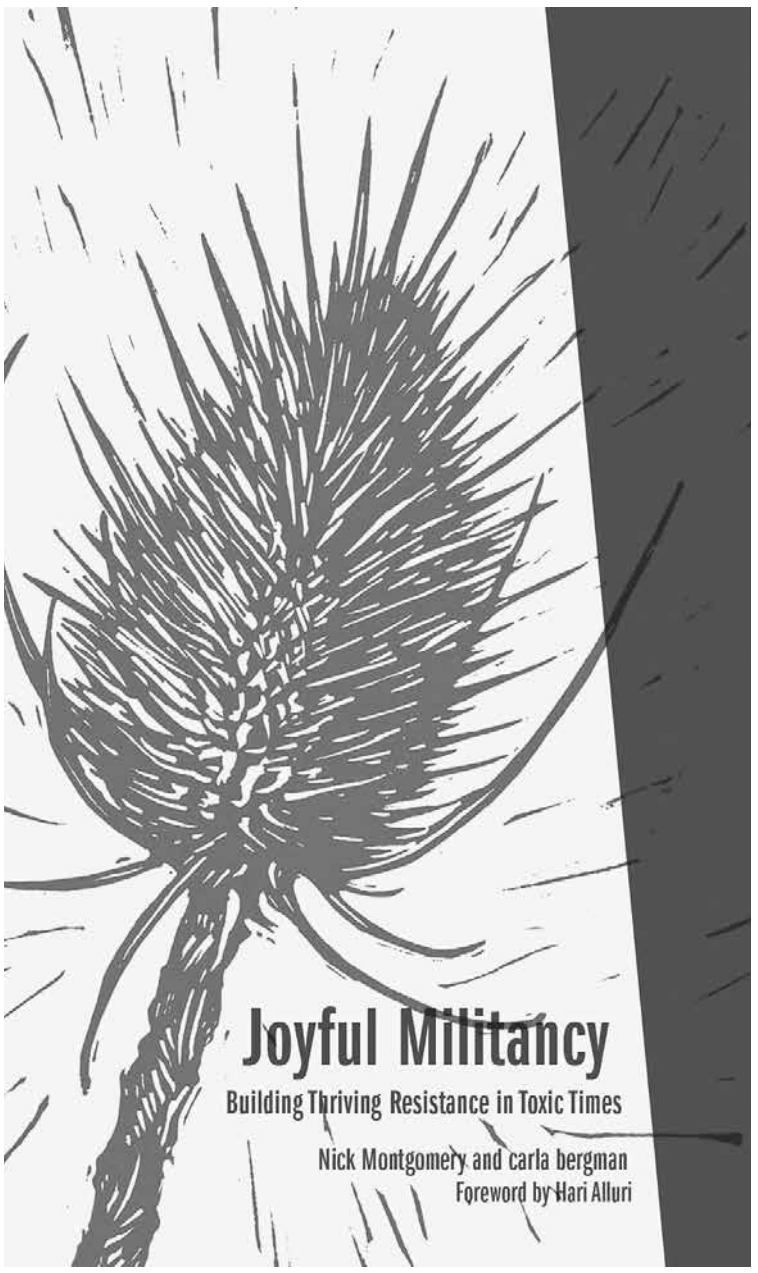
4 *Ibid*., p. 12.

5 Anne Steiner escreveu dois artigos no número 4 da revista *Brasero*: «Petits Jésus et Gigolettes, la prostitution des mineurs dans le Paris 'La Belle Époque'» [A prostituição de menores na Paris de «La Belle Époque»], e «La citoyenne Sorgue, passionnaire du causse» [A cidadã Sorgue, apaixonada pela causa].

Militâncias alegres, diversas e transformadoras

Joyful Militancy vem questionar o que contribui para um clima de insegurança, desconfiança, ansiedade, culpa e vergonha nos movimentos sociais e nos espaços onde nos propomos a destruir o Império[1]. O que faz com que nunca nos sintamos "radicais" o suficiente? Que se procure constantemente as falhas e inconsistências em nós e em outres? Que alternativas já existem e como podemos fazer diferente?

CAROLINA GUEDES
PELA BIBLIOTEKA - @A_BIBLIOTEKA


Joyful Militancy
Building Thriving Resistance in Toxic Times
Nick Montgomery and carla bergman
Foreword by Hari Alluri

Joyful Militancy
carla bergman and Nick Montgomer
AK Press
2025, 220 pp.

Joyful Militancy parte da experiência de Nick e carla, e das conversas sussurradas durante muito tempo com companheires sobre as formas como nos relacionamos nos movimentos radicais. Mais do que uma proposta de um caminho de "militância alegre" ou de um escrutínio teórico do elefante na sala a que es autores chamam de "radicalismo rígido", o livro é um espaço de questionamento, debate e contradição. Somos confrontades com as nossas tendências perfeccionistas e moralistas, com o desejo que temos de encontrar a ideologia certa para nos ajudar a lidar com as incertezas das nossas práticas e da violência do Império. Mais do que respostas, encontramos noções comuns, pontos de partida e talvez até algum reconforto de que a resposta certa não existe face à complexidade e multiplicidade de contextos e relações. Assim, talvez possamos parar a nossa busca infinita pela Solução e procurar habitar as propostas que já existem, cuidar das nossas relações e afinidades e dar espaço à curiosidade, criatividade e experimentação.

Quando começaram a tentar nomear o clima de radicalismo rígido que sentiam nos espaços a que pertenciam, Nick e carla mencionam que as pessoas amigas com quem o discutiam mostravam-se entusiasmades e alíviades por finalmente alguém começar a falar sobre o tema publicamente. Na verdade, outras pessoas já tinham tentado discutir o mesmo fenómeno com outros nomes - "*sad militancy, grumpywarriorcool, manarchism, puritanism*". Estes autores, em contrapartida, não pretendem encontrar a definição certa e definitiva sobre o tema, mas apresentam a sua perspetiva sob o conceito de radicalismo rígido.

O radicalismo rígido alimenta uma crítica e vigilância constantes assentes num perfeccionismo que determina que nunca nada nem ninguém é bom o suficiente, despertando ansiedade, culpa, vergonha e medo de errar. Assim, questionamo-nos infinitamente: É radical? É crítico? É revolucionário? De que formas pode ser cooptado ou cúmplice do sistema? Onde estão os erros? Como é que *devia* ser? Na sua tentativa de o confrontar, o radicalismo rígido acaba por reproduzir algumas tendências do Império (governar, disciplinar, controlar), enquanto as apresenta como formas de libertação e revolução. Neste paradigma, temos sempre uma ideia do que devia estar a acontecer, como as soluções deviam ser, o que dificulta a tarefa de notar o potencial transformador de práticas e relações já existentes. As tendências de culpa e culpabilização, desconfiança, competição e perfeccionismo previnem capacidades de criatividade, experimentação e transformação. O Império não pode ser confrontado apenas convencendo es outres das crenças anti-Estado e anticapitalistas "certas". Como explicado no livro, pessoas não precisam de ser treinadas, educadas, "empoderadas" ou "capacitadas" para serem capazes de construir alternativas. Pelo contrário, o Império encarrega-se de incutir ação no sentido contrário, de não agir, de não experimentar, de não criar, de não transformar. Até porque não são necessariamente as crenças anticapitalistas certas que resultarão em luta, alternativas ou transformações. Como es autores escrevem "*Empire doesn't need our faith, only our compliance*".

Identificado o elefante na sala, alertam-nos de que este fenómeno não pode ser atribuído "àquelas pessoas ali", a outres distantes, porque nós também sentimos estas tendências emergir nos nossos espaços, coletivos e nas nossas próprias formas de agir e pensar. Da mesma forma, não conseguimos resolver o problema estabelecendo um novo ideal de como devemos ser porque a definição de ideais rígidos, ideias certas universalmente aplicáveis e tendências de regulação e purificação dos movimentos são parte do problema.

Então, como é que podemos ser diferentes? A resposta é que já somos. Já existem práticas e formas de nos relacionarmos que não se medem contra um ideal fixo. É este o caminho que o livro nos apresenta para resistir ao radicalismo rígido. A proposta de militância alegre, inspirada no conceito de alegria (*joy*) de Espinoza, enfatiza a importância de afinidades e relações acima de ideologias e ideais, nutre a capacidade e confiança das pessoas em decidirem por si próprias, ao mesmo tempo que valoriza a autonomia e deixa espaço para a existência de conflito. Espinoza conceptualiza a alegria como um aumento do poder de alguém de afetar (*affect*) e ser afetade (*be affected*), isto é, um aumento na capacidade de fazer e sentir mais ligado à criatividade e à aceitação da incerteza. Conjugar alegria e militância tem o objetivo de interligar resistência e cuidado, combatividade e amor: "*To be militant about joy means forging common notions that can enable, sustain, and deepen transformation here and now, starting from wherever people find themselves*".

A militância alegre não pode ser uma escolha individual porque a transformação acontece de forma coletiva – em relação com outres e através dessas relações – o que leva es autores a destacar a dimensão relacional e o potencial transformador das amizades, afetos e cuidado. Como Silvia Federici nos diz num excerto de uma entrevista incluída no livro, precisamos de criar formas de vida em que o ativismo político não está separado das tarefas diárias de cuidado e reprodução. Federici fala-nos também de como o cuidado não é só uma forma de manter as lutas, mas uma parte transformativa da luta em si mesma. Criar e manter formas mais profundas de amizade e relação é indispensável para desfazer o domínio do Império e os seus imperativos individualistas. Assim, as afinidades revelam-se como essenciais porque evidenciam formas emergentes, descentralizadas e flexíveis de nos relacionarmos e organizarmos coletivamente.

Para além de Silvia Federici, o livro inclui excertos de entrevistas com outres ativistas incluindo, adrianne marie brown, Gustavo Esteva, Marina Sitrin entre outres, apresentando experiências de vida e perspectivas políticas diferentes e cultivando a diversidade de alternativas que a militância alegre possibilita. A discussão é enriquecida também pelas partilhas de Nick e carla que se referem várias vezes ao processo de escrita, às discussões com companheires e às dúvidas e alterações que resultaram dessas trocas. Várias das pessoas que entrevistaram mostraram-se entusiasmadas com a proposta da militância alegre, enquanto outras se posicionaram de forma mais crítica apontando desafios. Por exemplo, refere-se que algumas pessoas indígenas entrevistadas se mostraram apreensivas em centrar o amor, confiança e bondade, especialmente vindo de pessoas brancas como es autores, uma vez que pode patologizar emoções "negativas" e ajudar a apagar relações de poder. Faz todo o sentido que se articulem várias experiências e conversas em simultâneo num livro que defende a construção de teoria(s) que se querem críticas, mas também afirmativas da existência de várias práticas.

Joyful Militancy convida-nos, assim, a começar do lugar onde nos encontramos e das relações das quais já somos parte. A experimentar, criar e alimentar alternativas múltiplas que sejam capazes de desconstruir o Império ao mesmo tempo que as nossas capacidades de ação, poder de decisão e autonomia crescem. O potencial transformativo já existe e está sempre a emergir, por isso, não só as coisas podem ser diferentes como já o são. A alegria aliada à militância desafia-nos a reforçar as nossas relações e redes de apoio, mas também a celebrar as conquistas sem esquecer a dor, a violência e as perdas que as acompanharam. É esse o potencial transformador de rejeitarmos as soluções universais e vivermos na diversidade dos espaços, contextos e relações que habitamos.

NOTA

1 Es autores utilizam a palavra Império para se referirem à "catástrofe organizada em que vivemos", isto é, aos múltiplos sistemas de opressão vigentes.

Uma cópia do livro "Joyful Militancy" de Nick Montgomery e carla bergman está disponível para empréstimo na Biblioteka, aberta às terças-feiras entre as 16h e às 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f.

Abril

Apolo de Carvalho

Se esta rua fosse nossa,
não nos encostariam à parede
nem nos impediriam de circular livremente

Se fosse mesmo de abril, esta rua,
«em cada esquina» haveria um cravo
e nenhum fuzil seria apontado contra a liberdade

Fosse de toda a gente esta rua
nas paredes escreveríamos um poema… pacto;
contra os muros, o bastão e a coisificação
um poema… manifesto; pela dignidade, resistência e unidade
Um poema… mundo, com palavras de todas as línguas
Para saciar todas as fomes

E se fizéssemos desta rua uma casa,
onde coubessem todas as vozes, histórias e memórias,
então poderíamos dizer que «o povo é realmente quem mais ordena»,
e que a fraternidade é a nossa única nacionalidade

Benformoso

Nesta rua e noutras também, eu bem sei!
há mãos cheias de dádivas
a semear cravos de todas as cores
vindos de outras terras
Cravos que, exalando jasmim, lilases, lótus, hibiscos
dissipam o fedor sufocante
da besta morta-viva que ainda persiste
nas entranhas deste chão colonial

Nesta rua e noutras também, Saravá!
vive gente de carne e osso
não meros documentos
nem números ou dados fiscais
Pessoas! que sentem, sonham e lutam.
pelo direito à rua
uma rua sem paredes que impedem
sem muros que separam
pela vida,
uma vida mais digna…
mais justa

in memoriam

Para onde vai o sopro?

JÚLIO HENRIQUES

Luís Oliveira, fundador em 1979 das Edições Antígona, faleceu em Lisboa quando a Primavera estava a começar, a 24 de Março, aos 85 anos, de um ataque cardíaco. Debatia-se há mais de uma década com uma doença degenerativa, a Parkinson, que o foi debilitando, mas à qual nunca cedeu, procurando sempre, muito informado, reagir e «renascer», entre outras coisas através da dança.

Começou por ter em Santarém uma livraria, a Apolo, e o passo seguinte, em Lisboa, foi a Antígona, que durante anos avançou como uma «editora de vão de escada». Ao longo dos 46 anos de existência desta aventura, Luís Oliveira conseguiu ultrapassar, graças à sua combativa obstinação, as múltiplas dificuldades que não podiam deixar de surgir perante uma iniciativa contra a corrente, mas também os pesados escolhos resultantes da falência desastrosa de duas distribuidoras, circunstâncias que chegaram a pôr em causa a continuidade da editora e que terão contribuído para a sua doença.

No livro colectivo e belamente ilustrado publicado em 2020 por ocasião dos 40+1 anos da Antígona, organizado pelo Luís Oliveira e iniciativa sua, encontra-se descrita, comentada, analisada e reflectida uma boa parte da história desta editora. Por um grande naipe dos e das que, de diversas maneiras, participaram nesta história, porque a Antígona foi sempre um movimento colectivo. Por isso este livro contém igualmente o que estava nos auspícios do seu organizador, verdadeiros estudos sobre o trabalho editorial, que é amplo e múltiplo, e merece ser estudado.

Convivial e festivo fomentador de encontros a uma boa mesa, que podia ser simples, ou em tablados de dança, especialmente africana e seguindo o famoso lema de Emma Goldman, o Luís Oliveira soube sempre rodear-se de grandes adeptos daquilo que Stig Dagerman exprimiu com particular eloquência: «Enquanto me for possível empurrar as palavras contra a força do mundo, esse poder será tremendo, pois quem constrói prisões expressa-se sempre pior do que quem se bate pela liberdade.» Esta partilhada convicção, presente no catálogo da Antígona desde o início, encontra-se bem sintetizada por Manuel Portela no livro referido: «É possível reconhecer esse programa de edição [resultante da natureza colectiva da actividade] desde a primeira década: crítica libertária do Estado e da religião, releitura de clássicos da desobediência, consciência ecológica do mundo, crítica do capitalismo contemporâneo e da reificação da mercadoria e do trabalho, crítica do totalitarismo político e tecnológico, análise da opressão de género e de raça, consciência-mundo da cultura e da geografia, interrogação das condições históricas e políticas do presente (guerra, cibervigilância, desigualdade económica e social), cântico celebratório da existência e da escrita como uma das formas da liberdade».

Luís Oliveira soube sempre rodear-se de grandes adeptos daquilo que Stig Dagerman exprimiu com particular eloquência: «Enquanto me for possível empurrar as palavras contra a força do mundo, esse poder será tremendo, pois quem constrói prisões expressa-se sempre pior do que quem se bate pela liberdade.»

Numa actividade como esta, onde amiúde surgem confrontos de ideias, desacordos, complicados meandros, será estranho que emerjam também contradições? Como qualquer um de nós, em maior ou menor grau, o Luís Oliveira passou por isso, suscitando algumas inimizades. Mas conta seguramente mais o lastro daquilo que, graças à sua tenacidade, ficou e se renova, presenciável numa editora que descobriu um rumo e o mantém.

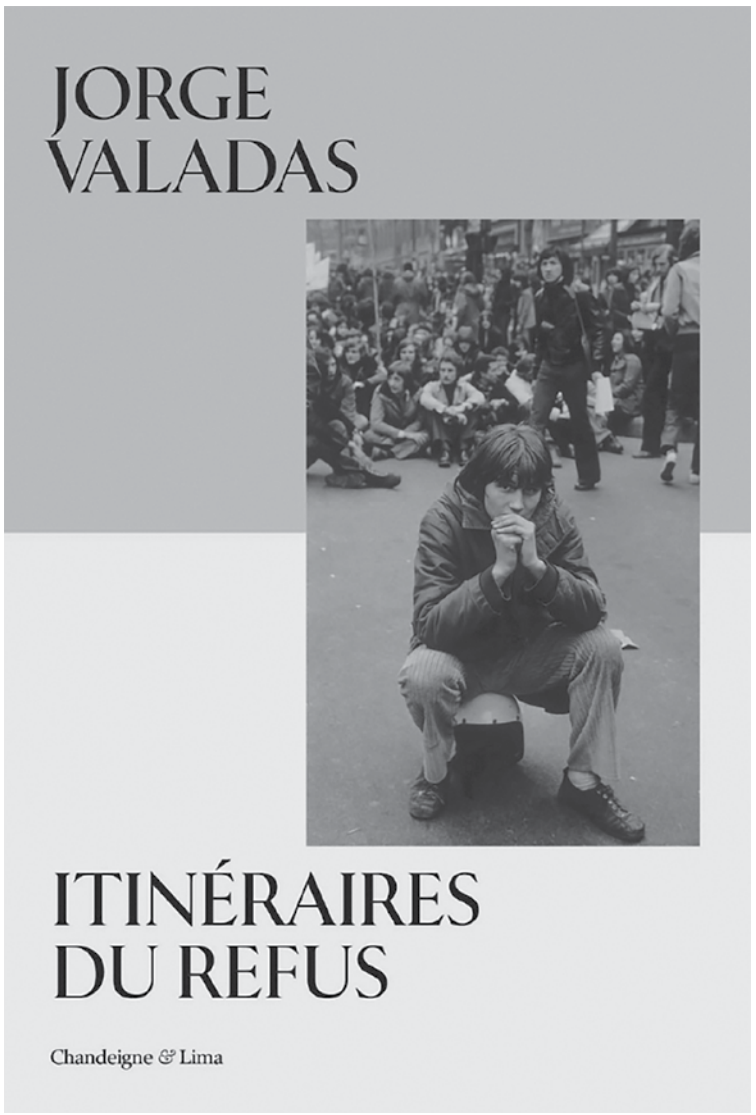
Louvor das deserções

JÚLIO HENRIQUES

As memórias de uma vida, em particular quando são encaradas sem complacência e têm como geografia histórica paisagens da opressão, podem suscitar narrativas centradas numa busca em que se trata de tentar compreender o lugar do indivíduo na complexo teia daquilo que simultaneamente faz e desfaz a sua individualidade.

Jorge Valadas é sobejamente conhecido dos leitores do MAPA, como colaborador deste jornal e como autor de livros aqui discutidos, com o seu nome português e com o seu pseudónimo literário internacional, Charles Reeve[1]. É também colaborador, desde há muito, de outras publicações libertárias portuguesas (*A Batalha, Utopia, Coice de Mula, A Ideia, Flauta de Luz…*) e de jornais e revistas de outros países, estes em grande número.

Itinéraires du refus, sendo um livro de memórias, é ao mesmo tempo uma meditativa obra de reflexão que abarca um amplo conjunto de temas, temas estes que não se limitam ao plano descritivo das suas particularidades, antes trazendo à superfície o que em cada um deles se encontra imerso em labirintos de incompreensão, mistério, enigma ou insistentes sombras. Curiosamente, a sociedade portuguesa que se expõe neste livro já terá, em parte, desaparecido, mas, se virmos bem, ela continua presente – porque Jorge Valadas não a aborda pela rama. No plano das intimidades, quer se trate da infância, da adolescência, da idade adulta, das relações paternais, maternais, filiais, escolares, amistosas, amorosas ou laborais, na sua necessária descrição circunstancial



Itinéraires du refus
Jorge Valadas
Éditions Chandeigne & Lima
Paris, 2025, 270 pp.

emergem sempre, intrinsecamente involucradas, as interrogações e perplexidades, os porquês e os comos desses «fenómenos» que fazem que o indivíduo nunca esteja sozinho na sua relação com o mundo, que a sua individualidade aja sempre em contextos em que intervêm outros. É notório neste livro que, pela sua formação político-filosófica e experiência humana dos ambientes laborais e libertários internacionais, Jorge Valadas tem sempre presente a sociabilidade, inclusive nas suas interrogações mais íntimas.

Embora sendo um livro de memórias, esta obra tem uma arquitectura narrativa que não obedece a uma cronologia linear, o que faz dela, mais propriamente, um inventivo empreendimento literário não ficcional[2]. Indicam-no os títulos dos capítulos, por vezes enigmáticos, e sobretudo a sua «desordem» temporal, remetendo mais para os conteúdos temáticos do que para o seu alinhamento cronológico, num vaivém que acentua a dimensão reflexiva e literária do texto. E também a ironia de que a narrativa está impregnada. Sublinham-no ainda as muito diversas citações em início de capítulo, que vão de Stefan Zweig a Michael Ondaatje, passando por Ferreira de Castro ou a pintora Vieira da Silva.

Mas este livro está também cheio de episódios, ocorrências, aventuras, coisas festivas, truculentas, dramáticas e às vezes espantosas de que a vida em Portugal e no exílio foi feita. A visão de Valadas, complexa nas interacções das suas personagens, que são pessoas reais, procura sobretudo compreender o que leva cada uma delas a agir como age, mesmo quando ele próprio discorda desse agir.

«Nómada» em Portugal por força das circunstâncias familiares (o pai, professor e alma insatisfeita, mudava com frequência de escola), percorreu o país na infância e na adolescência, perdendo nesse trânsito colegas e amigos, e inscrevendo-se assim, do mesmo passo, num certo isolamento e solidão que o levou muito cedo a tornar-se um ávido leitor. E um atento (e muitas vezes atónito) observador das contradições sociais e mentais com que deparava nas suas próprias vivências.

No entanto, nesta amplitude e diversidade temática há duas questões que sobressaem, a total rejeição da guerra (da guerra colonial, no caso vertente) e o exílio. Ambas estas questões levam-no a apresentar um retrato particularmente penetrante da sociedade portuguesa entre a década de 1950, quando, ainda criança, começou a observá-la, e os nossos dias. Ao referir-se aos «exílios diversos e variados», caracteriza certeiramente o fosso que separava (separa) os que «eram contra o regime» mas «não eram contra a sociedade» dos que encaravam (encaram) a sociedade como emanação do «estado de coisas». Porque é desta última que se trata, e não só do regime, nas muitas partes deste livro dedicadas a expor interrogativamente as estruturas normativas vigentes em Portugal, que, como sabemos, não foram abolidas com a reimplantação da democracia formal.

> Este livro está também cheio de episódios, ocorrências, aventuras, coisas festivas, truculentas, dramáticas e às vezes espantosas de que a vida em Portugal e no exílio foram feitos.

Desertor da marinha de guerra e internacionalista (marca visível no seu pseudónimo), Jorge Valadas revela neste livro, além de uma invejável capacidade memorialista, um modo de ver e interpretar proveniente da lucidez criada pelo espírito de revolta, que nele permanece desde a juventude.

NOTAS

1 Último livro publicado em português (também no Brasil): Charles Reeve, *O Socialismo Selvagem – Ensaio sobre a auto-organização e a democracia directa nas lutas de 1789 até aos nossos dias*, tradução Luís Leitão, Antígona, 2019.

2 Não por acaso saiu pelas Éditions Chandeigne & Lima, onde têm sido publicados autores como Mia Couto, Isabela Figueiredo, Miguel Torga, João Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, e também o cineasta José Vieira, este ultimo antecedendo Jorge Valadas na colecção «Brûle Frontières».

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 45
Abril-Junho 2025

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Garras*, Os Ingovernáveis, Vozes de Dentro, Outros Ângulos, Joëlle Ghazarian, Júlio Henriques, Borboleta Azul, Samuel Jarimba, Inês Vegetal, Tekin, Sónia Melo.
Emilien Bernard, CQFD, André Paxiuta, Pedro Morais, lokas cruz, Andrea Bagnoli, El Salto, Jorge Valadas, André Lemos, Carolina Guedes, Biblioteka, Apolo de Carvalho, Cristina Viana, Margarida Alfacinha, Mariana Dimas, Nuno Saraiva, Xavier Almeida, Akacorleone, Fernando Rodrigues, Mariana Vieira, Sofia Pereira, Ana Queijo, Diana Dionísio, Rolando Rosa, Luís Junqueira, Pedro Cerejo
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50,
2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Fonte de Letras

«É este o trabalho também de uma livraria independente, é assim que o vemos, chegar a mais gente fora dos centros».

Como nasceu a livraria Fonte de Letras?
A Fonte de Letras nasceu em 2000, em Montemor-o-Novo, com um apoio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas para abrir livrarias onde não existisse nenhuma. Havia na cidade uma biblioteca e as pessoas vinham à livraria e perguntavam para que é que os livros serviam, se eram para levar para casa, porque era a referência que tinham, o que era engraçado. A livraria abriu com uma cafetaria, umas mesas, cadeiras e sofás, algumas coisas para comer e um espaço de galeria de arte nas paredes disponíveis. Começámos a fazer encontros com escritores e artistas, lançamentos de livros, espectáculos de música e ciclos de cinema, às vezes no largo da livraria, onde existem duas fontes (daí o nome!). A livraria ficava no caminho de todos os caminhos, muita gente passava e parava, para além do público local. Entretanto, a livraria mudou-se para Évora em 2013, à procura de mais público num ano de grande crise económica em Portugal, primeiro para a rua mais turística e agora num novo espaço, há cerca de 7 anos.

Como tem sido a vida de uma livraria independente em Évora?
A livraria mantém o mesmo espírito: uma pequena cafetaria, exposições e eventos. Estamos a começar uma relação com a Universidade de Évora através de encontros regulares a que chamamos «livros para sair da caverna». Começámos com o departamento de Filosofia, com o de Relações Internacionais e com a Escola de Artes. Chamamos à livraria 4 ou 5 professores dessas áreas para falar sobre livros com os alunos. Continuamos a fazer muitas feiras do livro em escolas do Alentejo, tentando chegar a lugares mais remotos. É este o trabalho também de uma livraria independente, é assim que o vemos, chegar a mais gente fora dos centros. Também temos edições de autores portugueses noutras línguas, porque há muitos turistas em Évora, e vamos tendo uma secção cada vez maior de livros em inglês, de autores de língua inglesa, porque cada vez mais os jovens lêem em língua inglesa. É um público de que gostamos, do público jovem: que vem em grupo e que se senta na livraria a conversar e a descobrir. A Fonte de Letras vai inventando atividades porque as pessoas não vêm muito à livraria. Mas se levarmos os livros até onde as pessoas estão, as pessoas interessam-se pelos livros. Há livros para todos os géneros, para todas as pessoas. Isso é muito interessante na literatura, há muitas formas de escrever bem.

Qual a experiência que tens tido na Rede de Livrarias Independentes (RELI)?
A RELI é uma associação de livreiros e alfarrabistas que foi criada na altura da pandemia. Formámo-nos como associação para, junto de instituições estatais ou outras, fazer valer o papel das livrarias independentes e mostrar que elas existem pelo país. Outro objetivo foi criar uma plataforma de vendas online, porque na altura da pandemia quase toda a gente ficou em casa e tivemos de arranjar forma de fazer chegar os livros a casa das pessoas. Todas as livrarias tiveram que se reinventar para conseguir sobreviver.

Que leituras nos sugeres?
Vou sugerir dois livros que li recentemente. Um é «Comboios rigorosamente vigiados», da editora Antígona – uma editora de que gostamos muito e que vendemos bastante, uma editora da resistência. Este livro é do Bohumil Hrabal, um escritor checo, e é um livro curto com muito humor. É uma história passada na segunda guerra mundial, em tempos duros, sobre uma estação de comboios e os funcionários dessa estação. É uma história incrível de resistência a uma ditadura com um humor muito inteligente e bonito. O outro é um livro de poesia, uma reedição pela Editorial Presença de «A invenção do amor e outros poemas», do Daniel Filipe. O livro é um poema, um poema longo, que se tornou um símbolo de resistência à ditadura portuguesa, e que nos lembra que o amor tudo pode. É um poema muito conhecido, que já foi lido por muitos autores, inclusive pelo Mário Viegas, e é também um livro pequenino, uma edição bonita, que vale muito a pena ler também.

Fonte de Letras
Rua Vasco da Gama, 8
7000-941 Évora

Spider Tattoos

A Spider Tattoos existe desde 1989, o que a torna na loja de tatuagens e piercings mais antiga do Porto. Actualmente no olho do coração da urbe gentrificada, é, igualmente, um dos mais antigos pontos de venda do MAPA na cidade e um ponto de encontro dum certo underground rock 'n' roll.

A zona onde a Spider Tattoos se situa, na Rua de Cedofeita, é um dos epicentros da turistificação da cidade. São transformações que têm sido notórias aos vossos olhos? Como é viver/estar/trabalhar aí agora (em comparação com o que era há uma década, por exemplo)?
Apesar de não estarmos localizados na zona mais «nobre» da rua, são evidentes algumas alterações na paisagem desde que mudámos para Cedofeita, há cerca de 11 anos. Temos vindo a ver alguns dos nossos vizinhos mais antigos ser substituídos por empreendimentos hoteleiros, lojas gourmet e alojamentos locais, apesar de ainda sentirmos que se mantém um certo ambiente e relacionamento de «bairro», tanto com moradores como com o pessoal das outras lojas cá da rua. Provavelmente, em termos de negócio, até poderíamos beneficiar com esta transformação se tivéssemos um espírito empreendedor mais apurado…

O espaço de entrada é um local frequentado diariamente por muita gente que não tem necessariamente de ser cliente. Esse espaço de convívio foi propositado? Ou aconteceu assim? É importante?
Como referi na resposta anterior, apesar da gentrificação da zona, temos uma boa relação com a maior parte da vizinhança e um modelo de gestão quase familiar. É comum encontrar na entrada da nossa loja uma ou outra vizinha velhota a coscuvilhar com um dos gajos de mau aspecto que aqui trabalham, putos da escola que param para jogar na nossa máquina arcade, ou pessoal que passa só para duas de letra e um café.

Porque é que uma loja de tatuagens e piercings distribui o Jornal MAPA?
Para nós funciona quase como uma assinatura conjunta, e porque nos revemos neste modelo de publicação com espírito crítico e «D.I.Y.». Para além de sermos distribuidores do Jornal Mapa, servimos também de montra para discos de bandas locais, fanzines e livros/publicações em edição de autor.

Spider Tattoos
Rua de Cedofeita, 389
4050-181 Porto

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 45
ABRIL-JUNHO 2025
3000 EXEMPLARES

Uma FOICE em luta pela areia, a água e o vento

A companhia setubalense Teatro Estúdio Fontenova leva à cena "FOICE", um Western Alentejano sobre o território do litoral alentejano e os seus novos empreendimentos: turísticos, industriais e agrícolas. Falamos com Patrícia Paixão, que assina a dramaturgia junto com João M. Mota e Vanessa Iglésias Amorim.

Com a FOICE o Teatro Estúdio Fontenova (TEC) reforça ser um observador/actor do seu território. O que vos moveu para defender o Litoral Alentejano, uma luta «pela areia, água e vento» que começa ali do outro lado do rio em Troia?

Sem dúvida, o Teatro Estúdio Fontenova tem desde a sua génese um compromisso social e político e sempre houve uma posição assumida relativamente a isso nos seus espectáculos e na forma como vemos o teatro. A "FOICE" nasce também de uma relação com o território e a comunidade, e a verdade é que sentimos muito mais relação com o Alentejo do que com a metrópole, por exemplo. Muitas das nossas famílias provêm de lá... E começa logo em Tróia sim, inclusive na relação próxima que alguns elementos da equipa, como é o caso da Vanessa e do João, têm com a Caldeira (zona onde se realizam as Festas da Nossa Senhora da Tróia) e onde também estão previstos planos para novos empreendimentos. O litoral alentejano reúne uma série de questões que nos afligem e que sentimos que tínhamos de falar: perceber que, em pleno séc. XXI, a poucos quilómetros de onde vivemos temos uma vedação com uma extensão brutal para criar um mega-empreendimento turístico para os super-ricos, perceber as condições de diversos trabalhadores na agricultura intensiva, ou até a forma como nos vendem a "transição energética". Diversos problemas que criam um contexto quase distópico que ajudou a criar uma ficção muito baseada na realidade concreta.

De que forma cresceu esse vosso processo artístico; a vontade em dar às lutas deste território o humor de um Western Spaghetti e a abordagem bem-disposta às malfeitorias ao largo da costa alentejana?

O "western alentejano" não é algo novo, no entanto, aplicá-lo à luta pelo território pareceu-nos lógico e muito aplicável enquanto estética. De que forma é que podemos reinterpretar a estética? Quem são os indígenas e os cowboys? Que significados amplos tem a palavra "luta" e quais as formas de luta na realidade e em cena? Quisemos perceber e cobrir a história do território, sem referir um tempo ou local específico do litoral Alentejano, lemos sobre a história, geografia, lutas sociais, falámos com pessoas que estão em diferentes movimentos e percebemos que era importante que tudo isso fosse abordado de uma forma "lúdica", que não fosse fechada em si mesmo. Como qualquer Western, vem-nos à cabeça a palavra "épico" e quisemos também dar isso... que a história criasse uma homenagem às pessoas que lutaram e lutam pelo território, e que, neste caso, através do mito de uma foice com poderes especiais a luta tenha um significado inspirador também para as gerações mais novas. Que de alguma forma, a nossa "FOICE" possa contribuir para compreendermos o que se passa no território e nos juntarmos à luta.

Quem são os indígenas e os cowboys? Que significados amplos tem a palavra "luta" e quais as formas de luta na realidade e em cena?

Da preparação desta peça e acompanhando a sua exibição, há ainda um livro e um conjunto de conversas que animam as lutas desse litoral alentejano. Quem reuniram para sair palco fora e juntos fortalecerem as várias lutas que abordam?

O TEF tem como hábito editar os textos que leva à cena, e este caso não foi diferente. Além da dramaturgia o livro inclui uma introdução minha e da Vanessa Iglésias Amorim que contextualiza todo o projecto. Conta também com um texto do Bruno Candeias, do movimento Tirem as Mãos do Litoral Alentejano, que partilha o que tem sido o trabalho do mesmo e expõe os problemas da região e a relação com a dramaturgia do espectáculo. Incluímos duas entrevistas, uma com Rebecca Mateus, da associação Dunas Livres, que tem actuado na zona da Comporta, e outra com Antonio Pusceddu, investigador que trabalhado nas transformações ocorridas em regiões afetadas pela presença de grandes complexos industriais, em particular em Sines. Finalmente, fazemos uma cobertura de algumas das actividades paralelas que acompanharam o projecto como a exibição do filme "Western: Sahara" pelos Left Hand Rotation e uma reportagem da comporta seguida de debate e jantar, uma visita à Caldeira com a equipa do projecto e Jaime Pinho (historiador e co-autor do livro *Quando a Tróia era do Povo*), e a performance *Mancheia de Terra*, onde tocamos a história de mulheres da história nacional e internacional que lutaram pelos seus direitos e pelo direito à terra. De referir que o livro foi criado graficamente pela Ana Lúcia Rodrigues que criou um cartaz e imagem que solidificam também este espírito "western".

MAPA BORRADO
QUE LETRAS SÃO ESTAS?
UM RECLAMO PARA A COMPRA DA DISGRAÇA
P/ COMPRA DO ESPAÇO
CAMPANHA
AINDA?
O QUE FALTA DIZER?
PODÍAMOS DIZER TANTO
TODA A INFO BEM ESPLICITA EM DISGRACA.COM
HEI DISGRAÇADES MAIS ALGUMA COISA - ESPECIFICAMENTE - QUE ACHEM FUNDAMENTAL MENCIONAR ???
QUE PRECISAMOS DE PASTA O QUANTO ANTES!!
VARGAS '25
GOFUNDME.COM/DISGRACA